

MARIA CELESTE SAID SILVA MARQUES

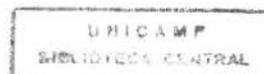
DISPUTA DE UMA REITORIA:

A CENOGRAFIA DOS DISCURSOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CAMPINAS - S.P.

1995



MARIA CELESTE SAID SILVA MARQUES

DISPUTA DE UMA REITORIA:

A Cenografia dos Discursos

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem - IEL
da Universidade Estadual de Campinas como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em
Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti

Campinas - São Paulo

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

1995

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

M348d Marques, Maria Celeste Said Silva
Disputa de uma reitoria. a cenografia dos
discursos / Maria Celeste Said Silva Marques
- - Campinas, SP [s. n.], 1995.

Orientador: Sirio Possenti
Dissertação (mestrado) - Universidade Es-
tadual de Campinas, Instituto de Estudos da
Linguagem

1. Análise do discurso 2. Discurso poli-
tico 3 * Cenografia de discurso 4 Socio-
logia 5. Ciência política I. Possenti, Si-
rio II. Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem III Ti-
tulo

A presente dissertação, submetida à Comissão Examinadora abaixo assinada, foi aprovada para obtenção do grau de Mestre em Lingüística.

Campinas, agosto de 1995.

Este exemplar é a redação final da tese defendida por Maria Celeste Said Silva Marques e aprovada pela Comissão Julgadora em 30, 08, 1995.
Prof. Dr. Sírio Possenti



Prof. Dr. Sírio Possenti - Orientador



Prof. Dr. João Wanderley Geraldi



Prof. Dr. Ingo Voese

DEDICATÓRIA

Para meus pais e a minha “zinha” Nair, por desenvolverem o meu prazer em estudar.

Para meu companheiro Cícero Marques, pelo amor e companheirismo de todos os momentos de nossa convivência.

AGRADECIMENTOS

Da polifonia da vozes significativas

Ao Sírio, pela enorme disposição e dedicação no trabalho de orientação. E, essencialmente, pelo trabalho acadêmico de grande qualidade e respeito humano, que foram decisivos para que eu tentasse superar-me cada vez mais nesse percurso de ser uma lingüista;

À Maria Augusta, pelas observações importantes durante o exame de qualificação;

Ao Wanderley Geraldi, pelas obrsevações precisas no exame de qualificação, principalmente as feitas em relação ao Capítulo II, que muito contribuíram para a consistência do mesmo, assim como pelo decisivo incentivo para eu concluir com mais brevidade esta dissertação;

À Tânia Alkimin, pelos conhecimentos de sociolingüística e etnolingüística, mas fundamentalmente pela sua presença amiga e generosa durante todo esse percurso;

Ao Carlos Franchi, meu primeiro professor de lingüística, que, por seu trabalho criterioso e dedicado no trato com a linguagem, torna a aprendizagem um desafio que se deseja superar;

Ao Ilari, que, pela forma paciente e eficiente no seu trabalho com semântica, me fez continuar;

À todos os meus colegas de mestrado, em Porto Velho-Rondônia, pelas discussões durante os trabalhos que lá realizamos, como também pela disposição em lutar não somente para enfrentar as dificuldades acadêmicas, mas para enfrentar a dificuldade maior: a intransigência política daqueles que, por estarem provisoriamente no poder, se sentem donos dele e se arvoram em detentores do destino de professores que, por partilharem outras práticas políticas e outras posições ideológicas, foram punidos;

Aos meus colegas da UNIR , que não estão nomeados aqui, mas que contribuíram decisivamente para que essa etapa fosse concluída;

À minha grande amiga Luzimar Chaves, que, com sua amizade, contribuiu para que muitos momentos difíceis dos últimos anos fossem mais suportáveis;

Às minhas colegas de mestrado, em Campinas, Ceci e Tânia, pela convivência amigável e pelas produtivas reuniões nas quartas-feiras;

À toda a equipe de professores do IEL - UNICAMP que lutam pela socialização do saber. A prova disto é o curso de mestrado em lingüística levado até a Amazônia;

Aos funcionários do IEL, pela atenção e atendimento sempre eficiente;

Aos funcionários da UNIR que contribuíram com materiais que serviram de corpus para esta dissertação. Especialmente a Beta e a Cleide;

À CAPES, pelo suporte financeiro durante meus estudos na UNICAMP.

SUMÁRIO

Resumo	9
Apresentação	11
Introdução	15
1 - Das condições de produção do discurso	25
1.1. A instituição	25
1.2. O episódio eleitoral	29
1.3. A autonomia universitária e o processo de escolha do reitor	42
2 - O funcionamento discursivo do material de campanha: programas e informativos	49
1. Os lugares: situação versus oposição	50
2. A constituição da cenografia enunciativa	59
2.1. Os lugares discursivos	70
2.2. Os lugares fundadores	111
3. A heterogeneidade mostrada dos discursos	129

3- O funcionamento discursivo dos artigos de jornal	142
4 - O funcionamento discursivo dos panfletos	182
5 - O funcionamento discursivo dos documentos jurídicos	200
Conclusão	219
Anexos	223
Referências bibliográficas	236

A partir da Análise do Discurso de linha francesa, a autora analisa discursos produzidos em uma disputa eleitoral para reitor de uma universidade, no período de agosto de 1992 a junho de 1994.

A dissertação destaca como modelo de análise a *Cenografia Enunciativa*, constituída a partir dos lugares discursivos, dos lugares fundadores e da heterogeneidade mostrada dos discursos produzidos pelos grupos em confronto.

A instituição do modelo referido acima é uma combinação de conceitos e categorias desenvolvidas por Pêcheux (1969), Pêcheux e Fuchs (1975), Maingueneau (1987) e por outros autores, como Bakhtin e Foucault.

Esta dissertação tem a especificidade de analisar uma quantidade significativa e variada de textos tais como: programas e informativos de campanha, artigos de jornal, documentos jurídicos e panfletos, constituidores da cenografia enunciativa de discursos produzidos em uma disputa eleitoral no meio acadêmico.

O que esta dissertação mostra é, em primeiro lugar, que uma disputa eleitoral numa universidade não é muito diferente de uma disputa eleitoral em outro contexto: utilizam-se os mesmos recursos e as mesmas estratégias discursivas. Apesar da aparente falta de novidade desse resultado, o ganho

político poderia ser significativo, se se aprendesse com fatos como o aqui analisado.

Do ponto de vista da análise do discurso, o ganho mais significativo parece ser a demonstração da compatibilidade de conceitos de Pêcheux - imagens - e de Maingueneau - dêixis discursiva e fundadora. Essa compatibilidade mostra que, mesmo nos discursos teóricos, importam menos os sujeitos do que os discursos.

APRESENTAÇÃO

O “fio do nosso discurso”¹ é compreender um conjunto de elementos da ordem da linguagem, que caracteriza a cenografia de discursos antagônicos.

O propósito deste trabalho é o de analisar a cenografia enunciativa de discursos² produzidos durante uma disputa eleitoral para ocupar a Reitoria de uma Universidade. Para investigar as cenas dos discursos constituidores da cenografia, instituiu-se um modelo chamado “Cenografia Enunciativa”, resultante de necessidades surgidas durante o trabalho de análise de discursos produzidos por grupos em luta pelo poder de gerir. Este modelo, provavelmente, pode ser adequado à análise de outros tipos de corpus. Combina conceitos e categorias de vários autores, principalmente Pêcheux (1969), Pêcheux e Fuchs (1975), Maingueneau (1987), com o acréscimo de outros elementos, buscados, entre outros autores, em Bakhtin e Foucault.

A ordem de apresentação dos capítulos não corresponde a uma estrutura canônica que caracteriza, em geral, as teses. Não se apresentou um quadro

¹. O conceito desse termo está de acordo com o que Pêcheux (1975: 166) chama de intradiscurso, isto é, “o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que eu direi depois; portanto, o conjunto dos fenômenos de ‘co-referência’ que garantem aquilo que se pode chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito”.

². O conceito de discurso que está na base deste trabalho é o apresentado por Possenti (1988::201), ao afirmar “que o discurso é um acontecimento, isto é, não é previsível nem necessário. Não é da ordem da estrutura, mas da materialidade, é um fato que acontece”.

teórico prévio, definido. Este foi sendo edificado à medida que o contato com o corpus foi “impondo” um modelo de análise, afetando desta forma alguns aspectos da teoria.

A partir da análise da Cenografia Enunciativa, o trabalho foi organizado em uma introdução, cinco capítulos e uma conclusão.

Na introdução, são descritos os princípios teórico-metodológicos que regem esta dissertação. Não se trata de um quadro fechado, mas de princípios básicos, necessários para uma primeira abordagem do material e para definir uma concepção de discurso, em especial em sua relação com a “realidade”.

Para que a análise dos discursos produzidos durante a disputa eleitoral em questão ganhasse maior compreensão, foi necessário fazer um breve histórico da instituição onde ocorreu tal eleição - Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) - assim como descrever o episódio eleitoral e fazer uma síntese do percurso histórico do processo de autonomia universitária no Brasil e do processo de escolha do reitor. Esses pontos estão presentes no Capítulo I.

Os estudos de Pêcheux acerca do jogo imaginário no processo de interlocução e os de Maingueneu sobre a dêixis discursiva e fundadora foram fundamentais, pois contribuíram para que se pudesse instituir o modelo de análise “combinada”, chamada de “cenografia enunciativa”, que utilizamos neste trabalho, e que está desenvolvida mais detalhadamente no Capítulo II. Neste, analisamos o funcionamento dos discursos dos grupos em confronto (grupo situacionista-GS e

grupo opositorista-GO) a partir do material oficial de campanha, como programas e informativos. A partir da análise dos lugares discursivos, dos lugares fundadores e da heterogeneidade dos discursos dos grupos antagônicos é que temos acesso à cenografia enunciativa. Para compreendermos a constituição dos lugares discursivos, analisamos as imagens que os sujeitos fazem de si e do outro (o eleitor e o adversário), assim como as representações topográficas e cronográficas. Na constituição dos lugares fundadores, analisamos as representações dos dois grupos acerca do sujeito fundador, da topografia e da cronografia fundadoras dos discursos. Para a compreensão da heterogeneidade mostrada, analisamos algumas formas marcadas e algumas não marcadas.

Nos demais capítulos, as análises de outros materiais dão continuidade ao acesso à cenografia enunciativa. No Capítulo III, analisamos o funcionamento discursivo dos artigos de jornal sob a responsabilidade de membros pertencentes aos grupos situcionista e opositorista. Outras matérias, como reportagens, são utilizadas marginalmente, quando necessárias para a confirmação de alguma tese postulada.

Na constituição da cenografia enunciativa, analisamos também o funcionamento discursivo de panfletos que foram distribuídos nas dependências da Universidade Federal de Rondônia-UNIR antes e pós eleição. Essa análise aparece no Capítulo IV.

No Capítulo V, temos o acesso à cenografia enunciativa a partir da análise discursiva dos documentos jurídicos dos grupos.

Na conclusão, fazemos uma síntese geral das análises realizadas nos capítulos, assim como apontamos os limites desta dissertação e pontos que podem ser aprofundados em estudos posteriores. Por isso, o leitor não deve estranhar o final abrupto de cada capítulo. As sínteses - isto é, seu sentido geral - serão feitas apenas no final da dissertação.

1. O Tema

Muito já se falou sobre o papel da Universidade em relação à sociedade. Muito já se falou também sobre os diferentes tipos de crises pelas quais passou e passa a universidade brasileira. Diferentes interpretações foram realizadas, algumas evidenciando que certos sintomas da crise estão ligados a aspectos específicos da própria história dessa instituição na sociedade brasileira. Para Fávero (1986), p. ex., "basta lembrar que foi criada não para atender as necessidades fundamentais da realidade da qual é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias".

Vários problemas da Universidade têm sido objeto de estudo de pesquisadores preocupados com a definição do papel e da estrutura desta instituição no Brasil: a política de privatização, a qualidade do ensino, a quantidade insuficiente de vagas oferecidas, o vestibular, e, recentemente, a avaliação, etc. Esses temas permitiram a produção de enorme quantidade de textos, oriundos de várias posições - ou discursos. Certamente, qualquer deles poderia ser objeto de estudo, com vistas a uma dissertação que se interessasse

tanto pela universidade quanto pela natureza do discurso. Esses problemas, por mais relevantes que sejam, não serão, no entanto, objeto de minha preocupação, pelo menos, neste trabalho.

O que vai deter minha atenção é um aspecto da universidade, para alguns uma saída, para outros, uma fonte de novas crises: a luta pela gestão da Universidade. Este tema, no entanto, seria ele também certamente muito amplo. Por isso, vou proceder ao estudo de um caso: uma disputa sucessória de reitoria, e seus desdobramentos, ocorrida na Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, a cujo quadro docente pertenço. Este fato, se, por um lado, pode criar embaraços, por outro, favorece meu trabalho, pois conheço algumas das "condições de produção" de perto.

2. O Problema

Analisar o funcionamento de discursos produzidos numa disputa eleitoral para o cargo de Reitor de uma Universidade - o caso da UNIR - é examinar o funcionamento de discursos produzidos por grupos em confronto pelo poder, num cenário acadêmico relacionado em boa medida também com a política partidária local e nacional.

Como o caso em estudo é sobre os discursos produzidos durante uma luta de grupos em confronto pelo poder de administrar uma universidade e, conseqüentemente, uma contenda entre projetos pelo menos parcialmente diferentes de universidade, assim como pelos ganhos secundários que podem advir desse poder, e como este estudo pretende ser um exemplar da Análise do Discurso, algumas questões de certa maneira obrigatórias, segundo este ponto de vista, norteiam esta investigação:

1. como se constituem os grupos e os sujeitos no seu interior?
2. como os grupos representam o eleitor e o adversário?
3. quais regularidades, se existirem, estão presentes nos discursos dos grupos?
4. quais as diferenças, se existirem, nos discursos dos grupos?
5. como os discursos dos grupos se relacionam com outros discursos?
6. quais são as especificidades discursivas dos discursos produzidos pelos dois grupos (grupo situacionista-**GS** e grupo opositorista-**GO**) na disputa eleitoral?
7. quais as especificidades discursivas dos dois grupos (grupo de defesa da posse do reitor eleito-**GDPE** e grupo contra à posse do reitor eleito-**GDPE**) após a eleição?

O fato de partir de tais categorias e questionamentos, nesta investigação, implica, especialmente, em descrever a Cenografia dos Discursos, o que constituirá o cerne desta pesquisa. A metodologia será explicitada no tópico “Princípios Metodológicos” e pormenorizada no tópico “Constituição da Cenografia Enunciativa”, no Capítulo II, assim como estendida nas demais análises que constituem os outros capítulos desta dissertação.

3. Princípios Metodológicos

Nossa análise fundamenta-se na perspectiva da terceira fase da Análise do Discurso (AD) francesa. Nesta proposta, alternam-se momentos de análise mais estritamente lingüística com momentos de análise discursiva. As marcas lingüísticas serão tomadas, aqui, como ponto de partida para a análise. Nos termos de Ginzburg (1980), dir-se-ia que tais marcas são nossas pistas. Mas, mesmo para encontrar as marcas lingüísticas relevantes, é preciso teorizar.

Supostamente, os diferentes grupos, ao enunciar seus discursos, assumiram-nos como verdadeiros. Não é objetivo desta investigação, no entanto, discutir a verdade ou falsidade de tais discursos ou os pontos fracos e falhos dos mesmos. A esse respeito, Maingueneau (1987:33), ao tratar da noção de “encenação”, alerta para o perigo que representa uma visão passiva da

discursividade, que conceberia a cena como uma "duplicação ilusória, a representação de realidades, de conflitos (sociais, econômicos) dados antecipadamente". O referido autor alerta também contra "a idéia de que a linguagem constrói 'cenas' autônomas, de que, na sociedade, existem apenas efeitos de linguagem" (p.33).

Algumas abordagens consideram a enunciação como uma duplicação de uma realidade anterior e exterior, ou seja uma " 'máscara', lugar da dissimulação de planos inconfessáveis" (Maingueneau, 1987:33). Essas abordagens concebem o discurso como "porta voz" , isto é, uma espécie de "teatro de sombras". Exemplo desse tipo de abordagem não lingüística é a abordagem sociológica.

Na perspectiva desta pesquisa, discurso e realidade não são exteriores um ao outro. Concordamos com Maingueneau (1987:34) quando afirma que "a 'encenação' não é uma máscara do 'real', mas uma de suas formas, estando este real investido pelo discurso. Aliás, se fosse diferente, a AD não teria razão de existir, ela seria apenas um anexo da sociologia ou da história, totalmente dedicada a mostrar como as conjunturas se traduzem em enunciados".

Outras abordagens, embora lingüísticas, fundamentam seus trabalhos sobre "as 'intenções' do falante, cuja consciência seria transparente e a identidade estável, ultrapassando os diversos 'papéis' que desempenham" (Maingueneau, 1987:32). Exemplo disso é a pragmática. Embora esta comungue com a AD a oposição radical à idéia de que a língua seja mero instrumento de

transmissão de informações e embora ambas privilegiem o caráter interativo da atividade de linguagem, reconstituindo os atos de enunciação, é principalmente em relação à questão teórica descrita acima, em especial na forma de conceber a subjetividade enunciativa, que se estabelece a divergência epistemológica entre as duas.

Segundo Maingueneau (1987), a AD, desde seu início, concebe as instâncias de enunciação “em termos de ‘lugares’, visando a enfatizar a preeminência e a preexistência da topografia social sobre os falantes que aí vêm se inscrever” (p.32). A especificidade do conceito de lugar é, para Flahault (1978:50), o “traço importante segundo o qual cada um alcança sua identidade a partir e no interior de um sistema de lugares que o ultrapassa”. O conceito de lugar é essencial nesta pesquisa, a partir do momento que nos propomos a analisar discursos em confronto num episódio de disputa pelo poder. A análise desses lugares comporá a “encenação”, que nesta pesquisa é chamada de “cenografia dos discursos”.

A explicitação mais detalhada da Cenografia Enunciativa será realizada a partir da análise discursiva dos textos de campanha, tais como Programas e Informativos, por constituírem o núcleo representativo da “estratégia global do discurso” (Osakabe, 1979:59).

Os artigos de jornal, os documentos jurídicos e os panfletos constituem, no corpus, material periférico, apesar de representarem o material dominante de

algumas estratégias discursivas mais contundentes e ofensivas. Outra razão para levar em conta, embora periféricamente, esta parte secundária do corpus, é que, embora não central para a análise que mais nos interessa, trata-se de textos facilitadores do acesso à Cenografia Enunciativa especialmente através da análise de estratégias discursivas, dentre elas, a heterogeneidade mostrada. Acrescente-se que o episódio que estamos analisando ganhou notoriedade depois da eleição, isto é, através de artigos na imprensa e de processos jurídicos. Sem este material, não haveria, a rigor, o "episódio UNIR". Essa seleção é fundamentada na tese de Geraldí³, que afirma que "uma FD seleciona os 'gêneros do discurso'⁴ mais relevantes". Por isso, para a análise discursiva do episódio eleitoral em questão, selecionamos os gêneros discursivos referidos acima, que constituirão os diversos capítulos.

Organização do corpus para análise

Antes de uma análise mais detalhada, e com base no número de chapas concorrentes àquela eleição, pode-se dizer que existiam quatro grupos que lutavam para dirigir a UNIR. Foram quatro candidatos a reitor, cada um com

³. Conversa pessoal com o autor.

⁴. Para Bakhtin (1970:270) "cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*".

seu respectivo vice, que representavam seus grupos políticos na disputa eleitoral. Ocorre que, dentre essas quatro chapas, uma era considerada representante da situação vigente, visto que seus candidatos a reitor e a vice-reitor pertenciam à administração da UNIR, naquele momento, como Vice-Reitor e Pró-Reitora Acadêmica, respectivamente. Nas outras três chapas também havia candidatos que exerciam funções administrativas, mas, em seus discursos, colocavam-se como opositores à situação vigente.

Como são as condições de produção que determinam os lugares que constituem a cenografia dos discursos do grupos em confronto, aí incluída a atividade e as escolhas dos sujeitos, fica claro que, o que define efetivamente aqueles sujeitos - em especial os que eram da administração, mas se alojaram em chapas de oposição - é o discurso que adotam. Escapa-se, assim, à tentação de classificar tais sujeitos - e outros - por critérios morais ou psicológicos discutíveis.

Após a eleição, com a vitória do grupo representante da situação, a luta pelo poder ficou mais acirrada. Os quatro grupos anteriores se reagruparam em dois: grupo 1, cujos membros defendiam a posse do reitor eleito, - **GDPE** e grupo 2, cujos membros lutavam contra nomeação dos eleitos e exigiam novas eleições - **GCPE**.

Assim, o corpus desta pesquisa possui a propriedade de permitir comparações: comparações no recorte do conteúdo (oposicionista, situacionista;

favorável, contrário à posse do reitor eleito). E comparações no recorte do tempo (antes da eleição e após a eleição, até a anulação da lista sêxtupla). Essas comparações possibilitam determinar diferenças de comportamento discursivo, que remetem a diferenças de posições ideológicas. Ou seja, permitem analisar o funcionamento discursivo dos discursos dos grupos antes e depois da eleição.

Em quase dois anos e meio de luta acirrada pelo poder de gerir a UNIR, os grupos em confronto produziram programas de campanha, informativos de campanha, artigos de jornal, panfletos, documentos jurídicos, cartas abertas, pichações. São estes os textos (documentos) que constituirão o corpus deste trabalho, no qual serão tomados como discurso, isto é, "lugar de significação, de confronto de sentidos, de estabelecimentos de identidades, de argumentação etc." (Orlandi, 1990:18).

Esse material discursivo produzido no episódio sobre as eleições na UNIR é consistente e variado o suficiente para tentar um analista do discurso. Selecionei, do universo produzido e coletado, os discursos considerados representativos e relevantes, num total de 47 textos, que constituem um material rico o suficiente para esta dissertação de mestrado.

O corpus discursivo desta investigação é constituído por 17 artigos de jornal, 02 reportagens de jornal, 04 programas de campanha, 05 informativos de campanha, 03 panfletos, 07 termos de declarações, 04 requerimentos, 01 abaixo-assinado, 04 processos, 01 estatuto, 01 memorial, 01 discurso político.

Os recortes discursivos serão compostos por seqüências discursivas significativas para a análise, ou seja não determinarei a priori um número específico. As seqüências discursivas serão identificadas dentro de parênteses por siglas referentes ao tipo do material (programa de campanha, informativo de campanha, artigo de jornal, documento jurídico, panfleto, etc.). Cada seqüência discursiva também será seguida de um número de identificação e da página onde se encontra no documento original. Em um anexo, encontrar-se-á uma lista dos textos citados. Em outro anexo, poderão ser encontrados os panfletos analisados.

DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

1.1. A instituição

A Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Fundação Pública com personalidade jurídica de direito privado, criada, na mesma época que o Estado de Rondônia, pela Lei Nº 7.011, de 08 de julho de 1982, é instituição oficial que integra o sistema federal de ensino. A UNIR incorporou cursos e o patrimônio do Centro de Ensino Superior de Rondônia - CESUR -, entidade criada em 08 de julho de 1975, mantida e supervisionada pela Prefeitura Municipal de Porto Velho - Rondônia, que oferecia à comunidade 150 vagas anuais, distribuídas nos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, e funcionava com 72 professores contratados como horistas.

A partir de 1983 foi ampliada a oferta de cursos com a implantação dos cursos de Letras, História, Geografia, Pedagogia e Educação Física. O número de vagas oferecido, conseqüentemente, cresceu, indo para 290. Entretanto, a quantidade de docentes permaneceu inalterada.

Em 1985, com a criação do curso de Direito, a UNIR passou a oferecer 350 vagas à comunidade, para um universo de 4.355 candidatos ao Vestibular. Nesse mesmo ano, o número de formandos foi de 151 profissionais nas diversas áreas e o quadro de pessoal docente sofreu um incremento de aproximadamente 54%, atingindo um total de 111 professores.

Em 1986, a UNIR ingressou no Programa MEC/BID - III, o que foi decisivo para a consolidação da estrutura do Campus "José Ribeiro Filho", que conta hoje com uma área consolidada de 10.475,70 m², localizado no Km 9,5 da BR - 364, sentido Porto Velho - RO / Rio Branco - AC.

A UNIR, a partir de 1987, estendeu suas atividades para os municípios do interior do Estado, implantando unidades acadêmicas nas cidades de Guajará-Mirim, Ji-paraná, Cacoal, Rolim de Moura e Vilhena, oferecendo cursos de Pedagogia, Letras, Licenciatura em Ciências e Bacharelado em Ciências Contábeis.

O crescimento continuou, tanto que o total de candidatos inscritos no Vestibular em 1989 atingiu o número de 4.162, para uma oferta, para cursos na capital e no interior, de 670 vagas. O total de alunos matriculados chegou a 1.720 e o número de docentes, a 135.

No ano de 1990, as inscrições para o Vestibular alcançaram o número de 4.521 para 720 vagas ofertadas, distribuídas na capital e no interior. No mesmo

ano, o número de concluintes foi de 209 alunos, enquanto que o número de docentes passou para 249.

Esse breve histórico dos doze anos da existência da UNIR (baseado em informações da Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN e no Plano Institucional da Universidade de Rondônia) mostra um crescimento no número de alunos e de docentes, que foi acompanhado de um crescimento do Quadro Técnico - Administrativo. Mas, mais importante do que isso é observar através desses dados a importância que tem uma Universidade na região amazônica - principalmente num Estado de colonização recente como é o de Rondônia, marcado por ciclos de migração provocados sucessivamente pela borracha, pelo ouro, pela cassiterita, pela terra e pelo emprego público.

A consolidação da UNIR passou pelo cumprimento daquela que para muitos é sua tarefa principal: aparelhar-se para as funções ligadas ao ensino. Para isso, deverá trabalhar primeiramente na qualificação dos docentes, assim como, no aumento das ofertas de cursos para que a quantidade e a qualidade dos formados possa suprir carências de pessoal especializado, para cumprir funções sociais relevantes, evitando assim, que o Estado tenha que realizar, novamente, concursos em outras regiões do país para recrutar pessoas especializadas.

Dada a grande carência e solicitação da comunidade para que a UNIR cumpra as suas funções de ensino, pesquisa e extensão, o número de cursos,

vagas e docentes da UNIR ainda é insuficiente, apesar do crescimento acima demonstrado. Em Rondônia, a Fundação Universidade Federal de Rondônia é a única instituição pública de ensino superior, mas parece que é por pouco tempo, pois o governo do Estado já anunciou a criação de uma universidade estadual para breve. Na capital, a outra agência de ensino superior, é uma entidade particular.

A UNIR é uma instituição nova, mas em apenas doze anos de existência, teve sete administradores entre reitor nomeado, reitor eleito, reitor "pró-tempore" e interventor.

O primeiro Reitor foi o professor Euro Tourinho Filho, nomeado em 30/09/1982 e exonerado em 26/06/1985. O seu substituto foi o professor Antonio Martins da Silva Júnior, que não pertencia ao quadro de servidores da instituição e administrou a UNIR como Reitor "Pró-Tempore" até 17/03/1988, quando assumiu, através de Decreto Federal, o professor Álvaro Lustosa Pires, também como Reitor "Pró-Tempore", tendo cumprido mandato até 11/01/1989, quando, então, foi substituído pelo professor Vítor Hugo. Este cumpriu mandato até a posse dos professores José Dettoni e Ari Miguel Teixeira Ott, como Reitor e Vice-Reitor respectivamente, em 26/04/1989, escolhidos através de consulta à comunidade, proclamação dos nomes pelo Colégio Eleitoral Especial e nomeação pelo ministro da Educação, para mandato de quatro anos, que foi cumprido integralmente, isto é, até 26/04/1993.

1.2. O episódio eleitoral

O episódio eleitoral que iremos descrever é, na verdade, o ápice de uma crise, que já vinha se desencadeando na UNIR. Esta instituição, em onze anos de existência, teve apenas um reitor eleito. Seu quadro de funcionários é composto quase em sua totalidade de imigrantes de outros Estados brasileiros. Há um ciclo migratório de entrada de novos funcionários através dos concursos, assim como saída de muitos. As divergências entre grupos que lutam pelo poder, e por diferentes projetos de universidade; a estreita vinculação da universidade com a política partidária local e nacional, todos esses fatores ocasionaram efeitos catastróficos no desempenho das funções primordiais da universidade a ponto de, por exemplo: "[a] Universidade ter recursos para a construção de laboratórios, salas, restaurantes e outras obras, mas não executa porque o processo de licitação, emperrado pela divergência entre os grupos, leva meses até ser concluído" (O estadão do norte, Porto Velho-RO, 06.07.1994)

Em 27 de novembro de 1992, a UNIR realizou consulta à comunidade universitária (composta pelas categorias: professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos) para a escolha de Reitor e de Vice-Reitor, conforme estabelece o Art. 76, do seu Estatuto: "a indicação de nomes para a escolha de

dirigentes da UNIR será precedida de consulta à comunidade universitária." No dia 04 de dezembro de 1992, atendendo às prescrições legais (Art. 1., da Lei N° 6.420/77 e decreto N° 80.536/77), foi realizada a Reunião do Colégio Eleitoral Especial, constituído pelo conjunto dos Conselheiros do Conselho Diretor - CONDIR, do Conselho Universitário - CONSUN, e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, para elaboração das listas sêxtuplas de candidatos a Reitor e Vice-Reitor da UNIR. Tanto no processo de consulta à comunidade universitária, quanto na eleição do Colégio Eleitoral Especial, sagrou-se vencedor, passando a ocupar o primeiro lugar na lista sêxtupla para a indicação como Reitor, o Professor A. M. T. O.

Após a conclusão do processo eleitoral, a lista sêxtupla foi encaminhada ao Ministério da Educação e do Desporto, através do Ofício N° 037/GR, de 12 de fevereiro de 1993, para deliberação e posterior nomeação de um dos nomes ali constantes até o dia 26 de abril de 1993, conforme determina a legislação em vigor, já referida anteriormente.

Ocorre, entretanto, que dois professores que faziam oposição à administração da UNIR tinham denunciado, antes da eleição, pessoas que faziam parte da administração como responsáveis por irregularidades funcionais. O primeiro processo (N° 23123.008228/91-59) com data de 26 de dezembro de 1991 contém vinte e oito denúncias. O segundo processo (23.123.000625/93-17) contém nove denúncias. Os denunciados ocupavam cargos comissionados e,

entre eles estavam, inclusive, os vencedores do processo eleitoral, o primeiro colocado na lista sêxtupla para reitor e o primeiro colocado na lista sêxtupla para vice-reitor, que exerciam a função de vice-reitor e pró-reitora acadêmica, respectivamente, na gestão anterior.

Frente às denúncias, o Ministério da Educação e do Desporto nomeou Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a veracidade das irregularidades.

O resultado do trabalho da Comissão, nomeada em março de 1993, e cujos trabalhos findaram em 20 de abril de 1993, foi, do ponto de vista administrativo, inútil, visto que o Ministério considerou nulo o Relatório Final. Entretanto, dentre as três providências sugeridas pela Comissão destacam-se as seguintes: 1) de **“instauração do competente INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR”** e 2) de **“determinar a sustação do processo sucessório até a conclusão do competente Inquérito Administrativo Disciplinar”** (Relatório Conclusivo da Comissão Processante, Portaria 474/93:60).

Nova Comissão foi instituída somente em julho de 1993. O trabalho de apuração dos fatos delongou-se até outubro e, no mês de novembro do mesmo ano, foi entregue ao Ministro de Educação e do Desporto o Relatório Conclusivo. Nos meses seguintes, toda a comunidade universitária aguardava conhecer o resultado do Relatório, mas o Ministro não se pronunciava.

O conhecimento dos resultados do Colégio Processante pelos acusados só foi possível a partir da Ação Mandamental ajuizada no Superior Tribunal de Justiça em 25 de janeiro de 1994.

Os denunciados, alegando que a Comissão de Processo Administrativo desobedeceu ao princípio constitucional da ampla defesa, impetraram, em 03 de março de 1994, Mandado de Segurança requerendo a nulidade do Processo Administrativo já mencionado.

Em 30 de março de 1994, passados treze meses do envio das listas ao MEC e 27 dias do impetramento do Mandado de Segurança citado acima, o Ministério de Educação acatou o parecer de autoria do Sr. Ernane Lima Pinho, coordenador Geral da SESU/MEC, determinando que se procedesse "a devolução da lista na forma proposta".

O parecer referido acima alega que "(...) no processo de elaboração (das listas sêxtuplas) participaram os "Diretores de Campi", em razão das Resoluções do CONSUN não submetidas à aprovação do Conselho Federal de Educação, como determina a norma legal". No final do parecer, o referido Coordenador sugeriu - o que foi acatado pelo Ministro - que fossem devolvidas as listas à UNIR "para que se proceda a elaboração de uma nova lista, com base pertinente, tornando nula de pleno direito a atual, por infringência de dispositivos legal e estatutário".

Vale ressaltar que a solicitação da anulação das listas sêxtuplas para reitor e vice-reitor, feita em 29 de setembro de 1993, fora requerida pelo então Pró-Reitor Acadêmico, Prof. Z. G. da S., que tinha sido um dos candidatos derrotados no processo eleitoral. Entretanto, o mesmo apresentou ao Colégio Eleitoral Especial, seu nome, como candidato para compor a lista sêxtupla para reitor. Obteve dois votos, insuficientes para ter seu nome compondo a lista, visto que os outros seis nomes obtiveram a média de vinte votos.

A devolução das listas sêxtuplas levou a comunidade da UNIR a um verdadeiro caos. O grupo de oposição, contrário à posse dos eleitos e favorável a novas eleições, vislumbrou a possibilidade de, por esse meio, vir a conquistar o poder. O grupo favorável à posse dos eleitos sentiu-se frustrado. Mas, em geral, a comunidade se viu cheia de dúvidas, diante dos argumentos contraditórios e das conseqüências do parecer. Os principais focos de dúvidas foram:

1) a lista foi considerada ilegal por "entendimentos" diferentes da lei? A legislação pertinente (Art.5º, da Lei 5.540/68 e o inciso VII, do Art. 117, do Decreto N° 99.180/90) exigem que os Estatutos das Universidades é que precisarão ser submetidas à aprovação do Conselho Federal de Educação - CFE - e não as alterações realizadas posteriormente. Quando o CFE aprovou o Estatuto da UNIR, aprovou também o disposto no seu Art. 70, segundo o qual a Instituição de Ensino Superior de Rondônia poderia efetuar alterações no referido

Estatuto. As modificações ocorridas no Estatuto, precisamente as que permitiram assento aos Diretores de Campi nos Conselhos Superiores da UNIR foram, inclusive, recomendadas pelas Comissões Verificadoras para o reconhecimento dos cursos que funcionam nos Campi do interior de Rondônia, assim como foram comunicadas ao CEF;

2) como se explica o fato de a Secretaria de Educação Superior emitir dois pareceres contraditórios? Respondendo a consulta de 11 de **maio de 1993**, sobre a legalidade e legitimidade das listas sêxtuplas, o Secretário de Educação Superior, em atendimento à solicitação da Consultoria Jurídica do MEC, afirma que “ao proceder a análise na documentação a que se refere o item 2 deste expediente, a Secretaria de Educação Superior entendeu, à luz da legislação em vigor, que **os procedimentos adotados para a elaboração da lista sêxtupla destinada a indicação do futuro dirigente da UNIR são legítimos e legais**, porquanto formalizados com fulcro nas normas mencionadas”. (Grifo nosso). A comunidade considerou espantoso que o mesmo órgão, em **março de 1994** passasse a considerar a lista **ilegal e ilegítima**.

3) desdobramentos gravíssimos adviriam da tese da ilegalidade e ilegitimidade do assento dos Diretores de “campi” nos Conselhos Superiores da UNIR, argumento para considerar as listas ilegais e ilegítimas. Ou seja, todas as

decisões decorrentes da apreciação dos Conselhos durante o período no qual os Diretores dos Campi atuaram nos Conselhos Superiores da UNIR tornar-se-iam conseqüentemente nulas (decisões tais como a progressão funcional docente, o calendário acadêmico, o concurso vestibular, o Plano de Ação, o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre UNIR e UNICAMP para curso de Mestrado em Lingüística, e tantas outras matérias votadas no período. Considerou-se "ininteligível" que apenas as listas sêxtuplas fossem consideradas nulas.

Paralelamente a esses acontecimentos, a Unir foi sendo administrada, sucessivamente, por dois Reitores "Pró-Tempore".

O reitor eleito não foi nomeado para assumir a reitoria da UNIR, em abril de 1992, como era previsto. Em seu lugar o MEC nomeou, como Reitor Pró-Tempore S. de M. P., que assumiu o cargo em 25 de abril de 1994. O referido Reitor pertencia ao quadro da instituição, era professor e fora Pró-Reitor de Planejamento por quatro anos, na gestão anterior da qual fazia parte também o reitor eleito, que era vice-reitor. Com sua ascensão ao cargo máximo da instituição, o Reitor Pró-Tempore passou a fazer parte do grupo contrário à posse do reitor eleito.

Com esta nomeação, em abril de 1993, a crise na UNIR aprofundou-se ainda mais. Transcorridos aproximadamente 30 (trinta) dias o Reitor Pró-Tempore realizou mudanças nos cargos da administração, destituindo pessoas nomeadas na gestão anterior e nomeando pessoas pertencentes ao grupo que lutava contra

a posse do reitor eleito - Grupo Contra à Posse do Eleito (doravante chamado de **GCPE**). O Reitor Pró-Tempore passou a lutar, então, pela sua permanência no poder e para isso buscava apoio do **GCPE**. Uma das estratégias era a nomeação para cargos comissionados de membros do **GCPE**. Alguns reclamavam de retaliações. Em geral, eram pessoas pertencentes ao Grupo de Defesa da Posse do Eleito (doravante chamado de **GDPE**).

A previsão do exercício na função de Reitor do pró-tempore era de 60 (sessenta) dias, aproximadamente, até que o MEC se posicionasse em relação ao Relatório entregue pela Comissão de Sindicância. Entretanto, já fazia aproximadamente um ano que o Reitor Pró-Tempore estava no poder e o MEC não dava uma resposta à crise da UNIR. Muitos comentários surgiram a cerca do descaso com que o governo federal estava tratando a problemática da Universidade Federal de Rondônia: alguns afirmavam que a omissão do MEC era devida ao fato de a UNIR ser uma instituição de um Estado periférico, o reitor eleito era de partido de esquerda, etc.

Nesse momento em que vários membros do **GCPE** ocupavam cargos comissionados (inclusive, um dos candidatos derrotados ocupava o cargo de Pró-Reitor Acadêmico), muitos deles passaram a não defender mais novas eleições. A propósito disso, é relevante o fato de que, nas Assembléias realizadas pelas representações das categorias, cujo assunto principal da pauta era *a paralisação da UNIR até que o MEC se pronunciasse em relação ao Relatório da Comissão*

de *Sindicância*, os membros do **GCPE** votaram contra a paralisação e, posteriormente, nas Assembléias das categorias, para decidir *pelo retorno ou não ao trabalho sem o posicionamento do MEC*, arregimentaram seus membros para que votarem a favor do retorno.

Acentuaram-se as brigas internas, os artigos de jornais, os processos jurídicos. E, no dia 02 de setembro de 1993, houve a tentativa de suicídio do Reitor "Pró-Tempore".

A conturbada administração do Pró-Tempore, aliada a ingerência político-partidária local e nacional na universidade, levou o Ministro da Educação e do Desporto a nomear um "interventor" sob o título de "Reitor Pró-Tempore".

O segundo Reitor "Pró-Tempore", F. A. F., assumiu o cargo em março de 1994. Ele não pertencia ao quadro da instituição, era professor de 1º e 2º Graus e ex-delegado do MEC no Estado de Rondônia. Por isso, era considerado um interventor. Além disso, leve-se em conta o fato de que a UNIR é uma Instituição Federal de Ensino Superior considerada na Constituição Federal como "autônoma" (art. 206 e 207). Entretanto, naquele momento, uma pessoa não pertencente ao seu quadro de servidores dirigia a instituição.

Essa nomeação do Ministro criou descontentamentos também entre políticos rondonienses de diferentes partidos. Para exemplificar, é pertinente o seguinte enunciado: "N.N. (PPR) acusou o senador A.M. de ter patrocinado a

intervenção da Unir ao indicar como reitor “pró-tempore”, o peemendebista F. A” (O estadão do norte, Porto Velho-RO, 16.06.1994).

A administração do segundo “Pró-Tempore” foi marcada também por grandes conturbações e injustiças.

Em suas declarações à comunidade universitária, assim como à imprensa, o “Pró-Tempore” afirmou que: “Vim para UNIR com um só objetivo: realizar novas eleições para reitor” (Alto madeira, Porto Velho-RO, 07.07.1994).

É conhecida de toda a comunidade a prática persecutória da segunda administração “pró-tempore”. Vários docentes aprovados em processos de seleção para cursar mestrado e doutorado em universidades “brasileiras e estrangeiras”⁵ tiveram seus requerimentos sustados pelo “Pró-Tempore”. Em geral, o artifício utilizado era algum argumento casuístico com o objetivo de procrastinar e dificultar o exercício do direito desses professores, que não comungavam da mesma ideologia e prática política da administração “pró-tempore” em vigência. Esses docentes conseguiram a liberação para cursar a pós-graduação somente depois de realizar o que se pode chamar de uma verdadeira “via-crucis” para provarem a ilegalidade e a ilegitimidade dos pareceres desfavoráveis. Enfim, conseguiram a liberação na justiça, através de **“Mandado de Segurança”**.

⁵. Não há cursos de pós-graduação regulares na UNIR.

Insatisfeitos com a política e com permanência do "Pró-Tempore", vários manifestantes invadiram o prédio da Reitoria no dia 15 de junho de 1994. Participaram da contestação membros da União Nacional dos Estudantes de Rondônia, do Diretório Central dos Estudantes, da Associação dos Docentes da Unir e "candidatos a deputados estaduais pelo PC do B e PPR, O. M. e N. N., além do ex-diretor do DCE e candidato a deputado federal, F. B., conhecido como P., com a presença de pouco mais de 100 universitários e trinta e cinco secundaristas da escola R.B., [que] invadiram (...) a reitoria da Universidade Federal de Rondônia exigindo eleições diretas para Reitor" (O estadão do norte, Porto Velho-RO, 16.06.1994).

No dia 05 de julho de 1994, o "Pró-Tempore" "(...) pediu demissão (...) por telefone, ao Ministro Murilo Hingel. A decisão de F., segundo informações, é de caráter irrevogável e está ligada aos últimos acontecimentos que redundaram na invasão ao gabinete do reitor" (Alto madeira, Porto Velho-RO, 07.07.1994).

No dia 07 de julho de 1994, foi noticiado pela Imprensa que "o reitor 'pró-tempore' da Universidade Federal de Rondônia, F. A. F., continuará a responder pela administração da entidade (...)" (Alto madeira, Porto Velho-RO, 07.07.1994).

E realmente ficou dirigindo a UNIR até a posse de outro reitor, eleito em 23 de novembro de 1994 e empossado em 21 de dezembro do mesmo ano.

Como consequência desses fatos, a Fundação Universidade Federal de Rondônia, naqueles quase dois anos e meio, atravessou um dos momentos mais

difíceis da sua história. O processo eleitoral revelou e engendrou fortes tensões no interior da comunidade universitária, que vivenciou situações políticas e institucionais que podemos classificar como aberrantes e curiosas para um centro público de produção e difusão do saber e espaço democrático de lutas: processos no MEC e na Justiça Federal contendo denúncias contra a gestão anterior, processos de membros de um grupo contra membros de outro grupo, artigos em jornal, panfletagem, pichações nas paredes da instituição, Comissão de Sindicância e Comissão Disciplinar instituídas pelo MEC, nomeação pelo MEC de um reitor "pró-tempore" pertencente ao quadro da instituição e de outro externo à instituição. O reitor eleito não tomou posse, pois foi deferido pelo MEC o processo que denunciava irregularidades no Colégio Eleitoral Especial que o elegeu.

Como já disse, antes de uma análise mais detalhada, e com base no número de chapas concorrentes àquela eleição, pode-se dizer que existiam quatro grupos que lutavam para dirigir a UNIR. Foram quatro candidatos a reitor, cada um com seu respectivo vice, que representavam seus grupos políticos na disputa eleitoral. Uma das chapas era considerada como representante da situação - Grupo da Situação (**GS**)-, visto que os candidatos a reitor e vice-reitor pertenciam à administração da UNIR, naquele momento, como Vice-Reitor e Pró-Reitora Acadêmica, respectivamente. Nas outras três chapas havia também candidatos que exerciam cargos na administração, mas, em seus discursos,

colocavam-se como opositores à situação. Os membros dessas três chapas constituem o grupo de oposição - **GO**.

Após as eleições, com a vitória do grupo representante da situação, intensificaram-se os processos contra os eleitos e os grupos se reorganizaram em dois: **grupo 1**, cujos membros defendiam a posse do reitor eleito - Grupo de Defesa da Posse do Eleito (**GDPE**) - e **grupo 2**, cujos membros lutavam contra a nomeação do eleito e exigiam novas eleições - Grupo Contra a Posse do Eleito (**GCPE**). Para ilustrar a reorganização dos grupos, basta dizer que houve partidários do candidato situacionista que, após a nomeação pelo MEC do reitor pró-tempore, passaram a pertencer ao **GCPE**. Houve, também, partidários de chapas derrotadas que, após tal nomeação, passaram a lutar no **GDPE**.

A luta pelo poder na UNIR, que envolveu diversos grupos, não estava restrita ao âmbito interno e institucional. Ela tinha seus relacionamentos com a política partidária e local.

Esse episódio das eleições na UNIR produziu, como já assinali, material discursivo digno de análise, pois é variado e consistente. Selecionei, do universo produzido e coletado, os discursos considerados representativos e relevante sobre o processo eleitoral num total de 47 textos, que constituem um rico material para esta dissertação de mestrado.

1.3. A autonomia universitária e o processo de escolha do reitor

Para compreender o episódio das eleições para Reitor e vice-reitor ocorrido no período de setembro de 1992 a junho de 1995, na UNIR, há necessidade de buscar uma visão mais abrangente do tema, que relacione os fatos ocorridos na UNIR com as vicissitudes do processo histórico de autonomia e escolha de reitores nas universidades federais brasileiras.

Para tal empreendimento, farei uma breve síntese histórica baseada em Cunha(1989), na sua obra *Qual Universidade?*, ao tratar da autonomia universitária.

Segundo o autor, em meio ao movimento de contestação da expansão das inscrições nas faculdades, em 1911, propiciado pelo ingresso irrestrito dos concluintes das escolas secundárias oficiais e das privadas a elas equiparadas, o governo, com o objetivo de suprimir esse privilégio das instituições oficiais, tornava, através da Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República, as instituições de ensino secundário e superior *corporações autônomas*, do ponto de vista didático e administrativo. Além de prever uma série de condições de funcionamento para essas instituições, determinava que *seus diretores fossem eleitos pelas congregações acadêmicas, em votação secreta*.

Como efeito da mesma legislação, o número de estudantes que entraram nas faculdades oficiais diminuiu, pois passaram a ter que submeter-se a um

exame de admissão. Ao mesmo tempo, multiplicaram-se as faculdades privadas dispostas a oferecer facilidades, entre outras, no ingresso dos estudantes. Como consequência dos fatos relatados acima, a expressão "autonomia" foi tirada da legislação em 1915, *perdendo as congregações, entre outras atribuições, a de eleger o diretor da faculdade.*

O surgimento da primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, deu-se nesse contexto de autonomização frustrada. A Universidade do Rio de Janeiro surgiu em 7 de setembro de 1920, como parte dos preparativos para os festejos do centenário da independência nacional. O reitor da Universidade do Rio de Janeiro foi, como os diretores de suas unidades constitutivas, nomeado pelo Presidente da República.

Nos anos seguintes, o Brasil se encaminhou para um processo de radicalização política ocasionando uma crise na democracia liberal e a emergência de um movimento revolucionário em 1930.

O governo instituído pela revolução de 1930 promoveu uma forte concentração do poder do Estado, assim como reorganizou a estrutura de sua burocracia. A função propriamente educativa do aparato de Estado se especializou por meio da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública.

Em 1931, foi baixado por decreto o Estatuto das Universidades Brasileiras. Um dos aspectos definidos foi o da autonomia jurídica. *O Estatuto, embora recuperasse a competência dos órgãos colegiados das instituições de ensino*

superior para escolher seus dirigentes, como previa a reforma de 1911, determinava a utilização de determinado mecanismo de escolha que permitia maior margem de manobra com relação à situação imediatamente anterior. **O conselho universitário deveria elaborar uma lista com nomes de três professores catedráticos, dentre os quais o chefe do governo escolheria o reitor.** No caso das universidades federais, a escolha caberia ao Presidente da República; nas estaduais, ao governador.

O controle nas universidades federais desenvolveu-se através de estatutos ditados por decreto presidencial, nos quais se objetivava controle total das universidades pelo governo. Todas as modificações fundamentais a respeito da organização didática ou administrativa de suas unidades constitutivas só poderiam efetivar-se com a aprovação do governo federal, depois de ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Durante o Estado Novo (1937/45), o governo federal passou a controlar as instituições de ensino superior cada vez mais, através de abundante e detalhada normatização legal.

A autonomia da universidade brasileira poderia ser resumida como o restrito direito de praticar atos legais em espaços, eventualmente, deixados livres pela legislação federal, que não eram muitos, nem os mais importantes. As universidades, ao reformularem seus estatutos e regulamentos, eram obrigadas a submeter essas reformulações à aprovação do Conselho Federal de Educação.

Este poderia, também, suspender a autonomia de uma universidade pelo desrespeito à lei ou a seus próprios estatutos, nomear um reitor *pró-tempore* e chamar a si as funções do conselho universitário.

O golpe de Estado de março de 1964 revelou a vulnerabilidade da universidade em uma extensão desconhecida até mesmo na época de Vargas. As universidades foram vítimas da intervenção militar. Durante o período de maior radicalização política, reitores e diretores passaram a ser pessoalmente responsáveis pelo controle político e ideológico das entidades representativas dos vários segmentos, e dos estudantes e professores ameaçados com processo penal, expulsão ou demissão, conforme o caso.

A força da ditadura foi também utilizada para “modernizar” as universidades federais, reformando os estatutos e determinando profundas alterações na estrutura organizacional. Em novembro de 1968, foi baixada a *Lei Nº 5.540*, denominada *Lei da Reforma Universitária*, que, dentre várias reformas, *modificava o mecanismo de escolha de dirigentes*, em vigor desde o Estatuto de 1931. A elaboração da lista de nomes de candidatos a reitor, para posterior escolha pelo Presidente da República, passou a não ser, unicamente, atribuição do Conselho Universitário - CONSUN - mas sim, deste, em conjunto com outros conselhos da universidade - de ensino, pesquisa, extensão, de curadores etc. Neste novo colegiado, havia um representante do Ministério da Educação, e em sua composição prevaleciam os ocupantes de cargos nomeados pelo próprio

reitor. As listas de candidatos a reitor passaram a não ter três nomes, mas seis, de modo a aumentar em muito a probabilidade de inclusão de pessoas de confiança do regime militar ou por ele cooptadas.

À medida que o regime militar foi se desintegrando, várias universidades estabeleceram formas de escolha de seus dirigentes que ficavam a meio caminho entre a eleição direta dos dirigentes, reclamada por muitos, e os dispositivos legais da ditadura, ainda em vigor. Uma fórmula utilizada foi a “*consulta à comunidade universitária*”, processo pelo qual os colegiados superiores das universidades acabavam endossando as listas de seis nomes de candidatos a reitor mais votados na consulta. Esta fórmula, a rigor, continua vigorando, com algumas alterações, e seguindo dispositivos formulados pelos próprios Conselhos Universitários.

A fórmula das chamadas “consultas à comunidade” serviram como um mecanismo para canalizar as frustrações da luta diante das imposições do governo. As “consultas à comunidade”, embora votem todos os professores, funcionários e estudantes, são de fato oficiosas. O voto, em algumas universidades, tem valor ponderado por categorias, e em outras é universal. Apurado o resultado, os órgãos colegiados superiores muito freqüentemente endossam, eventualmente alteram as listas de nomes resultantes da “consulta à comunidade”. A lista sêxtupla resultante é enviada ao Ministro da Educação. Há

variantes desse padrão, com o objetivo de ajustá-lo às condições políticas de cada instituição.

Em algumas universidades, essas “consultas à comunidade” têm servido para legitimar a prática de manipulação dos eleitores. Para uns, as ameaças de retaliação; para outros, promessas de cargos, bolsas e facilidades. Aspectos importantes que contribuem para esse quadro são elementos peculiares, tais como:

- 1) a transitoriedade dos estudantes;
- 2) desconhecimento e omissão de alunos, técnicos e professores em relação aos problemas da instituição, aos interesses em jogo, às soluções possíveis, aos candidatos em disputa;
- 3) o jogo político partidário;
- 4) a exposição de funcionários técnico-administrativos à manipulação dos chefes, situação que as associações de servidores não tiveram condições efetivas de contrabalançar, devido, entre outras coisas, à grande heterogeneidade dos sócios;
- 5) a armação de um verdadeiro estamento burocrático dentro das universidades, formado pelos professores que não ensinam nem pesquisam, outros que mal ensinam e não se qualificam, mas se assentam nos cargos por anos a fio, com interesses materiais, que defendem com todas as forças.

Em outras universidades, essas consultas têm propiciado um significativo avanço da gestão universitária. Uma nova geração de reitores, modernos, competentes, aponta para a melhoria do que verdadeiramente interessa à prática universitária no Brasil: a produção e disseminação da ciência, da cultura e da tecnologia.

Como as normas de escolha dos reitores permanecem basicamente as mesmas, estamos vivendo, no Brasil de hoje, um momento em que a tendência observada é a de que se modifique a gestão da universidade, reduzindo as imposições governamentais, apesar de mantido o mecanismo de cooptação. Isso porque a política partidária nacional e local exercem, ainda, uma influência muito grande na escolha pelo Ministro da Educação do nome para reitor constante na lista sêxtupla, ocasionando verdadeiras guerras entre grupos políticos dentro e fora da universidade. Quando as "consultas à comunidade" apresentam resultados que coloquem em primeiro lugar candidatos que contrariam os interesses de grupos políticos, de Governadores, de Ministros da Educação, eles não são nomeados, como se tem visto, com base na invocação de algum argumento casuístico. Portanto, o mecanismo, tal como praticado, embora tenha sido mais uma forma de conciliar, não tem sido suficiente para ajustar os interesses envolvidos, tanto no que se refere ao Estado, como no que se refere, principalmente, às próprias universidades.

CAPÍTULO II

A CONSTITUIÇÃO DA CENOGRAFIA ENUNCIATIVA -- O Funcionamento Discursivo dos Materiais de Campanha: Programas e Informativos.

Esta seção é uma espécie de primeiro acesso ao material do corpus. De certa forma, o ponto de partida pode ser considerado sociológico, no sentido que a divisão do corpus em dois recortes básicos é suposta como legítima com base nas posições eleitorais dos sujeitos - **GO** e **GS**. Mesmo nesta seção, no entanto, já se avança “discursivamente”, isto é, postula-se que o que constitui tais grupos é seu discurso.

Na disputa pelo poder, o momento da campanha eleitoral reveste-se de importância fundamental e os grupos em luta utilizam-se de textos como Programas de Campanha e Informativos destinados aos eleitores, cujos discursos pretendem produzir efeitos de sentido de persuasão. Isto ocorre porque uma das características fundamentais de tais textos é que seus discursos possuem o conhecido caráter dissertativo-argumentativo, ou seja, “pretendem interferir sobre

as representações ou convicções do outro, com o alvo de modificá-las (ou aumentar a adesão a tais convicções)” (Geraldi, 1981: 65).

Partindo dos textos oficiais de campanha, analisaremos como são construídos os lugares de situação e oposição. Este será o próximo passo.

1. OS LUGARES: SITUAÇÃO VERSUS OPOSIÇÃO

A partir de pistas indicadoras de relações interdiscursivas presentes nos textos oficiais de campanha, e percebendo sua regularidade, pudemos perceber, em parte, como essas relações se organizavam e o modo de seu funcionamento. Isto nos permitiu identificar efetivamente dois lugares discursivos: oposição e situação.

Com base no fato de haver quatro chapas concorrentes à eleição, poder-se-ia supor que havia quatro grupos em luta pelo poder. Mas, três deles se colocavam contra a situação vigente, e um deles buscava sedimentar a situação. As condições de produção permitem-me, pois, agrupar os textos em dois eixos, ou dois discursos, ligados a dois grupos: *Grupo S* e *Grupo O*. Esta hipótese baseia-se em Foucault (1971: 44-45), quando diz que “o pertencimento doutrinal põe em causa ao mesmo tempo o enunciado e o sujeito falante, e um através do outro. (...) a doutrina põe em causa os enunciados a partir dos sujeitos falantes,

na medida em que a doutrina vale sempre como o sinal, a manifestação e o instrumento de um pertencimento prévio - pertencimento de classe, de estatuto social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação. A doutrina liga indivíduos a certos tipos de enunciados e lhes proíbe, por conseqüência, todos os outros; mas ela se serve, em compensação, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si, e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. A doutrina efetua uma dupla sujeição: dos sujeitos falantes aos discursos, e dos discursos ao grupo, pelo menos virtual, dos indivíduos falantes". Dessa forma, no caso do corpus que analisamos, pode-se afirmar a possibilidade de identificação dos sujeitos a partir dos enunciados e, ao mesmo tempo, de relacionar enunciados a determinados lugares de enunciação - no caso, situação e oposição.

Por isso, metodologicamente, para este trabalho, consideraremos que os sujeitos (e os discursos) estão divididos em dois grupos. Esta divisão baseia-se naquelas condições de produção e num conjunto de enunciados característicos de concepções e posturas políticas que tornam os membros de cada grupo semelhantes entre si e diferentes dos membros do outro, como mostraremos a seguir:

Grupo S (GS) - composto pelos sujeitos que adotam, basicamente, a posição de sedimentar a situação vigente. Seus discursos pressupõem que a

situação anterior é boa e por isso os sujeitos de certa forma a defendem. Apenas pretendem melhorá-la, seguindo a mesma orientação, como mostra o uso, em seus discursos, de verbos como: ampliar, atualizar, redistribuir, intensificar, assegurar, cultivar etc. Vejamos os seguintes exemplos de enunciados⁶ básicos:

"Por um ensino: (...) que **amplie, atualize e redistribua** o acervo bibliográfico." (PC 4, p.1)

"Por um ensino: (...) que **intensifique** a presença de professores-visitantes de outras instituições." (PC 4, p.1)

"Por uma pós-graduação: (...) que **amplie** os laços com fontes financiadoras no Brasil e no Exterior" (PC 4, p.1)

"Por uma Pós-graduação: (...) que **assegure** a participação de técnicos administrativos, docentes e recém-graduados em cursos de pós-graduação." (PC 4, p.1)

"Por uma prática cultural e de lazer: (...) que **amplie** as manifestações internas" (PC 4, p.2)

⁶ . Foucault (1969:69) afirma que o enunciado "é uma função que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles 'fazem sentido' ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado para sua formulação".

Como se vê, esses enunciados constroem uma boa imagem da UNIR. Através dela, o **GS** institui um efeito de sentido - na verdade, a maior parte dos itens grifados introduzem pressuposições - de que a instituição possui uma série de características positivas para uma universidade, graças à sua gestão: acervo bibliográfico, professores-visitantes, relações com fontes financiadoras, participação de técnico-administrativos em pós-graduação, manifestações culturais internas. Por isso, propõe como objetivo práticas políticas que melhorem mais ainda a situação vigente. Entretanto, enunciar a partir de pressuposições positivas - há um acervo, há professores visitantes etc. - tem para o GS uma dupla utilidade: uma delas é afirmar que a UNIR possui todas aquelas características, mas sem poder ser acusado de ser o responsável por tais asserções (isto porque as pressuposições são uma forma de introduzir o discurso de outro), ou seja, "não sou eu quem afirma isto"; a outra utilidade é afirmar que foi o próprio grupo o responsável pelas práticas políticas que levaram a UNIR a uma situação positiva. Ocorre que o locutor do GS, ao trazer para o discurso aquelas pressuposições, torna-se responsável pelas conclusões decorrentes, ou seja, de que a situação vigente na UNIR é boa e, por isso, deve continuar.

O que caracteriza fundamentalmente os discursos do **Grupo O (GO)** é que seus locutores se colocavam contra a situação vigente e por isso, em seus enunciados, combatem um projeto de universidade que estava sendo

desenvolvido, contra o qual se posicionam. São representativos deste discurso enunciados como:

"Queremos construir uma UNiversidade de verdade, alicerçada na participação, na franqueza e na competência." (PC 1, p.2)

"Quebrar a prática de submissão ao MEC, em seus aspectos mais elementares, exercendo autonomia universitária com responsabilidade;" (PC 1, p.3)

"Não podemos mais estudar, trabalhar, viver numa universidade estagnada, isolada e desintegrada com o povo do nosso Estado." (PC 2, p.2)

"Finalizando, precisamos caminhar juntos na construção de um projeto de Universidade para sairmos do despotismo no qual estamos embrenhados." (PC 2, p.2)

"Estabelecer e aprofundar relações democráticas, respeitando suas deliberações, indicações e autonomia, com a Associação dos Docentes da UNIR (ADUNIR), Associação dos Servidores da UNIR (ASSUNIR) e Diretório Central dos Estudantes (DCE)." (PC 3)

"Apoiar as iniciativas artísticas, culturais, esportivas, recreativas, de lazer e estudos promovidos pelos segmentos da Universidade ou propostos por entidades extra-universidade." (PC 3)

A partir desses enunciados, o **GO** constrói uma imagem negativa da UNIR. Essa imagem funda-se em pressuposições de que a UNIR (ou, seja a administração da situação vigente) não é uma universidade de verdade, pois ela é submissa ao MEC, está estagnada, isolada do Estado de Rondônia, está presa a despotismos, as relações são autoritárias e a UNIR não apoia as iniciativas em geral.

Um processo eleitoral é, antes de mais nada, um conflito de grupos em luta pelo poder, em que a comunidade escolhe um deles. Tipicamente, situação e oposição desejam fazer com que os eleitores atribuam o poder a um grupo e não a outro. No caso que estou analisando, o discurso situacionista do **GS** é, freqüentemente, um discurso de prestação de contas, ou seja, aquele que visa persuadir o eleitor de que as promessas feitas durante a campanha anterior foram cumpridas e, por isso, o grupo merece receber a aprovação da comunidade universitária, ou seja, através do voto dos eleitores, a permanência no poder. Vejamos alguns enunciados representativos:

"Em três anos e meio de gestão, a atual administração da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) promoveu mais de uma centena de atividades extra-curriculares, (...)" (I C 1b)

"Números mostram elevado desenvolvimento da UNIR". (IC 1b)

"A Universidade Possível (...) para enfrentar e ultrapassar a crise, a falta de verbas e o sucateamento das universidades." (PC 4, p.1)

O discurso oposicionista do **GO** pretende mostrar que as promessas do **GS** não foram executadas ou sua execução foi danosa à comunidade e que, por isso, o grupo situacionista deve ser penalizado. Além disso, propõe a execução de um *outro fazer* e, para isso, deseja obter o poder de que a comunidade é detentora. Para isso, ele argumenta mostrando pontos negativos da administração do **GS**, que fazem com que a UNIR não se constitua numa universidade de fato, pois: faltam-lhe condições físicas, o campus é mal conservado e a política administrativa é autoritária. Diante de tal realidade, o grupo oposicionista se coloca como opção para que a UNIR se torne, verdadeiramente, universidade, mas, para que seu projeto seja executado, ele pede o poder da comunidade, chamando-a de "cúmplice" (embora entre aspas) e "madura". Os enunciados abaixo são representativos desse discurso do **GO**:

"A UNIR, não obstante promessas feitas na campanha anterior, não virou universidade". (IC 3b, p.2)

"Nossas instalações são insuficientes. As coordenações e os departamentos estão mal instalados. Os laboratórios precisam de equipamentos.

As possibilidades de encontros informais inexitem (...) temos, portanto, um imenso trabalho para fazer da UNIR uma Universidade de fato e de verdade (...) com seu voto no dia 26 de novembro (...) você será **'cúmplice'**, responsável conosco em nosso sincero ideal de erguer uma universidade melhor (...) " (PC 1, p.4)

"Na atual gestão da UNIR o mato disputa com os alunos e funcionários os espaços que ainda restam do Campus." (IC 3b, p.2)

"As restrições, os preconceitos e as perseguições precisam ser eliminados." (PC 2, p.2)

"A comunidade, certamente, responderá de forma madura." (PC 1, p.2)

O enunciador dos discursos do grupo de oposição (**GO**), para influenciar o eleitor, utiliza-se de rodeios, isto é, seu discurso não é do tipo que explicita diretamente seus pontos de vista. Nesta estratégia, "o próprio interlocutor se transforma num agente de persuasão. O persuasor tem apenas que controlar o processo de interação que leva ao assentimento ideal" (Bellenger, 1987). Esse ardil "inculca no indivíduo certos desejos que forçam o consentimento" (Malone, 1994:902). Esse estilo não direto, que se vale de rodeios, utiliza-se de um estilo bastante inventivo, nos Informativos de Campanha 3a e 3b, onde o enunciador combate a prática política do seu opositor:

"A UNIR, não obstante promessas feitas na campanha anterior, não virou Universidade. Mesmo porque Universidade não se 'vira', mas sim, constrói-se"

Mais adiante, o enunciador explicita qual é o caminho:

"Para romper com o continuísmo, a única alternativa é elaborar (...) um projeto coletivo"

Apelativamente, pede para que o sigam

"Em nome do Saber e da Vida, conclamamos os alunos, os professores e os técnicos-administrativos a entoarmos os cânticos da liberdade, da fraternidade social e do compromisso de luta contra todas as formas de opressão (...) por isso convidamos você a construir conosco com S. e com J. uma nova UNIR".

e apresenta-se como aquele que preenche os anseios da comunidade:

a Profa. Dra. S.M. é considerada, pelos alunos, professores e técnicos-administrativos da UNIR, como a pessoa mais adequada para exercer a reitoria da Universidade Federal de Rondônia, para que possamos construir e consolidar uma UNIVERSIDADE NECESSÁRIA ao desenvolvimento de Rondônia, da Amazônia e do Brasil".

Os lugares de situação e oposição se mostram, como veremos durante a análise, elementos importantes na produção de sentidos a serem compreendidos.

Nas próximas etapas de nosso percurso analisaremos como é construída a cenografia enunciativa dos discursos.

2. A CONSTITUIÇÃO DA CENOGRAFIA ENUNCIATIVA

Os grupos em disputa eleitoral pela reitoria da UNIR constituem, através da enunciação de seus discursos, a cenografia enunciativa na qual o episódio eleitoral se desenvolve.

Nesta parte do capítulo, analisaremos como se constitui a cenografia enunciativa dos discursos dos grupo em confronto.

Em decorrência da especificidade do corpus em análise, o que proponho é instaurar um modelo de análise que considero mais eficiente, que chamo de cenografia enunciativa. Este modelo é constituído, principalmente, a partir da combinação de conceitos tratados por Pêcheux (1969), das reformulações desses conceitos em Pêcheux e Fuchs (1975) e de conceitos expostos por Maingueneau (1987), assim como pelo acréscimo de outros elementos, buscados, entre outros autores, em Bakhtin. Isto significa afirmar que os modelos de cada um desses autores nos pareceu insatisfatório. Nossa preocupação é com a produtividade da

análise que nos propomos realizar. Para tanto, pareceu impossível seguir ao pé da letra, e exclusivamente, qualquer um dos modelos mencionados. Por isso, ousamos, aqui, uma "combinação".

Como já se disse no corpus analisado neste trabalho confrontam-se dois grupos: o da situação e o da oposição. O jogo de imagens é uma das características dominantes no funcionamento discursivo e é decisivo na representação discursiva dos sujeitos. Por isso, pretendemos trabalhar com o conceito de imagens mútuas. Desta forma, partimos de Pêcheux (1969:82), que, ao tratar das condições de produção do discurso (CPs), assinala que "o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (...) o referente pertence igualmente às condições de produção". Em relação a esses pontos do texto de Pêcheux (1969), é importante ressaltar, aqui, certos esclarecimentos feitos por Pêcheux e Fuchs (1975), que serão por nós considerados, em relação a certas formulações que foram consideradas ambíguas. Segundo Pêcheux e Fuchs, as ambigüidades residiam no fato de que "os papéis mais ou menos conscientemente colocados em jogo (...) determinariam 'a situação vivida pelo sujeito' no sentido de variável subjetiva ('atitudes', 'representações' etc.) (...). O que faltava no texto de 1969 era precisamente uma teoria deste imaginário localizada em relação ao real. [O que faltava] era uma teoria não-subjetiva da

constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador. [Essa lacuna fez com que] as relações de lugar fossem confundidas com o jogo de espelhos de papéis interiores a uma instituição (...)" (p.170-1). Pêcheux e Fuchs rompem, assim com a concepção psicossocial das condições de produção. O conceito das CPs é redirecionado ao ser submetido à dependência da relação que uma formação discursiva (FD) mantém com a diversidade de seu interdiscurso.

Ressaltamos também outros esclarecimentos feitos por Geraldi et alii (1983:133), que afirmaram que "em Pêcheux, tudo parece indicar que [as] imagens são concebidas como prévias ao discurso e que os interlocutores as levam em conta". No parecer desse autores, de fato, "as imagens vão sendo construídas durante a interlocução, o que as faz lingüísticas. (Isso não implica em que a primeira fala se dê num vazío de imagens; o que se quer dizer é que não é [apenas] uma imagem prévia que conta (...)" (p.133). Essa hipótese foi formulada a partir do estudo que os autores realizaram sobre a interlocução no debate político na televisão de candidatos a governo do Estado. Acreditamos que essa hipótese seja verdadeira não apenas para este caso em particular, pois parecemos que, em nosso estudo, as imagens também não se encontram como tal antes dos discursos, mas são constituídas também a partir do processo de interlocução, como mostram os processos discursivos que são colocados em jogo na formulação dos textos produzidos durante o processo eleitoral.

Veja-se, a seguir, o quadro das questões que, segundo Pêcheux (1969), são implicitamente formuladas pelos locutores, no processo discursivo:

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subtende a formação imaginária
IA (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
IA (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
IB (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"
IB (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	"Quem é ele para que me fale assim?"
A IA (R)	"Ponto de vista" de A sobre R	"De que lhe falo assim?"
B IB (R)	"Ponto de vista" de B sobre R	"De que ele me fala assim?"

Como podemos observar a partir do quadro acima, Pêcheux não trata dos "lugares" que A e B atribuem ao tempo e ao espaço de suas enunciações. Apesar de relatar que "o 'contexto', 'a situação' na qual aparece o discurso pertencem igualmente às condições de produção" (p.83), não era preocupação de Pêcheux tratar nas formações imaginárias das condições de produção do discurso

categorias como as de espaço e tempo da enunciação. Entretanto, para a análise das formações imaginárias do corpus desta pesquisa será necessário ampliar o conjunto de elementos envolvidos no jogo de imagens. Além de respondermos às questões referentes às imagens de A e às referentes às imagens de B, nossa proposta é também responder às questões sobre as imagens que A e B fazem sobre o tempo (T) e o espaço (E) de suas enunciações: “de que tempo eu lhe falo assim?”; “de qual espaço eu lhe falo assim?”. Esta necessidade foi percebida a partir de análises da dêixis apresentadas em Maingueneau (1987), que comentarei abaixo. Este é um exemplo do que, acima, chamei de “combinação” de modelos. Incluindo as questões de espaço e tempo, o quadro de Pêcheux teria a seguinte reformulação:

I) Formações imaginárias de A:	1. Que imagem faço de mim para falar ao outro assim?
	2. Que imagem faço do outro para lhe falar assim?
	3. Que imagem faço do referente para falar ao outro assim?
	4. De que tempo lhe falo assim?
	5. De que espaço lhe falo assim?
II) Formações imaginárias de B:	1. Que imagem faço de mim para falar ao outro assim?
	2. Que imagem faço do outro para lhe falar assim?
	3. Que imagem faço do referente para falar ao outro assim?
	4. De que tempo lhe falo assim?
	5. De que espaço lhe falo assim?

Maingueneau (1987:41-45) trata das coordenadas espaço-temporais presentes no ato da enunciação. Na perspectiva desse autor, tais coordenadas

são tratadas no interior do quadro básico da dêixis, embora alterado em relação aos lugares e tempos meramente circunstanciais. Para maior clareza, farei uma breve exposição desse tópico.

Na língua, a "dêixis" define as coordenadas espaço-temporais implicadas em um ato de enunciação, ou seja, o conjunto de referências articuladas pelo triângulo:

EU < --- > TU -- AQUI -- AGORA

Entretanto, Maingueneau afirma que, para se obter a cenografia de uma formação discursiva, em primeiro lugar precisamos ter acesso à dêixis discursiva e, num segundo momento, à dêixis fundadora. Ou seja, a dêixis discursiva possui a mesma função da "dêixis" lingüística, mas manifesta-se em um nível diferente: o do universo de sentido que uma formação discursiva constrói através de sua enunciação.

São distinguidos nesta dêixis o locutor e o destinatário discursivos, a cronografia e a topografia. Em geral, as três instâncias da dêixis discursiva não correspondem a um número idêntico de designações nos textos. Cada uma recobre uma família de expressões em relação de substituição.

O discurso escolar da III República, por exemplo, trata de um universo onde *o mesmo termo satura os três lugares: "a República" é, a um só tempo, o*

locutor discursivo (é ela que se dirige às crianças), a *topografia* (a República delimita o território da pátria) e a *cronografia* (a República é a última fase da história da França, de onde este discurso é enunciado). Apenas o destinatário (o aluno) parece escapar deste termo.

No discurso da Frente Nacional, por exemplo, há um deslizamento constante de uma instância para outra. São atribuídos como *locutor e destinatário* “as forças sadias da nação”, “a direita nacional”, etc.; como *topografia* é instituída a “França”, “o Ocidente”, “a Europa Cristã”, etc.; como *cronografia* é estabelecido “o processo de decadência intelectual, moral e física em que estamos engajados. Como vimos, neste exemplo, pode ocorrer que a mesma instância seja ocupada por várias designações.

A dêixis fundadora é o segundo ponto de acesso à cenografia de uma formação discursiva. A dêixis fundadora é entendida como a(s) situação(ões) de enunciação anterior(es) que a dêixis atual utiliza e repete, retirando dela boa parte de sua legitimidade. Uma formação discursiva, na realidade, só pode enunciar de forma válida se puder inscrever sua alocução nos vestígios de uma outra dêixis, cuja história ela institui ou “capta” a seu favor. São distinguidos a locução fundadora, a cronografia e a topografia fundadoras.

O discurso jansenista, por exemplo, supõe uma *dêixis discursiva* referente à corrupção que o humanismo pagão da Renascença impôs à Igreja, enquanto

sua *déixis fundadora* é a Igreja dos primeiros tempos. Seu locutor discursivo, a comunidade cristã de Jerusalém.

Outro exemplo é o discurso de Saint-Just diante da Convenção. Quando Saint-Just lembra “a voz de um camponês do Danúbio [que] não foi desprezada em um Senado corrompido”, faz mais que remeter a um *chavão* da retórica. Além da cena do discurso de 23 ventôse ano II⁷, desenha-se a cena do camponês frente ao Senado romano: de certa forma, Saint-Just é, a partir de então, este camponês, a convenção é o Senado. A enunciação se duplica em uma outra, retirada da República romana, repertório supremo das cenas fundadoras dos discursos da Revolução. “Longe de ser puro aparato retórico, estes processos de identificação desempenham um papel crucial no exercício da discursividade”.

Maingueneau trabalha com categorias como locutor e destinatário discursivos, pois para ele, “se existe *déixis* discursiva é porque uma formação discursiva não enuncia a partir de um sujeito, de uma conjuntura histórica e de um espaço objetivamente determináveis do exterior, mas por atribuir-se a cena que sua enunciação ao mesmo tempo produz e pressupõe para se legitimar” (p.42). Concordamos com o autor citado que “uma formação discursiva não enuncia a partir de um sujeito”. Também entendemos que o sujeito do discurso toma a palavra num ato social através da prática discursiva. Por isso, trabalharemos com o conceito de sujeito discursivo (e não de locutor), adiante, no

⁷. Do calendário da Revolução Francesa, correspondendo a 13 de março de 1794 (N. do T.).

tópico *Os Lugares Discursivos - a constituição do sujeito discursivo*. Em lugar de utilizar o conceito de destinatário, trabalharemos com a noção do *outro discursivo* conforme está explicitada, também, adiante, no tópico *A constituição do outro discursivo*.

A cenografia estabelece uma fronteira entre aquilo que os sujeitos dos dois grupos disseram e que constitui a materialidade de seus discursos e aquilo que se configura como excluído de seus discursos. A análise da cenografia enunciativa mostrará o jogo da interação, da interlocução nos textos do nosso corpus, visto que, como afirma Parret (1983:83), "a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito antes que ele enuncie, mas uma teoria da instância da enunciação que é ao mesmo tempo e intrinsecamente, um efeito de enunciado".

Na constituição da cenografia enunciativa, na disputa sucessória de reitor na UNIR, o diálogo é o fundamento dos discursos construídos. Mais do que simples transmissão de mensagens, como era para Jakobson (1969), a comunicação para Bakhtin (1992), só existe na reciprocidade do diálogo.

Para explicitar melhor essa questão, reportamo-nos a uma categoria básica do pensamento de Bakhtin - o dialogismo. Bakhtin constrói o princípio do dialogismo a partir da relação de alteridade em que o *eu* constitui-se pelo reconhecimento do *tu*. Representativa dessa posição é, por exemplo, a seguinte passagem: "o próprio ser do homem, tanto exterior quanto interior, é uma comunicação profunda. Ser significa comunicar (...), ser para o outro e, através

dele, para si. O homem não possui território interior soberano, ele está inteiramente e sempre sobre uma fronteira; olhando o interior de si, ele olha nos olhos do outro ou através dos olhos do outro” (Bakhtin, 1961, *apud* Todorov, 1981:148).

O fato de que a AD leva em conta as condições de produção faz com que, freqüentemente, a questão do discurso seja formulada da seguinte maneira: por um lado, há as condições (históricas) de produção e, por outro, o discurso produzido nessas condições. Os analistas do discurso (ver, p. ex. Maingueneau, 1987) têm a ambição de demonstrar que se trata de uma única realidade, e que os dois “lugares” são discursivos, que não há um “exterior” enquanto tal.

Os enunciados são, a rigor, a única realidade do discurso, por sua historicidade - isto é, localização no tempo e no espaço - e por seu caráter interacional e, portanto, dialógico. O que não significa, no entanto, que o discurso se esgote na língua ou se reduza a ela. Significa apenas que o que não é lingüístico no discurso só é relevante na medida em que afeta os enunciados. Falar em enunciados implica remeter, de algum modo, à enunciação, como se verá adiante. E a enunciação supõe, entre outras coisas, locutores, sujeitos.

A melhor maneira de compreender os locutores dos grupos de oposição e de situação ao produzirem seus discursos na elaboração dos programas de companhia e dos informativos, realizando atos de interlocução discursiva, não é a descrita por Benveniste (1966), que vê interlocução a partir dos pólos EU-TU e

na reversibilidade de papéis interlocutivos, mas a descrição de Bakhtin, para quem a relação dialógica se dá fundamentalmente entre discursos (embora sem exclusão dos interlocutores). Para esse autor a dialogização do discurso orienta-se em duas direções: uma para outros discursos e a outra para o destinatário.

Apesar de, no corpus relativo à disputa eleitoral que estamos analisando, não haver alternância entre os sujeitos dos discursos nas posições de locutor e interlocutor e de não haver a presença física dos interlocutores, há diálogo enquanto ato de intersubjetividade. Fundamento tal posição na tese de Bakhtin de que "a orientação dialógica do discurso é naturalmente um fenômeno próprio de todo o discurso (...) a dialogização interior do discurso - tanto na réplica, quanto no enunciado monológico - penetra em toda sua estrutura, em todas suas camadas semânticas e expressivas (...)" (1978:102). O material discursivo que estamos analisando era dirigido a interlocutores específicos, a comunidade universitária, com o intuito de persuadi-la.

Neste capítulo, o acesso à cenografia enunciativa se dará através da análise de dois pontos fundamentais: 1) dos lugares discursivos e 2) dos lugares fundadores.

O que chamo de lugares discursivos parte da concepção de instâncias da enunciação como "lugares". Os lugares discursivos são apreendidos a partir da produção dos sentidos que uma formação discursiva possibilita através da

enunciação. Nesta dissertação, a constituição dos lugares discursivos compreende o sujeito e o outro discursivos, a topografia e a cronografia. Estes constituem o primeiro acesso à cenografia de uma formação discursiva.

Os lugares fundadores compreendem os discursos anteriores, que a discurso atual usa, repete e do qual retira boa parte de sua legitimidade. Distinguem-se, aqui, o sujeito fundador, a topografia e cronografia fundadoras.

A partir da análise dos lugares discursivos e dos lugares fundadores, descreverei como os sujeitos constroem a cenografia de sua autoridade enunciativa. Isto significa mostrar como eles determinam para si e para os destinatários (eleitor, adversário) os lugares que a enunciação requer para ser legítima.

2.1. Os Lugares Discursivos

2.1.1. A constituição do sujeito discursivo

O sujeito se constitui em relação ao outro num jogo de contraposições enunciativas. No nível dos juízos revestidos de determinada forma lógica e de um conteúdo concreto semântico determinado, não há relações dialógicas. Considere-se, p. ex. $p / \sim p$. Entre esses juízos há uma certa relação lógica: um é

a negação do outro. Mas entre eles não há relações dialógicas. Para que possa surgir relação dialógica ou para que se possa dar-lhes um tratamento dialógico, é necessário que eles se materializem.

Para Bakhtin (1981: 159), "as relações dialógicas são absolutamente impossíveis sem relações lógicas e concreto-semânticas mas [aquelas são] irredutíveis a estas e têm especificidade própria. Para tornarem-se dialógicas, as relações lógicas e concreto-semânticas devem (...) materializar-se, ou seja, devem passar a outro campo de existência, devem tornar-se discurso, ou seja, enunciado e ganhar *autor*, criador de dado enunciado cuja expressão ele expressa." As relações dialógicas expressam-se nos enunciados, nas posições dos sujeitos.

Não há discurso sem sujeitos de enunciados. Sem os sujeitos, teríamos apenas juízos, formas lógicas, orações, que vimos Bakhtin "condenar" na citação acima. O discurso implica fatores diversos, entre outros, um sujeito. A esse respeito, é importante considerar também a contribuição de Foucault (1969:09) na constituição do conceito de sujeito discursivo.

Foucault faz algumas distinções a propósito do sujeito enunciante que clarificam a noção de sujeito aqui trabalhada. A primeira consiste em distinguir sujeito enunciante e primeira pessoa. Sobre isso, ele afirma: "não é preciso, na verdade, reduzir o sujeito do enunciado aos elementos gramaticais de primeira pessoa que estão presentes no interior da frase: inicialmente, porque o sujeito do

enunciado não está dentro do sintagma lingüístico; em seguida, porque um enunciado que não comporta primeira pessoa tem, ainda assim, um sujeito; enfim e sobretudo, todos os enunciados que têm uma forma gramatical fixa (quer seja em primeira pessoa ou em segunda pessoa) não têm um único e mesmo tipo de relação com o sujeito do enunciado”.

A outra consiste em distinguir sujeito enunciante e indivíduo real que articulou ou escreveu a frase, ou seja, ao emissor de signos. Segundo esse autor, para que os signos existam é necessário alguém para proferi-los, um “autor”, ou uma instância produtora. Pode-se, certamente, aproximar Bakhtin e Foucault, apesar de eventuais diferenças, na medida em que, para ambos, a função de autor não se confunde com a de criadores “individuais”, “geniais”. Isto é, “esse ‘autor’ não é idêntico ao sujeito do enunciado” (Foucault, 1969:109).

Para Foucault (1969:109), o sujeito do enunciado “é um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia - ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma. Esse lugar é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado, constituindo um dos traços que pertencem exclusivamente à função enunciativa e permitem descrevê-la”.

O que é importante concluir é que o sujeito do discurso não é um sujeito "em si", livre de regras ou condicionamentos exteriores, históricos. A fala do sujeito é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social e são as formações discursivas (FDs) que determinam "qual é fornecem a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito" (Foucault, 1969:109).

A constituição do lugar de sujeito pode ser resumida com a seguinte formulação de F. Flahault (1978:50): "cada um alcança sua identidade a partir e no interior de um sistema de lugares que o ultrapassa".

A partir de certas regularidades do material discursivo em análise, examinaremos as estratégias discursivas utilizadas, que mostram como se dá a constituição dos sujeitos nos discursos dos grupos em confronto pelo poder que chamarei de *sujeito do grupo da situação* e *sujeito do grupo de oposição*. Para isso, analisarei os lugares em que eles se representam.

Ao enunciar, o locutor instaura um diálogo com um interlocutor sobre um referente com finalidades específicas. Para M. Pêcheux (1969), discurso implica, além do "efeitos de sentidos", uma relação de intersubjetividade.

Na constituição do sujeito discursivo, examinarei, inicialmente, as representações que os sujeitos dos dois grupos em luta atribuem a si mesmos.

A constituição do sujeito discursivo situacionista

O sujeito situacionista é constituído por imagens que compõem as diferentes representações de candidato a reitor dirigidas à comunidade universitária instituídas nos discursos.

O sujeito do grupo da situação representa-se, em seus discursos, através do lugar institucional mobilizando um léxico coletivo (isto é, que evita a referência a sujeitos individuais), referente ao espaço institucional, através, por exemplo, de expressões como: **a UNIR, a administração da UNIR, a atual administração da UNIR, gestão Dettoni**. Isto corre porque, enquanto o locutor, ao tomar a palavra está realizando um ato individual ao dizer EU, o sujeito do discurso toma a palavra num ato social através da prática discursiva. Na análise, verificaremos as imagens que ele faz de si, isto é, como ele se representa.

Uma das características dominantes nos discursos do sujeito situacionista é a ênfase na competência. O candidato da situação se percebe e deseja ser percebido como apto. Desta forma, ele se representa como **competente**, como aquele que, quando foi vice-reitor, cumpriu o que prometeu na campanha anterior e por isso deve receber o voto da comunidade universitária, agora, quando é candidato a reitor. Para isso, ele mobiliza um lugar da administração competente para representar-se como competente utilizando-se de dados que mostram o

crescimento da UNIR, naqueles últimos três anos, tanto em relação ao aumento do número de vagas quanto ao aumento do número de candidatos ao vestibular, no número de formandos e nas atividades extra-curriculares. Afirma a mudança qualitativa a partir da política de contratação e de incentivo na qualificação profissional, que tem como consequência a formação de profissionais pela UNIR "em condições de ocupar o mercado". A afirmação da modernização é fundamentada no processo de informatização que estava sendo instalado na instituição. Como exemplos dessa representação, recortamos os seguintes enunciados representativos:

"Ainda que se pretendesse tapar o sol com a peneira, **os números desmontariam o embuste e mostrariam que de abril de 1989 para cá, período em que a atual administração vem atuando, a evolução do ensino na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) deu saltos qualitativos e quantitativos.** O total de candidatos inscritos no vestibular em 1989, por exemplo, *atingiu o número de 4 mil 162* candidatos para uma oferta de 670 vagas, contra 410 oferecidas no ano anterior, revelando uma evolução da ordem de 63,41 por cento." (IC 1b)

"De 1989 a 1991 a UNIR formou 673 profissionais de nível superior, um pouco mais que o total de diplomados nos seis anos anteriores, que foi de 671 formados. **Os números referentes ao ano em curso ainda não foram fechados**

mas as estimativas menos otimistas apontam para algo em torno de mais de 200 formandos." (IC 1b)

"Em três anos e meio de gestão, a atual administração da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) promoveu mais de uma centena de atividades extra curriculares, aí incluídos 63 seminários e encontros, além de 48 eventos mais diretamente ligados às manifestações culturais, tais como exposição de arte, apresentações de teatro, realizações de shows, promoções esportivas e manifestações folclóricas." (IC 1b)

"O processo de informatização da Unir, já em fase de implantação, deverá estar completado até o início do próximo ano, proporcionando aos usuários - professores, estudantes e quadro administrativo - uma excelência de atendimento em tecnologia de ponta, tais como o pronto acesso a informações e total confiabilidade nos serviços solicitados. A administração da Unir mostra desse modo que é possível preparar a instituição para entrar no terceiro milênio." (IC 1b)

"(...) a Unir vem mostrando na prática que está formando profissionais em condições de ocupar o mercado, haja vista, que os últimos Concursos Públicos estaduais de Procurador do Estado, Magistratura, Auditoria, Municipal, tiveram candidatos aprovados nos primeiros lugares oriundos da universidade rondoniense. O próprio Concurso de Docentes da instituição aprovou alguns candidatos formados pela Unir." (IC 1b)

"As estatísticas provam que nos últimos três anos a qualidade de ensino melhorou com a política adotada de contratação e incentivo à pós-graduação." (IC 1b)

O crescimento quantitativo e qualitativo e a modernização são usados como argumentos para demonstrar a competência do candidato situacionista, pois os dados estatísticos servem como defesa aos ataques alegando incompetência, dirigidos pelo adversário opositorista, como pode-se observar, detalhadamente, mais adiante quando analisarmos as representações que o Grupo Opositorista (**GO**) faz do Grupo Situacionista (**GS**). Essa representação do sujeito situacionista é utilizada como argumento favorável porque vai ao encontro do imaginário social, no qual a competência é uma característica positiva e essencial que deve estar presente naquele que pretende ocupar um cargo de direção.

O fato de o sujeito situacionista representar-se de forma impessoal, como mostra o uso das expressões *a Unir, a administração da Unir, gestão* e, conseqüentemente, do verbo na 3ª. pessoa do singular, possibilitou ao sujeito instaurar particularmente o efeito de sentido de ser co-responsável pelos feitos positivos da administração. Ao candidato da situação, por participar da gestão da UNIR naquele momento, podem ser imputadas as qualidades de apoiador e incentivador da cultura rondoniense:

"A Unir esteve presente nas manifestações culturais do estado, onde foi possível **apoiar e incentivar a cultura rondoniense.**" (IC 1b)

Pode ser visto como **pessoa séria e honesta**, pois em sua gestão não houve quebra de sigilo nos concursos vestibulares promovidos:

"Nos últimos três anos e meio a Unir promoveu quatro vestibulares **sem problemas de quebra de sigilo.** O que não ocorreu em anos anteriores à posse da atual administração , quando se verificaram concursos sob suspeitas de fraudes e/ou confirmada a quebra de sigilo." (IC 1b)

"(...) **o vestibular da Unir é reconhecido pela seriedade (...).**" (IC 1b)

Ele pode se representar como **administrador racional**, ao usar o dinheiro público de forma econômica na modernização da instituição:

"**A Unir vai ao 3º milênio operando computadores (...)** A Administração da Unir adquiriu na própria fábrica da IBM, nos USA, vinte computadores, obtendo uma economia em torno de 50 por cento (...) **A administração da Unir mostra, desse modo que é possível preparar a instituição para entrar no terceiro milênio.**" (IC 1b)

"**A Unir vem investindo na automação dos "campi."** (IC 1b)

A imagem do **incompreendido** é outra forma com a qual o candidato situacionista se representa. Ela está representada, conforme se pode analisar, nos enunciados a seguir:

"A Administração da Unir apresentou um projeto de reestruturação dos "Campi" da universidade sediados no interior (...) **nos últimos dois meses o projeto vem sendo distorcido e manipulado para efeito de campanha eleitoral de Reitor.**" (IC 1b)

"O projeto não é fechado, ao contrário. Os "Campi", através da comunidade acadêmica, é que apontarão as suas necessidades e as condições reais de funcionamento. **Os críticos do "Pique" (...) se eximem de uma discussão mais aprofundada do projeto, em alguns casos, sem nenhuma leitura da proposta.**" (IC 1b)

"Setores da comunidade acadêmica afirmam que o projeto tem como objetivo transferir os cursos do campus de Porto Velho para os "campi" do interior, e vice-versa. **Tudo má informação.**" (IC 1b)

Estas justificações e explicações presentes nos enunciados representativos da imagem de incompreendido, por um lado, refletem como o sujeito situacionista se sente em função dos ataques que o *grupo de oposição* faz a sua gestão enquanto Vice-Reitor, principalmente, em relação ao efeitos de sentido provocados pelo projeto "Pique" de reestruturação dos campi da UNIR

sediados no interior do Estado de Rondônia, do qual o Vice-Reitor era grande defensor. Por outro lado, tem a utilidade de sensibilizar e persuadir a comunidade para colocar-se contra essa injustiça (que é atribuída à distorção e à má informação), e conseqüentemente, a favor do candidato situacionista.

Em resumo, é com as imagens de competente, sério, honesto, econômico e incompreendido que o sujeito situacionista joga em seu discurso.

A constituição do sujeito discursivo oposicionista

A constituição discursiva do sujeito oposicionista é representada por imagens que compõem as diferentes representações enquanto opositor.

Os discursos produzidos pelo sujeito do grupo de oposição (como todo sujeito) sempre pressupõem uma imagem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Essas imagens constituem as diferentes representações da figura de candidato a reitor *em oposição ao adversário situacionista*, dirigidas aos eleitores instituídos por tais discursos. Uma das formas de caracterizar-se como oposicionista era colocar-se como candidato não continuísta, que não tinha participado da administração da universidade quando o Grupo Situacionista (GS) estava no poder. Essa representação lhe possibilitava não ser acusado pelas

"falhas e prejuízos" administrativos do GS, ao mesmo tempo que lhe permitia desferir ataques ao seu adversário político:

"Somos a única chapa que, de fato, não possui candidaturas oriundas da atual administração da UNIR." (PC 1, p.4)

"(...) a Universidade necessária, aquela que, (...) **recusando os modelos continuístas de administração**, possa fazer brotar da crise em que vivemos na UNIR uma nova forma de viver, conviver, pensar e fazer a Universidade." (IC 3b, p.2)

Ao colocar-se legitimado pelas exigências de valores e forças situadas num nível superior, acima da sua individualidade, o sujeito oposicionista representa-se pela imagem de candidato legítimo. O sujeito do GO se justifica como representante legítimo de forças oriundas do interior da comunidade universitária. Ele era o representante de um projeto coletivo:

"Faz algum tempo que **colegas professores e técnicos administrativos, além de membros do corpo discente, vêm sugerindo a minha candidatura**. Estou consciente que a viabilização de tal projeto depende essencialmente da vontade coletiva. Portanto, a decisão de concorrer à Reitoria não corresponde a mera ambição pessoal." (IC 2)

"Com essa bagagem educacional, a Profa. Dra. S. M. é considerada, pelos alunos, professores e técnicos-administrativos da UNIR, como a pessoa mais adequada para exercer a reitoria da Universidade Federal de Rondônia, para que possamos construir e consolidar uma UNIVERSIDADE NECESSÁRIA ao desenvolvimento de Rondônia, da Amazônia e do Brasil." (IC 3a)

"Esse projeto já está sendo elaborado, construído, forjado no encontro de todos aqueles que, vivendo a UNIR, pretendem fazer dela uma verdadeira Universidade." (IC 3b, p.2)

A competência é também uma das características consideradas importantes pelo **GO** no perfil do candidato a reitor. Ser competente, para o **GO**, é ter profissionalismo, capacidade de gerenciamento; é ser racional; ter experiência e dedicação. O grupo oposicionista considera o **GS** como incompetente, como vimos na parte acima, quando tratamos da constituição da situação versus oposição e, como veremos mais detalhadamente, na representação do outro - o adversário. Como opção e solução para incapacidade do **GS**, o grupo da oposição representa-se como candidato competente. A competência é representada por traços de personalidade tais como: profissionalismo, capacidade gerencial, racionalidade, objetividade, dinamismo e experiência racional.

Essa imagem de competência construída pelo **GO** ocorre a partir de dois tipos de representações que o **GO** faz. Uma delas é que a presença de tais

características na personalidade de um reitor vai ao encontro do imaginário do eleitorado da comunidade universitária. A outra é que o candidato do GS não possui tais traços. A imagem de competente construída nos discursos da oposição tem como enunciados mais significativos os exemplos a seguir:

"Queremos construir uma "UNiversidade de verdade", alicerçada na participação, na franqueza e na **competência**." (PC 1, p.2)

"Por uma Universidade de verdade: participativa, pluralista, atuante e **competente!**" (PC 1, p.2)

"Nossa formação profissional, cremos, nos habilita para concorrer à Reitoria. **Nosso perfil profissional, técnico** e ético certamente falarão melhor que nossas palavras." (PC 1, p.4)

"Se você deseja mudança, comprometimento, **capacidade gerencial, racionalidade, objetividade** (...) ousamos pedir seu apoio a nossa chapa." (PC 1, p.4)

"Pela sua experiência, pelo **dinamismo** que lhe é peculiar, assumiu a regência nos estabelecimentos de ensino, no então Território Federal de Rondônia, logo conquistando a confiança desde os mais humildes aos mais graduados." (PC 2, p.1)

" Em 1967, logo após a conclusão dos seus estudos na UFPR, S. veio morar em Rondônia, onde desde então **tem se dedicado ao desenvolvimento do Estado. Com um curriculum na área de Educação que remonta ao ano de 1962**, S. integrou o corpo docente do embrião da UNIR. (...) S. faz parte da própria história da UNIR porque integrou o grupo dos primeiros professores da nossa Universidade (...) **S. conhece a UNIR de modo bastante peculiar** porque já lecionou nos cursos de Pedagogia, História,, Geografia, Matemática, Letras, Educação Física, Ciências Econômicas e Ciências Jurídicas (...) Foi também, chefe do Departamento de filosofia e sociologia da UNIR. Ainda é pesquisadora, com um projeto em andamento, na área de Comunicação (...)Com essa bagagem educacional, a Profa. Dra. S. M. é (...) a pessoa mais adequada para exercer a Reitoria da Universidade Federal de Rondônia (...)" (IC 3a)

Por um lado, pelo fato de ocupar o lugar de oposição, uma das estratégias possibilitada pela posição ideológica do Grupo Opositorista era mostrar o sujeito do grupo adversário como autoritário e a ele, o sujeito do **GO**, como democrata. Por outro lado, essa era uma das formas de mobilizar o imaginário da comunidade universitária, ao representar-se pela imagem de candidato democrático. Para isso, o **GO** defendia, para a solução dos problemas da UNIR, a elaboração de um projeto de universidade construído coletivamente, primando pelo respeito à liberdade e à pluralidade de idéias. Essa imagem pode ser demonstrada através dos seguintes enunciados:

"Apesar de conhecer os caminhos que levam a solução dos problemas da UNIR, bem como da realização de muitas das aspirações de seus três seguimentos, não apresentarei uma proposta de trabalho acabada. Propostas individuais podem ser elaboradas a qualquer momento, e via de regra, resultam fracassadas. **Acredito em propostas construídas com a participação daqueles que ajudarão na execução de projetos.**" (IC 2)

"**Não discriminar** quaisquer curso ou localidade, já que nossa visão é notoriamente democrática e pluralista." (PC 1, p.4)

"**Respeitar a livre iniciativa científico-didático-pedagógico, a liberdade de expressão e a pluralidade das idéias.**" (PC 2, p.3)

"Para tanto, é necessário garantir o **ensino público** e gratuito, de qualidade excelente, **democrático em suas práticas** e popular nos seus referenciais." (PC 3)

No processo de convencimento e de busca de adesão de eleitores, a imagem de democrata do sujeito do grupo oposicionista é estrategicamente representada ao evocar, em seu discurso, valores humanos positivos fundamentais, como característica de seus candidatos a reitor e vice-reitor. Vejamos os enunciados abaixo:

"Em nome do Saber e da Vida, conclamamos os alunos, os professores e os técnicos-administrativos a entoarmos **os cânticos da liberdade, da fraternidade, da solidariedade social** (...)". (IC 3b, p.2)

"Seu **pensamento inovador de educador comprometido** encontrou obstáculos, porém, **nunca perdeu a esperança** de alcançar a mudança através de uma 'proposta de Uma Educação Renovadora',(...)". (PC 2, p.2)

O procedimento discursivo de se colocar como candidato democrático é uma forma de legitimar-se, ao "atender um anseio emanado da vontade popular", ao mesmo tempo que enuncia não compactuar com os valores e procedimento do adversário situacionista.

Outra forma de representação do sujeito oposicionista é através da imagem da comunidade universitária. Neste corpus em análise, o sujeito oposicionista privilegia o uso da primeira pessoa do plural na enunciação dos discursos. É muito raro o uso da primeira pessoa do singular (apenas quatro ocorrências). Uma representação dominante é a de enunciador coletivo e social, através do *nós* e pelo uso da **desinência verbal de primeira pessoa do plural**, tentando abarcar a totalidade da comunidade universitária, estando aí incluídos os candidatos a reitor e a vice-reitor: nós = a comunidade universitária. Através desta estratégia, o locutor tenta apropriar-se da voz da comunidade universitária. O efeito de sentido é simular unanimidade. Trata-se de tentar demonstrar que a

comunidade partilha, com o sujeito oposicionista, as suas concepções políticas, acerca de ensino de qualidade, de administração democrática e engajada na realidade rondoniense. Desta forma, objetivava que a comunidade respondesse positivamente às propostas do **GO**, votando nele. Abaixo, temos alguns recortes discursivos representativos:

"Faz necessário diagnosticar suas reais condições para que se possa tomar as medidas acertadas para **alcançarmos um ensino de qualidade reconhecida.**" (IC 2)

"**Devemos** lutar, primeira e principalmente, contra os projetos de opressão que são oferecidos à Universidade sob rótulos (pretensos) de "esquerda" (...)" (IC 3b, p.2)

"**Não podemos** mais estudar, trabalhar, viver numa universidade estagnada, isolada e desintegrada com o povo do nosso Estado." (PC 2, p.2)

"**Devemos romper** com o pacto de mediocridade e do silêncio proposto e imposto pela administração." (IC 3b, p.2)

"(...) é imprescindível, neste momento em que **temos o poder** de escolha, garantir o melhor para a universidade." (PC 2, p.2)

"Neste momento em que se aproxima a hora de **escolhermos** o nosso segundo Reitor eleito torna-se necessária a discussão em torno da **Universidade que queremos e para que queremos** ." (PC 2, p. 2)

O sujeito do discurso oposicionista se apoia nas imagens de : candidato não continuísta, candidato legítimo, candidato competente, candidato democrático e comunidade universitária. Essas imagens correspondem à forma como deseja ser visto pelos eleitores, isto é, como distinto do candidato situacionista.

A partir dessa análise, evidenciou-se que tanto os enunciadores da situação como os da oposição tentavam apresentar uma imagem de sujeito objetiva e neutra. Por isso é que nos discursos dos dois há apenas quatro ocorrências da primeira pessoa do singular; a tônica é o ocultamento dos locutores sob a forma da impessoalidade.

Essas imagens que os candidatos construíram de si revelam as imagens que eles supõem sejam as desejadas num candidato a reitor pela comunidade universitária. Entretanto, é preciso, e nisso concordamos com Maingueneau (1993:45), "afastar qualquer preocupação 'psicologizante' e 'voluntarista', de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir no seu auditório". Na realidade, do ponto de vista da AD, esses efeitos são impostos pela formação discursiva. Dito de outra forma, eles se impõem àquele que, no seu interior,

ocupa um lugar de enunciação, fazendo parte integrante da formação discursiva (...). As imagens constituem dentre outras formas, apagamentos do indivíduo por trás do estatuto do *nós, comunidade universitária, administração, Unir, democrata, competente, legítimo, incompreendido*. Uma análise de outros episódios eleitorais provavelmente identificará estratégias e fenômenos discursivos semelhantes aos encontrados no episódio da UNIR.

Os sujeitos se constituíram a partir dos lugares que ocuparam na formação discursiva. Ou seja, seus discursos se apoiam na mesma Formação Discursiva, no interior da qual duas Formações Ideológicas (FI) se digladiam.

2.1.2. A constituição do outro discursivo.

No processo discursivo, os locutores não falam no "vazio". Para Pêcheux, são as antecipações das representações do *outro* que fundam as estratégias discursivas do enunciador. É pela antecipação que o locutor experimenta o lugar do seu interlocutor, a partir de seu próprio lugar. A antecipação de B por A, para Pêcheux (1969:85), "depende da 'distância' que A supõe entre A e B para *transformar o ouvinte* (tentativa de persuasão, por exemplo) e quando *o orador e seu ouvinte se identificam* (fenômeno de cumplicidade cultural...) (...)".

Por terem direito (no momento) à palavra, os locutores se acham também no direito de conduzir por ela o leitor. Para Osakabe (1979:63-4) "sob esse aspecto, a imagem fundamental que o locutor faz do ouvinte é a de dominado, isso pela própria situação de aparente inércia que tem o ouvinte naquele momento. Mas se, do ponto de vista meramente funcional, o ouvinte parece ao locutor como entidade passiva e, portanto, dominável e dominada pela sua palavra, do ponto de vista do fornecimento de um ponto de partida necessário ao desenvolvimento do discurso, parece que o ouvinte tem uma função mais decisiva, à medida que o locutor o situa num quadro de significações que ele próprio é obrigado a obedecer." De fato, então, não é a tirania do locutor ou do interlocutor que determina, por exemplo, o que se pode ou não dizer, e sim a inter-relação entre ambos numa dada instância.

Objetivando conduzir o eleitor à aceitação dos programas de campanha e dos conteúdos informativos e, conseqüentemente, à votação nos seus candidatos, os locutores dos dois grupos antagônicos, ao produzirem seus discursos, compõem um quadro de imagens sobre o *outro* enquanto *eleitor* e enquanto *adversário político*.

A constituição do outro discursivo pelo grupo situacionista

O Eleitor

O **GS**, nos textos oficiais de campanha, não se dirige ao eleitor explicitamente, seja para pedir voto, para contar com ele ou pedir colaboração. Como o discurso do grupo situacionista é caracteristicamente de prestação de contas e de defesa das acusações feitas pelo **GO**, ao se dirigir ao eleitor, representa-o, dentre outras formas, através da imagem **da comunidade acadêmica**:

“Os atendimentos tanto odontológico quanto médico é coordenado pela diretoria da Ação Comunitária (Diac) que sempre manteve estreitos laços com todos os setores da **Comunidade Acadêmica**”. (IC 1b)

O **GS** objetiva representar o eleitor a partir de uma imagem positiva. O eleitor é uma **comunidade inteligente, que sabe que os problemas com os quais ela “convive” são infra-estruturais**, e por isso irá reconhecer as melhorias na qualidade de vida proporcionadas pelo **GS**:

"O posto da CEF facilitou a vida dos **que convivem num campus distante 12 quilômetros da cidade**. Foi possível inaugurar o posto avançado graças entendimentos da Reitoria com a direção da CEF em Porto Velho". (IC 1b)

Os enunciados a seguir reforçam nossa tese da imagem do eleitor como uma **comunidade que usufrui e usufruirá de benfeitorias** de uma administração competente. Para isso, o **GS** utiliza expressões como *usuários, professores, alunos, estudantes, quadro administrativo e Unir*:

"O processo de informatização da Unir, já em fase de implantação, deverá [proporcionar] aos **usuários - professores, estudantes e quadro administrativo** - uma excelência de atendimento em tecnologia de ponta, tais como o pronto acesso a informações e total confiabilidade nos serviços solicitados". (IC 1b)

"A **Unir** vai ao 3º milênio operando computador". (IC 1b)

O adversário opositorista

As representações que o **GS** faz do seu adversário, em geral, estão presentes em seu discurso de defesa às acusações ao Projeto Pique: O *outro* é mostrado como aquele setor da comunidade universitária que é **desinformado**:

"Setores da comunidade acadêmica afirmam que o projeto tem como objetivo transferir os cursos do campus de Porto Velho para os 'campi' do interior, e vice-versa. **Tudo má informação**". (IC 1b)

O *outro* é constituído pelos críticos do Projeto Pique. Estes são **levianos**, pois apesar de reconhecer a necessidade de reestruturação da UNIR, fazem críticas ao projeto, uns a partir de leitura superficial e outros sem leitura alguma:

"Os críticos do 'Pique' reconhecem que a Unir exigia uma redefinição da sua estrutura. Mas **se eximem de uma discussão mais aprofundada do projeto, em alguns casos, sem nenhuma leitura da proposta**". (IC 1b)

"(...) os **ferrenhos opositores** ao projeto **nunca apresentaram uma proposta exequível que substituisse o 'Original'**". (IC 1b)

A constituição do outro discursivo pela oposição

O Eleitor

Examinaremos, aqui, as diferentes configurações que o grupo de oposição constrói do eleitor.

Estudantes, professores e funcionários técnico-administrativos são representados como **indefesos e servis**. Esta é uma estratégia para não dizer explicitamente que a comunidade universitária é acomodada, que não lutava pelas transformações que se faziam necessárias. Por esta imagem, os membros da comunidade universitária são representados como pacientes, perseguidos, "necessitados de alguém que os venha salvar", o que somente poderá acontecer após as eleições. Vejamos os seguintes enunciados significativos:

"(...) **o coletivo de estudantes, professores e servidores aceite com paciência** o longo rosário de perseguições, incompetências, casuísmos e fisiologismos dessa administração em ocaso". (IC 3b, p.2)

"Professores e funcionários da UNIR estão tensos com comentários de corredores de que haverá perseguição feita por candidatos a Reitor, caso sejam eleitos. S. e J. tranquilizam esses servidores e professores: se forem eleitos, jamais perseguirão e se não forem eleitos jamais, permitiram que quem quer que seja adote política de perseguição na Universidade de Rondônia ou em quaisquer dos seus Campi espalhados pelo interior do Estado". (IC 3b, p.4)

Essa forma de representar o eleitor pode ser confirmada também a partir da forma apelativa e demagógica pela qual o grupo oposicionista caracterizava o eleitor, ao mostrá-lo como íntimo, como cúmplice ideológico, através do uso da forma coloquial do pronome "você". Apesar da representação de proximidade, os

membros da comunidade universitária são caracterizados como convidados, pessoas passivas e não como pessoas atuantes:

"Por isso, **convidamos** você a construir conosco (...)." (IC 3b, p.2)

"**Contamos** com você." (IC 3b, p.2)

O outro - o Adversário Situacionista

As representações que o grupo oposicionista faz do adversário político reflete uma avaliação. Esta é feita a partir do lugar da oposição, que reflete assim sua posição ideológica. O adversário é representado, principalmente, pelas imagens a seguir.

Uma estratégia poderosa do **GO** em busca de adesão do eleitor às teses que defende é representar o candidato situacionista, que é vice-reitor, como **autoritário e anti-democrático**. Para isso, o **GO** explora valores humanos negativos e os associa ao seu adversário. Este está representado por itens lexicais coletivos como "administração" e "gestão". O *outro* é representado como medíocre e autoritário, cuja prática política castra a produção científica da UNIR. Esta representação do *outro* pode ser vista a partir dos recortes discursivos a seguir:

"(...) devemos romper com o **pacto de mediocridade e do silêncio proposto e imposto pela administração.**" (IC 3b, p.2)

"As restrições, os preconceitos e as perseguições precisam ser eliminados. As idéias que conduzem a mecanismos antidemocráticos de gestão e, inclusive, ao embrutecimento e a castração da produção teórica, precisam ser combatidos." (PC 2, p.2)

"Finalizando, precisamos caminhar juntos na construção de um projeto de Universidade para sairmos do **despotismo no qual estamos embrenhados.**" (PC 2, p.2)

"O clima psicológico que predomina na UNIR é, constrangedoramente, o medo, o receio, a cautela... Tudo isso derivado de quatro anos de uma administração arrogante e autoritária, que, negando o direito à existência das diferentes concepções político-pedagógicas, exerce pressão para que, intimidando, o coletivo de estudantes, professores e servidores aceite com paciência o longo rosário de **perseguições, incompetências, casuísmos e fisiologismos dessa administração em ocaso.**" (IC 3b, p.2)

"Devemos lutar, primeira e principalmente, contra **os projetos de opressão** que são oferecidos à Universidade **sob rótulos (pretensos) de "esquerda"** (...)." (IC 3b, p.2)

"(...) para atingir essa qualidade criativa, precisamos contar com **um clima favorável na instituição. O que, infelizmente, não acontece hoje na UNIR.**" (IC 3b, p.2)

O adversário situacionista é representado como **incompetente**. Esta forma de representar o *outro* é uma forma de responsabilizar o sujeito situacionista pelos problemas que a UNIR enfrenta e assim mostrá-lo como incapaz de administrar a universidade. Para isso, o **GO** defende a tese de que a incapacidade política e administrativa do adversário situacionista levou a UNIR à situação difícil em que se encontra. Esta forma de representação do adversário está diretamente relacionada com a representação competente que o sujeito opositorista faz de si, conforme vimos na *análise da constituição do sujeito discursivo opositorista*. Os enunciados abaixo são exemplos significativos dessa representação:

"**A UNIR, não obstante promessas feitas na campanha anterior, não virou Universidade.**" (IC 3b, p.2)

"**Nossas instalações são insuficientes. As coordenações e os departamentos estão mal instalados. Os laboratórios necessitam de equipamentos.**" (PC 1, p.4)

"Banheiro na Unir virou refeitório. Na administração S. / J. banheiro será banheiro." (IC 3b, p.3)

"Na atual gestão da UNIR o mato disputa com os alunos e funcionários os espaços que ainda restam no Campus." (IC 3b, p.4)

Partindo da crença de que a aspiração da coletividade é de uma administração sem influências políticas partidárias, o **GO** mostra o adversário como representante de um partido político. Esta é uma forma de o **GO** fazer passar indiretamente o discurso segundo o qual a Universidade e a política não devem misturar-se. Assim, o **GO** coloca-se como voltado exclusivamente para a UNIR, ou seja, outorga-se o lugar de quem se ocupa exclusivamente dos interesses da comunidade universitária. O objetivo é marcar negativamente o candidato do **GS**, conhecido por ser também militante na política partidária. O argumento utilizado é que, devido a sua filiação ao Partido dos Trabalhadores, sua eleição atrelaria a UNIR a um partido político. Vejamos os recortes a seguir:

"A candidata a Reitoria, S. M., foi informada de que seria instalada uma administração petista na UNIR, caso o atual vice-Reitor seja eleito." (IC 3b, p.4)

"(...) defendemos uma **Universidade** (...) **não acorrentada a partidos políticos**, ou seja, a Universidade deve ser uma instituição suprapartidária e não sectária." (PC 3)

"**Devemos lutar**, primeira e principalmente, **contra os projetos** de opressão que são oferecidos à Universidade **sob rótulos (pretensos) de "esquerda** (...)." (IC 3b, p.2)

A partir dessas imagens, vemos que o **GO** representa o **GS** como o "lado contrário da competência e do bem", aquele que promove a instabilidade, a insegurança, o causador de prejuízos, aquele que reprime os direitos do homem livre, aquele que pratica injustiças. A construção dessas representações tem o objetivo de argumentar contra o candidato do **GS**, visto que dificilmente alguém teria a intenção de votar a favor de quem é incompetente e fomenta discórdia e iniquidade.

2.1.3. A constituição da topografia discursiva

A topografia é o lugar "físico" a partir do qual o sujeito toma a palavra. Nesta seção analisaremos a constituição do lugar físico de onde os sujeitos do dois grupos produziram seus discursos.

A topografia, enquanto dimensão constitutiva do discurso, é também um elemento constitutivo do cenário enunciativo. Por isso, o corpus é apreendido a partir dos atos de enunciação que o constituíram.

A topografia discursiva do grupo situacionista

A topografia do grupo situacionista é situada tanto na instituição (espaço institucional), como também num espaço que extrapola o campus. Vejamos como o **GS** institui esses dois lugares topográficos.

Primeiramente, analisarei como o grupo situacionista situa seu discurso no **lugar onde se exerce a administração**, isto é, a UNIR. Esse lugar é instituído (ou saturado) por diversos termos tais como:

1) campi:

"Nos próximos dias os 'campi' de: Cacoal, Rolim de Moura, Vilhena, Guajará e Porto Velho estarão interligados". (IC1b)

" Os 'campi', através da comunidade acadêmica, é que apontarão as suas necessidades e as condições reais de funcionamento". (IC 1b)

2) campus:

"Encontrar alternativas para solucionar o problema de alimentação no Campus". (PC 4, p.2)

"Manter o programa de controle de malária no campus de Porto Velho". (PC 4, p.2)

"Comunidade tem a CEF no campus". (IC1b)

"Nos dois anos e meio a Comunidade Universitária conta com um posto avançado da Caixa Econômica Federal no Campus Universitário (...)". (IC 1b)

"(...) o projeto tem como objetivo transferir os cursos do campus de Porto Velho (...)". (IC 1b)

3) consultório odontológico:

"O consultório odontológico da Unir vem funcionando há aproximadamente dois anos, atendendo técnicos-administrativos e professores da instituição, nos turnos: manhã e tarde". (IC 1b)

4) Departamento

"O Departamento de Ciências Contábeis inaugurou, no último dia 19, o Laboratório contábil (...)". (IC 1a)

Raramente, o grupo situacionista situa-se **além das fronteiras institucionais**, ou seja, como o próprio grupo afirma: "para além do próprio campus" (PC 4, p.1). Os lugares topográficos instituídos pelo **GS** saturam algumas expressões tais como: região norte, regionais:

"(...) maior intercâmbio com universidades e centros de pesquisa da **região norte**". (PC 4, p.1)

"(...) uma universidade que entenda e atenda as questões **regionais**". (PC 4, p.1)

"Por um ensino que crie condições para a abertura de novos cursos, voltados para as necessidades **regionais**". (PC 4, p.1)

Pode-se ver, nesses exemplos, as várias "caras" da UNIR. Fundamentalmente, como se vê, trata-se de sub-divisões administrativas da Universidade, e apenas excepcionalmente, de sua inserção na região.

A topografia discursiva da oposição

A concepção de universidade do **GO** pode ser observada, também a partir de sua topografia. Em seu discurso, o **GO** concebe a universidade como um lugar de respostas às questões do Estado de Rondônia e da região amazônica. O discurso oposicionista institui, como topografia, fundamentalmente, o espaço de uma **universidade regional**. Esse lugar é instituído através da saturação de termos ou expressões, tais como, Estado, Amazônia, região amazônica, Brasil, os quais delimitam topos físicos:

"(...) uma Universidade que sirva ao povo e ao nosso **Estado** (...)." (PC 2, p.2)

"Priorizar discussões sobre as questões relevantes da UNIR e o seu papel no **Estado de Rondônia**." (IC 2)

"(...) uma Universidade Necessária ao desenvolvimento de **Rondônia, da Amazônia e do Brasil**." (IC 3a)

"Resgatar a sua importância no contexto regional, incrementando a sua atuação política no **Estado de Rondônia e na Região Amazônica**". (IC 2)

"A Pesquisa na UNIR (...) pode ocupar seu espaço no **contexto regional**".
(PC 1, p.3)

"Uma Universidade que atenda às necessidades e à vocação histórica da **região (...)**" (IC 3b, p.1)

"Articular com órgãos públicos e privados projetos e discussões que contribuam para o desenvolvimento **regional**." (PC 2, p.3)

"Implantar uma estrutura com compromisso social, visando encontrar respostas para os problemas **regionais**." (PC 2, p.3)

"Um projeto que, por ser coletivo, (...) seja baseado na vocação específica da **região**." (IC 3b, p.2)

2.1.4. Constituição da cronografia discursiva

A cronografia discursiva corresponde às fases, aos tempos ou aos processos de onde o discurso é enunciado. O estabelecimento da cronografia discursiva pelos grupos está fortemente relacionado com as respectivas

representações a partir dos lugares, de situacionista, de opositorista, assim como das respectivas posições ideológicas de cada um.

A cronografia do grupo situacionista

Em primeiro lugar, analisaremos os lugares cronográficos instituídos pelo **GS**. A cronografia do **GS** é unitária e se situa no tempo de "hoje". Esse tempo é caracterizado pelo período que o **GS** está no poder. É um **tempo do desenvolvimento**, e por isso deve continuar. O tempo do desenvolvimento é representado a partir das representações cronográficas a seguir.

O **GS** estabelece o **tempo de progresso e competência** para nela colocar-se e produzir sua enunciação. A configuração desse tempo produz o efeito de sentido de que todo o desenvolvimento da UNIR, até aquele momento, deveu-se à administração que então estava no poder:

"Em três anos e meio de gestão, a atual administração da Universidade Federal de Rondônia (Unir) promoveu mais de centena de atividades extra-curriculares,(...)." (IC 1b)

"(...) de abril de 1989 para cá, período em que a atual administração vem atuando, a evolução do ensino na Universidade Federal de Rondônia (Unir) deu saltos qualitativos e quantitativos." (IC 1b)

A cronografia do desenvolvimento da UNIR é representada como sendo também um **tempo de seriedade e credibilidade** instituídos pela gestão do **GS**:

"Nos últimos três anos e meio a Unir promoveu quatro vestibulares sem problemas de quebra de sigilo." (IC 1b)

"A imprensa de Rondônia parabenizou a Unir em 1990, após o resultado do listão dos aprovados, pelo **retorno da credibilidade do Concurso do Vestibular da universidade.**" (IC 1b)

"Hoje, em todo o Estado, o vestibular da Unir é reconhecido pela **seriedade e o número de inscritos aumenta a cada ano. 'É possível trabalhar com seriedade', afirma o reitor.**" (IC 1b)

A cronografia do grupo oposicionista

Nesta seção, examinaremos os lugares cronográficos a partir dos quais o **GO** produz seus discursos. Como a cronografia do **GO** é instituída a partir do seu lugar de oposição e da sua posição ideológica, seu discurso constrói uma cronografia dupla: o tempo “hoje” e o tempo “futuro”.

O tempo presente é caracterizado pela incompetência e pelo autoritarismo e o tempo futuro é representado como sendo o tempo do dinamismo e da democracia, pois é o tempo em que ele (o **GO**) estaria no poder. O **GO** produz, assim, uma cronografia dupla. Vejamos tais cronografias:

O tempo presente - é instituído a partir das seguintes representações:

1) O sujeito do **GO** situa-se um tempo de **estagnação e isolamento** para inscrever sua enunciação. A inscrição em tal processo pode ser observada a partir dos enunciados a seguir:

“Não podemos mais estudar, trabalhar, viver **numa universidade estagnada, isolada e desintegrada com o povo do nosso Estado.**” (PC 2, p.2)

2) O sujeito do **GO** relaciona o processo de estagnação e isolamento com um outro, o **processo de autoritarismo**. Pode-se verificar o estabelecimento desta representação cronográfica através dos enunciados, que expressam pontos de vista relacionados ao processo administrativo da situação, que devem ser extintos. Vejamos os enunciados representativos, a seguir:

“As restrições, os preconceitos e as perseguições precisam ser eliminados. As idéias que conduzem a mecanismos anti-democráticos de gestão e, inclusive, ao embrutecimento e a castração teórica, precisam ser combatidos.” (PC 2, p.2)

“(...) um projeto de Universidade para sairmos do despotismo no qual estamos embrenhados.” (PC 2, p.2)

“O clima psicológico que predomina na UNIR é, constrangedoramente, o medo, o receio, a cautela...” (IC 3b, p.2)

“(...) uma administração arrogante e autoritária, que, negando o direito à existência das diferentes concepções político-pedagógicas, exerce pressão para que, intimidando, o coletivo de estudantes, professores e servidores aceite com paciência o longo rosário de perseguições, incompetências, casuísmos e fisiologismos dessa administração em ocaso.” (IC 3b, p.2)

3) Em decorrência dos processos cronográficos referidos acima, o GO institui o tempo presente caracterizado **como processo de definição dos rumos da UNIR** como aquele que seria decisivo eleitoralmente para as mudanças pretendidas:

"(...) momento em que, pela segunda vez, **por voto universal, a Unir escolhe seus dirigentes máximos.**" (PC 2, p.2)

"O momento reveste-se de significativa importância, uma vez que a **definição dos rumos da UNIR** nos próximos quatros anos deixarão marcas em sua história, positivas ou negativas." (PC 2, p.2)

"(...) é imprescindível, **neste momento em que temos o poder de escolha, garantir o melhor para a Universidade.**" (PC 2, p.2)

O tempo futuro - é instituído a partir das seguintes representações:

1) tempo do progresso

"Formular uma **política de captação de recursos extra-orçamentários através da prestação de serviços, projetos e tecnologia**, como já vem sendo feito com sucesso pela Universidade de Brasília e Outras". (PC 3)

"Com S. M. na Reitoria, a nossa UNIR terá mais Mestres e Doutores, pois está é uma das suas prioridades como Reitora". (IC 3b, p.4)

"No exercício da Reitoria, a Profa. S. vai garantir todo o apoio possível aos encontros, congressos, e atividades estudantis". (IC 3b, p.4)

"Reivindicar alocação de verbas para a efetivação de um restaurante universitário (...)". (PC 3)

2) tempo da democracia

"Garantir um tratamento igualitário para todos os setores da estrutura administrativa e acadêmica, bem como para todos os profissionais da universidade". (PC 1, p.2)

"Visando democratizar a UNIR e estabelecer um vínculo direto entre a Administração Superior e a Comunidade, a Profa. S. vai estabelecer um por dia semana para receber em audiência toda e qualquer pessoa interessada na construção de uma nova UNIR". (IC 3b, p.4)

"S. e J. tranquilizam esses servidores e professores: se forem eleitos jamais perseguirão (...)". (IC 3b, p.4)

"Promover a democracia através do fortalecimento dos Conselhos (...)". (PC3)

“Estabelecer e aprofundar relações democráticas, respeitando suas deliberações, indicações e autonomia, com a Associação dos docentes da UNIR (ADUNIR), Associação dos Servidores da UNIR (ASSUNIR) e Diretório Central os Estudantes (DCE)”. (PC 3)

“Os campi da UNIR não serão considerados apêndice e nem discriminados mas como um todo orgânico em busca **de uma Universidade competente, democrática e envolvida com o social**”. (PC 2, p.3)

2.2. Os Lugares Fundadores

Como o discurso não é autônomo, ele remete sempre a outros discursos. Os lugares fundadores compreendem os discursos anteriores, que o discurso presente repete e a partir dos quais se legitima.

Na definição de lugares fundadores, aqui esboçada, é importante ressaltar que, pelo fato de o discurso não ser homogêneo, há nele uma grande circulação de outros discursos pertencentes à várias regiões do saber. A identidade dos discursos será definida, por conseguinte, pela mediação do sistema de diferenças.

Para o estabelecimento dos lugares fundadores, analisaremos a forma como os discursos constroem seus passados textuais. Nesta parte deste capítulo, buscarei precisamente caracterizar os discursos que circulam nos textos produzidos pelos dois grupos, considerando as especificidades das suas condições de produção. Aqui, as noções de intertextualidade em seus dois níveis (interno e externo) e de memória discursiva, como estão desenvolvidas por Maingueneau (1984) são fundamentais para se entender a construção dos lugares fundadores.

Em primeiro lugar, descreveremos como Maingueneau distingue dois tipos de intertextualidade:

1) intertextualidade interna, em que um discurso se define por sua relação com discurso(s) do mesmo campo, conforme haja enunciados semanticamente vizinhos aos que autoriza sua formação discursiva. No caso em estudo, verificaremos como os discursos dos dois grupos se relacionam com discursos do mesmo campo e se os dois grupos divergem quanto à construção de seus passados textuais.

2) intertextualidade externa, em que um discurso define uma certa relação com outros campos, conforme os enunciados destes sejam citáveis ou não

(Maingueneau, 1984: 84). O que se pretende é, também, buscar, digamos, “as fontes de inspiração” dos discursos dos grupos em confronto.

Em segundo lugar, descreveremos como Maingueneau trabalha a noção de memória discursiva. Para ele, é no nível da intertextualidade interna que toda formação discursiva se associa a uma memória discursiva. É esta que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas “que repetem, recusam e transformam outras formulações. ‘Memória’ não psicológica que é presumida pelo enunciado enquanto inscrito na história” (Maingueneau, 1987:115)

2.2.1 A constituição do sujeito fundador

O enunciador contingente, ao enunciar, se situa em relação a um já-dito que se constitui no Outro do discurso. O sujeito fundador é constituído pela cena fundadora que toma aspecto de origem. Para maior compreensão do sujeito fundador, que, no caso em estudo, é constituído a partir do discurso político, é importante a afirmação de Régis Debray (1981: 269, apud: Maingueneau, 1987:43), que, ao tratar do discurso político, afirma que “a fissura original condena o grupo a buscar a sutura através da volta aos arquétipos de seu

nascimento (cujo paradigma permanece 'o retorno à natureza'. (...) O tempo político não é linear ou, se for uma linha, tem a forma de um anel [boucle] na luta inacabada e sempre retomada. A incompletude nativa determina um trabalho infinito aos mecanismos de grupo: a (re) constituição da completude, ficando a inovação exclusivamente restrita à finalidade de reestruturação de um antigo estado inexistente”.

A constituição do sujeito fundador da situação

Para que se possa compreender a constituição do sujeito fundador do grupo situacionista, é necessário ler-se a cena anterior, que a discursividade do GS repete e da qual retira fragmentos para se legitimar. O sujeito fundador, que toma aspecto de origem, é uma administração competente, instituída em 1989:

“(...) de abril de 1989 para cá, período em que a atual administração vem atuando, a evolução do ensino na Universidade Federal de Rondônia (Unir) deu saltos qualitativos e quantitativos.” (IC 1b)

“(...) o corpo docente da Unir passou de 117 professores em 1988 para atingir 135 professores em 1989 (...).” (IC 1b)

"O total de candidatos inscritos no vestibular em 1989, por exemplo, atingiu o número de 4 mil 162 candidatos para uma oferta de 670 vagas, contra 410 oferecidas no ano anterior, revelando uma evolução de ordem de 63,41 por cento." (IC 1b)

"Durante os dois primeiros anos (89 e 90), várias solicitações foram feitas ao ministério para que o problema fosse sanado". (IC 1b)

O sujeito fundador se institui repetindo cenas da própria fundação do grupo, o que ocorreu no período que chegaram o poder máximo da instituição em 1989.

A constituição do sujeito fundador da oposição

As diferentes posições do sujeito oposicionista nos textos correspondem à sua posição ideológica. No corpus em investigação, podemos encontrar enunciados de diversos discursos, que derivam de várias formações discursivas, constituindo os "vestígios" onde o sujeito inscreve sua alocação.

No discurso do **GO**, o sujeito fundador toma aspecto de proximidade com os primórdios da universidade como fonte enciclopédica do saber. Esta inscrição pode ser observada através dos seguintes enunciados:

“No seu princípio, a universidade foi uma corporação de professores e alunos organizada para proteger aqueles que desejavam aprender e ensinar”. (PC 1, p.1)

“[A universidade] mais tarde assume o papel de centro de estudos clássicos”. (PC 1, p.1)

“(…) Universidade não se vira (...) mas sim, constrói-se. Construir (...) vem de ‘CUM-Struture’, de construção, indicando que edificar, construir (‘STRUTURE’), se faz ‘CUM’ (...)”. (IC 3b, p.2)

2.2.2. A constituição da topografia fundadora

A topografia fundadora não é um lugar físico, mas sim o lugar de duplicação de cenas anteriores. O lugar fundador se constitui na reprodução de discursos retirados de outros discursos, que localizam o espaço no qual a enunciação se funda, ou seja, o topos onde se localizam enunciações formuladas anteriormente, pertencentes a várias regiões do saber, assim como às posições ideológicas.

Veremos, agora, como os grupos, ao enunciarem, constituíram a topografia fundadora a partir de fragmentos retirados de outros discursos, nas condições de produção específicas da disputa eleitoral da UNIR.

Topografia fundadora da situação

Na constituição do discurso do **GS**, encontramos cenas do **discurso progressista**. Os enunciados abaixo são representativos:

"(...) garantir o ensino público, gratuito e de qualidade." (PC 4, p.1)

"para um compromisso permanente com a democracia e a defesa dos interesses coletivos." (PC 4, p.1)

"para o estímulo à pluralidade de idéias." (PC 4, p.1)

Encontramos também vestígios de **discurso universitário reformista**, em que as preocupações principais são as de ordem administrativas e funcionais em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão. Os enunciados a seguir são representativos:

"Por um ensino que **forme profissionais qualificados e comprometidos com a transformação da realidade social**". (PC 4, p.1)

"Por um ensino que **crie condições para a abertura de novos cursos, voltados para as necessidades regionais**". (PC 4, p.1)

"Por um ensino que compatibilize os **currículos e programas do 1º, 2º e 3º Graus**". (PC 4, p.1)

"Por uma pesquisa que coloque à disposição da comunidade acadêmica a **infra-estrutura necessária à realização de pesquisas**". (PC 4, p.2)

"Por uma prática cultural e de lazer que **amplie as manifestações internas**". (PC 4, p.2)

Os enunciados acima mostram a identificação do discurso do **GS** com o chamado "Movimento Reformista Universitário", de âmbito latino-americano, cujo ideário basicamente propõe reformas institucionais, apesar de **GS** se colocar "para além do próprio campus". As ações propostas para a extensão universitária confirmam. Vejamos os enunciados a seguir:

"Por uma extensão :

- que permute com a comunidade **alternativas para aprimorar o ensino e a pesquisa**

- que atue através de **programas, projetos, cursos, eventos, consultorias e serviços**

- que implante '**bolsa de extensão**' e '**bolsa de eventos**' ." (PC 4, p.2)

Topografia fundadora da oposição

Como não existe discurso autofundado, de origem absoluta, também o grupo de oposição (**GO**), ao enunciar, situa-se em uma memória discursiva que supõe o enunciado inscrito na história. Vejamos como formulações anteriores circulam no discurso do **GO** construindo a sua topografia fundadora.

Na constituição dessa instância, o **GO** constrói seu discurso como defensor de uma certa concepção de universidade, a partir do repertório de discursos fundadores tais como:

1. Discursos idealista e da urgência. Tais discursos podem ser verificados através dos seguintes enunciados representativos:

" A Universidade (...) **deve ser o local onde se edifica a cidadania e onde se consolida as mais elevadas aspirações da humanidade.** ." (PC 3)

(...) **é função impostergável da Universidade (...) ser o centro de conhecimentos científicos, filosóficos, humanísticos, artísticos, e espirituais**

visando a atender aos anseios da sociedade envolvente e da humanidade em geral". (PC 3)

"(...) **deve ser** a Universidade uma **instituição pluralista** onde a multiplicidade das idéias conviva com **diferentes princípios ideológicos e filosóficos**, onde as variadas concepções pedagógicas coexistam com as diversas correntes de pensamento". (PC 3)

(...) **a Univrsideade deve ser uma instituição suprapartidária e não sectária**". (PC 3)

A presença de modalizadores como "*é função impostergável da universidade ser, deve ser*", expressam claramente urgência. Esta significa o topos da utopia defendida pelo **GS**.

2. Na topografia fundadora do **GO** encontramos, a partir do léxico utilizado, repertório dos **discursos religioso cristão e humanista utópico**. O sujeito recorre a esses discursos para criar um efeito de adesão por parte do eleitorado, ou seja, supõe que esses valores religiosos e morais são aceitos pelos eleitores e pretende mostrar que os mesmos caracterizam as suas preocupações políticas e conduzem sua prática política. Por isso, estão presentes valores como: amor, paixão, companheirismo fraterno, alegria, beleza, prazer, tratamento de igualdade, fraternidade, solidariedade, etc. nos enunciados a seguir:

"Declaração de **Amor** à Universidade (...) sem ti perco a cabeça, eu preciso de ti, Universidade, por ti vou à luta" (PC 2, p.4)

"a UNIR (...) é uma **paixão**." (IC 3b, p.2)

"Construir (...) no **companheirismo fraterno**, (...)" (IC 3b, p.2)

"(...) uma nova UNIR (...) para produzir um saber que resgate a **alegria de viver, a beleza do fazer, o prazer de estudar, a vocação do ensinar e a paixão do pensar**." (IC 3b, p.2)

"Estabelecer um tratamento de **igualdade**..." (IC 2)

"Em nome do Saber e da Vida, conclamamos os alunos, os professores e os técnicos-administrativos a entoarmos os **cânticos da liberdade, da fraternidade, da solidariedade social** e do compromisso de luta contra todas as formas de opressão." (IC 3b, p.2)

3. Os locutores do **grupo de oposição** objetivam mostrar cumplicidade ideológica e compromisso política entre eles e os eleitores. Apresentam-se como defensores de uma concepção e de um projeto de **universidade progressista**. Por isso, em seus discursos, usam termos característicos do discurso de esquerda, tais como: universidade democrática, universidade pública e gratuita,

coletivo, povo, debate, pluralidade. Vejamos algumas seqüências discursivas representantes:

"A defesa da **Universidade pública e gratuita** continua na ordem do dia."

(PC 2, p.2)

"É preciso, pois, construir **coletivamente** a nossa Universidade, (...)" (IC

3b, p.2)

"... uma **Universidade que sirva ao povo e ao nosso Estado** precisa estar aberta para a **livre** investigação e o **debate pluralista de idéias**." (PC 2, p.2)

"Construir uma **Universidade democrática, progressista, competente e compromissada** com sua realidade." (PC 2, p.3)

"**Por uma universidade de verdade: participativa, pluralista, atuante e competente!**". (PC 1, p.2)

4. Encontramos também, no discurso do **GO**, identificação com o discurso **tecnocrático** que, segundo Wanderley (1994:13) concebe "a educação como instrumento para o desenvolvimento econômico e social, a universidade formando recursos humanos e provendo *know-how* técnico e científico para a produção econômica e para a administração pública e privada (...) [defende] reformas

internas (modernizar carreiras, métodos, aumentar vagas e instalações etc.).” Os enunciados a seguir são representativos:

“Articular com os órgãos públicos e privados projetos e discussões que contribuam para o desenvolvimento regional.” (PC 2, p.3)

“Promover **discussões em torno dos currículos dos cursos**, consolidando o compromisso de preparação de profissionais comprometidos com o social.” (PC 2, p.3)

“Garantir a estruturação de currículo e método de ensino para que a Universidade possa afirmar seu compromisso social.” (PC 2, p.3)

“Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico.” (PC 2, p.3)

“Prestar apoio aos órgãos administrativos, técnicos e acadêmicos na busca da competência global.” (PC 3)

“Racionalizar a administração para agilizar os processos de natureza acadêmica e técnico-administrativo.” (PC 3)

Não sendo mero aparato argumentativo, o discurso do **GO** repete enunciações do “discurso universitário revolucionário pós-64”, que defendia uma mentalidade pragmática e utilitarista em detrimento de ações para uma formação

balanceada pela formação geral humanista, propiciadora de valores éticos fundamentais.

Os dois grupos privilegiam em seus discursos os aspectos administrativos e funcionais dos seus projetos e sequer citam algum aspecto dos projetos autonomistas, que segundo Wanderley (1994:13) “defendem reformas externas como as mais importantes, querem um uma ciência militante, reivindicam uma universidade politizada e totalmente participante, e defendem-nas como autônomas do Estado, com crítica constante da sociedade e do regime nos quais se insere.”

2.2.3. A constituição da cronografia fundadora

A cronografia fundadora é construída a partir da análise dos vestígios da alocação presente, inscrita em um tempo fundante de outra alocação, cuja cena é ao mesmo tempo reproduzida e pressuposta.

Cronografia fundadora da situação

A cronografia fundadora do **GS** coincide, nos textos, com o sujeito fundador, que é a administração competente instituída em 1989, período da própria constituição do grupo:

"(...) **de abril de 1989 para cá, período em que a atual administração vem atuando**, a evolução do ensino na Universidade Federal de Rondônia (Unir) deu saltos qualitativos e quantitativos". (IC 1b)

"(...) **o corpo docente da Unir** passou de 117 professores em 1988 para atingir **135 professores em 1989** (...)". (IC 1b)

"**O total de candidatos inscritos no vestibular em 1989**, por exemplo, atingiu o número de 4 mil 162 candidatos para uma oferta de 670 vagas, contra 410 oferecidas no ano anterior, revelando uma evolução da ordem de 63, 41 por cento". (IC 1b)

"Durante **os dois primeiros anos (89 e 90)**, várias solicitações foram feitas ao ministério para que o problema fosse sanado". (IC 1b)

"A imprensa de Rondônia parabenizou a Unir **em 1990**, após o resultado do listão dos provados, pelo **retorno da credibilidade** (...) seriedade (...)". (IC 1b)

O fato do **GS** instituir sua cronografia fundadora a partir de cenas que coincide com a própria chegada do grupo ao poder produz o efeito de sentido de que houve a instituição de um tempo fundante do desenvolvimento e da democracia na história da UNIR a partir da presença do grupo no poder. Tal tempo fundante é distinto do anterior, caracterizado pelo autoritarismo dos reitores “Pró-Tempore”, Interventor e pelo descrédito popular.

Cronografia fundadora da oposição

A cronografia fundadora do **GO** é constituída a partir de discursos que remetem a cenas da fundação da UNIR:

“S.M. integrou o corpo docente do embrião da UNIR (...)”. (IC 3a)

“S. (...) integrou o grupo dos primeiros professores da nossa Universidade (...)”. (IC 3a)

Ao se referir ao tempo da fundação da UNIR, o efeito de sentido produzido é o da legitimidade e do compromisso institucional confirmado pelo trabalho na instituição desde seu início, o que é, além disso, dizer que colaborou

em sua criação (o que evoca o topos da paternidade responsável e competente - quem cria sabe qual a melhor maneira de conduzir). O fato de o **GO** destacar sua presença no tempo fundacional da instituição produz o também efeito de sentido de pioneirismo: aquele que chegou primeiro contribuiu mais. O **GO** acredita que isso é um critério que ele e o eleitorado consideram relevante na escolha de um reitor de uma universidade pertencente ao um Estado de colonização recente, cuja data de criação coincide com a própria fundação da UNIR.

A cronografia do **GO** remete também a cenas dos “primeiros”, quando Rondônia ainda era um território e a UNIR ainda nem existia e membros do **GO** já eram “pioneiros”. Vejamos os seguintes recortes:

“Em 67, logo após a conclusão dos seus estudos veio morar em Rondônia, onde desde então tem se dedicado ao desenvolvimento do Estado”. (IC 3a)

“Professora (...) dessa Instituição de ensino chegou em Rondônia no ano de 1978”. (PC 2, p. 1)

“Professor P. Z. G. da S., chegou a Rondônia em 1974 (...)”. (PC2)

Como vimos, os lugares sociais se configuram a partir da relação discursiva constituída pelos interlocutores. A cenografia da enunciação do corpus em estudo caracteriza-se por um contexto discursivo compartilhado por dois

lugares sociais adversários , em luta pelo poder, agindo na língua pelos poderes que a linguagem proporciona. Foucault afirma, em *A Ordem do Discurso* que "(...) o discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação , mas o porquê, aquilo pelo que se luta, o poder cuja posse se procura" (1971:12).

Poderíamos resumir esta seção da seguinte forma: a) o discurso do grupo situacionista objetiva representar seu candidato como competente, e administrador racional. Para isso presta contas de suas ações. E para se defender dos ataques do **GO** se representa como incompreendido. b) a constituição da identidade do discurso do grupo oposicionista se dá em decorrência de críticas negativas e rejeições à prática e às posturas políticas do grupo situacionista. O trabalho do discurso oposicionista consiste em destruir as representações de competente e de administrador racional do **GS**. E institui as imagens de si como candidato legítimo, competente, democrático, nós-a comunidade universitária.

Essas encenações, além de serem condição para as cenas enunciativas da situação e oposição, elas se constituem, também, em suas legitimações: o grupo situacionista e oposicionista autorizam-se a si mesmos, através de seus discursos.

Como o leitor pode ver, na análise, as diferentes atribuições de sentido à palavra "competente" pelos sujeitos dos grupos situacionista e oposicionista

delimitam desta forma discursos distintos, explicitamente contraditórios, o que possibilita perceber uma tensão instaurada em suas relações.

Os lugares de oposição e situação são pontos extremos, onde se formam representações com efeitos de sentido sedimentados, revelando posições fechadas e excludentes.

3. A Heterogeneidade Mostrada dos Discursos

Na constituição da cenografia enunciativa é preciso levar em conta as diversas e diferentes vozes que estão agregadas à voz do sujeito do discurso.

Os discursos são produzidos por um sujeito que divide o espaço discursivo com o *outro*. Na constituição do sujeito e de seu discurso está o Outro, que é incorporado de alguma forma. Esta idéia da heterogeneidade tem seus fundamentos nos trabalhos de Bakhtin sobre o dialogismo, nos trabalhos de Pêcheux, Jacqueline Authier-Revuz, Courtine, Maingueneau, entre outros, e nos trabalhos de Ducrot sobre a noção de polifonia.

A manifestação dessa heterogeneidade pode ser vista na própria superfície discursiva, através da materialidade lingüística. Para Pêcheux (1983:315), uma das características importantes da terceira época da AD "é o primado teórico do

outro sobre o mesmo". O discurso não é uma superfície plana e homogênea. A heterogeneidade é uma característica fundamental do discurso. Como dizem Courtine e Marandin (1981:75), a heterogeneidade é um "elemento constitutivo de práticas discursivas que se dominam, se aliam ou se defrontam em um certo estado de luta ideológica e política, no seio de uma formação social em uma conjuntura histórica determinada."

Todos enunciados do discurso são caracteristicamente dialógicos, daí a impossibilidade de separar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo. Ressalte-se que o caráter dialógico não se restringe a enunciados que apresentam alteridade marcada, isto é, aos casos em que a palavra do outro está marcada na superfície lingüística.

Para Authier-Revuz (1990:26), a heterogeneidade enunciativa revela-se no discurso através de formas constitutivas e de formas marcadas. A heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso é apoiada nos trabalhos que tomam o discurso como produto do interdiscurso - a problemática do dialogismo baktiniano - e na abordagem do sujeito e de sua relação com a linguagem permitida por Freud e sua releitura por Lacan; é uma heterogeneidade radical, resultante da exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, onde estão em jogo o interdiscurso e o inconsciente. As formas de heterogeneidade

mostrada caracterizam-se por alterarem a unicidade aparente da cadeia, pois elas aí inscrevem o outro, na seqüência do discurso, segundo modalidades diferentes, com ou sem marcas unívocas de ancoragem.

A heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada são dois planos distintos, no campo da enunciação, que estão em jogo de maneira solidária - mas não disjuntos - constituindo as condições reais de existência de um discurso e da representação que nele se dá.

Neste trabalho, me ocuparei apenas das formas de heterogeneidade marcada. Como diz Authier-Revuz (1990:35) "circunscrever-se a **um** dos dois planos é evidentemente legítimo." Embora a própria Authier-Revuz (1990:35): faça a seguinte ressalva: "mas colocar esse plano como um todo autônomo, fechado a esse exterior pertinente que constitui o outro plano, é fonte, creio inevitável, de engano e de mutilação do terreno escolhido."

Seria ingenuidade, dado o acima exposto, imaginar, hoje, que, se há dois grupos, há dois discursos que sejam, por uma lado, absolutamente originais, e, por outro, absolutamente distintos, isto é, que não se interrelacionem. Na verdade, como, aliás já se viu, em especial no item relativo à topografia fundadora, os discursos se constroem sobre e a partir de outros. Além disso, no

caso em questão, como, de fato, os dois discursos pertencem à mesma formação discursiva (política), a probabilidade de que os mesmos se interrelacionem é alta.

Veremos, abaixo, exemplos de heterogeneidade no corpus que estamos analisando, bem como seu papel no funcionamento nos textos de campanha. No capítulo seguinte, mostraremos casos e funções da heterogeneidade nos artigos de jornal que analisamos.

O interdiscurso, se estrategicamente explorado, é seguramente boa arma de campanha, de persuasão. Permite introduzir princípios aceitos, refutar, lançar mão de argumentos de autoridade etc. Permite aos sujeitos, mesmo sem explicitar totalmente sua posição - o que, numa campanha, pode ser estratégico - deixar claro o que aceitam e o que recusam.

A análise do funcionamento dos discursos a partir de marcas lingüísticas que demonstram a presença do Outro mostra como, necessariamente, se constituem o sujeito e seu discurso.

A partir da análise da polifonia dos discursos dos dois grupos, perceberemos que esses discursos não são homogêneos, pois "apesar de o discurso manifestar-se linearmente, sua costura, sua montagem não é homogênea: ou seja, numa seqüência textual, os elementos que aparecem não provêm necessariamente da mesma fonte, não são oriundos de um único discurso" (Possenti, 1994:4). Verificar-se-á, aqui, como os discursos dos grupos

GS e GO estabelecem relações com o exterior de forma mostrada, ou seja, como, no intradiscurso, entrelaçam-se interior e exterior. Vejamos como ocorre essa heterogeneidade, em alguns exemplos.

3.1. Heterogeneidade mostrada no discurso do grupo situacionista

Um dos esquemas sintáticos de transmissão do discurso do outro mais utilizados no discurso situacionista foi o discurso relatado de forma indireta. Neste, menciona-se o "conteúdo" do discurso do outro, o que possibilita ao locutor que cita que faça dele, de alguma forma, sua interpretação, já que reformula as palavras do outro. Examinemos alguns recortes:

"Nos últimos meses o projeto vem sendo distorcido e manipulado para efeito de campanha eleitoral de Reitor. Setores da comunidade acadêmica afirmam que o projeto tem como objetivo transferir os cursos do campus de Porto Velho para os 'campi' do interior, e vice-versa. Tudo má informação." (IC 1b)

Nesse exemplo de discurso relatado indireto, o sujeito situacionista traduz o discurso de setores da comunidade acadêmica em relação ao projeto PIQUE. A reformulação do discurso do outro é introduzida por "afirmam que". O locutor

tenta mostrar que não há concordância nos conteúdos da afirmação de setores da comunidade e o conteúdo real do projeto, devido a informações distorcidas com objetivo eleitoral. Os enunciados anteriores e posteriores ao discurso relatado mostram essa pretensão. Assim, o discurso relatado é mostrado e, ao mesmo tempo, desacreditado.

"Os críticos do 'Pique' reconhecem que a Unir exigia uma redefinição da sua estrutura." (IC 1b)

Nesse segundo recorte discursivo o locutor do grupo situacionista apresenta sua versão do discurso oposicionista a respeito do projeto PIQUE. Nessa paráfrase, o discurso do adversário é exibido e interpretado para servir de argumento favorável ao discurso de defesa do grupo situacionista.

3.2. Heterogeneidade mostrada do discurso do grupo oposicionista

Em seu discurso, o **GO** introduz determinadas marcas lingüísticas, que inscrevem o Outro na linearidade do dito, de forma marcadamente perceptível. Um dos recursos foi o discurso relatado, como ocorreu também com o grupo **GS**.

A forma de discurso relato que destacamos a seguir é um exemplo de discurso direto, através do qual, segundo Authier-Revuz (1982:92), o locutor, colocando-se como um simples porta-voz, recorta explicitamente para seu discurso o discurso de outro locutor. Exemplos deste tipo são as citações utilizadas pelo **GO**. Para Maingueneau (1987:89) "os enunciados relatados em discurso direto são postos entre aspas para marcar sua alteridade; esta última, além disso, é claramente manifestada pela ruptura sintática entre o discurso que cita e o discurso citado." Vejamos alguns exemplos:

" 'A paixão pela atividade acadêmica é incompatível com o silêncio, a submissão, com a aquiescência' proclama Cristovam Buarque." (IC 3b, p.2)

"MUDAR PRA UNIR (...) 'o que estou chamando de Universidade é um centro de preservação e difusão de conhecimento, um espaço que as pessoas atravessam e no qual se dá sua formação na convivência, no envolvimento com o universo da produção de conhecimento.' Evandro Mirra - Vice-Reitor da UFMG." (IC 3b, p1)

"É preciso que alunos e professores percam a preferência pelo monólogo e assumam a procura do enfrentamento teórico, através do diálogo firme, mas respeitoso entre posições divergentes". Cristovam Buarque. (IC 3b, p.2)

Os exemplos de citação acima mostram o que Maingueneau (1993: 85-6) classifica como *ambigüidade fundamental do fenômeno da citação*. Ao mesmo tempo que o locutor do discurso do **GO** tenta mostrar os discursos citados como distantes, como o “não-eu”, ele mostra sua adesão ao discurso citado ao recorrer à “autoridade” que protege suas afirmações a respeito de concepções sobre universidade. O efeito de sentido que o locutor do **GO** busca produzir é “o que eu enuncio é verdade porque não sou eu que o digo e sim uma autoridade”. O sentido do enunciado se inscreve nas situações de enunciação, que são diferentes no discurso que cita e no discurso que é citado. Deste modo, o locutor que cita tenta repetir o significado. Entretanto, o locutor que cita não fala com as palavras de um outro, visto que, o que conta é o enunciado na situação de enunciação. O efeito de sentido produzido na situação de citação não é o mesmo daquele em que o enunciado foi produzido anteriormente pelo seu “autor”. Enfim, na medida em que inserimos fragmentos de discursos em um outro discurso não transportamos também as suas condições de produção. Consequentemente, esses fragmentos transportados adquirem uma nova configuração semântica.

Outra forma de heterogeneidade marcada usada no discurso deste grupo foi a conotação autonímica. Dentre as várias formas está a palavra entre aspas. No caso de citação da palavra entre aspas não existe ruptura sintática entre o discurso que cita e a palavra citada. "A expressão aspeada é, ao mesmo tempo, usada e mencionada" (Maingueneau, 1987:89). Vejamos alguns exemplos:

"É preciso, pois, construir coletivamente a nossa universidade, que não deve ser apenas e simplesmente "*a possível*", mas sim, a necessária, aquela que, ultrapassando os limites dos projetos medíocres e acomodados e, ao mesmo tempo, recusando os modelos continuístas de administração, possa fazer brotar da crise em que vivemos na UNIR uma nova forma de viver, conviver, pensar e fazer a Universidade." (IC 3b, p.2)

"Devemos lutar, primeira e principalmente, contra os projetos de opressão que são oferecidos à Universidade sob rótulos (pretensos) de "*esquerda*" (...)." (IC 3b, p.2)

"A UNIR, não obstante promessas feitas na campanha anterior, não virou Universidade. Mesmo porque Universidade não se "*vira*", mas sim constrói-se." (IC 3b, p.2)

A utilização das aspas nos enunciados acima mostra a abertura de um espaço no interior do discurso da oposição para palavras oriundas do discurso do grupo situacionista. As aspas, nestes exemplos, constituem um uso de modalização autonímica.

As palavras "*possível*" (retirada do slogan de campanha do grupo situacionista: FAZER é *possível*), "*vira*" (retirada do slogan da campanha do grupo situacionista na eleição anterior: a UNIR vai virar Universidade") são, ao mesmo tempo, mostradas, marcadas como estranhas e integradas às seqüências

dos enunciados. Estas palavras apresentam um duplo movimento: embora, sintaticamente, os sujeitos as tenham integrado aos seus discursos, as aspas indicam a discordância, a rejeição, o questionamento da veracidade do discurso do grupo situacionista, no qual essas palavras foram buscadas.

O uso das aspas nos enunciados representativos destacados acima, ao mesmo tempo, pois, que permite o encontro entre discursos, designa uma fronteira entre suas posições ideológicas. Embora no discurso de um grupo apareçam as palavras do discurso do outro grupo, estabelece-se uma demarcação explícita entre a posição ideológica do discurso do grupo de oposição (**GO**) e a posição ideológica do grupo situacionista (**GS**), isto é, as aspas indicam discordância entre as posições dos sujeitos que partilham de posições ideológicas antagônicas.

Nestes exemplos, o uso de modalização autonímica das aspas inscreve a polêmica no interior do discurso da oposição ao desqualificar certos efeitos de sentido construídos no discurso do grupo da situação, tais como "possível" e "vira". O grupo de oposição mostra o discurso do adversário, ao mesmo tempo que o desqualifica. As aspas foram utilizadas para que a oposição pudesse marcar e rechaçar o discurso da situação.

Como o período da campanha eleitoral foi caracterizado por grande tensão entre as forças políticas em confronto, o sujeito opositor, ao fazer uso autonímico das aspas (mesmo que não conscientemente), tinha como objetivo

oferecer uma certa imagem de si mesmo ao eleitor, ou seja, que ele discorda da posição ideológica do grupo da situação.

Outras formas mais complexas de heterogeneidade foram identificadas, no discurso do grupo de oposição, nas quais a presença do outro não é explicitada por marcas unívocas na frase. Dentre estas, é dominante o uso de chavões.

Chavões são largamente utilizados pelo enunciador oposicionista, através de enunciados batidos pelo uso. Para Ramanzini (1994:1207) no chavão “o fundamental é a forma. [Esta] não admite variantes, seu conteúdo semântico está fixado, fossilizado, é o chamado efeito conserva e será sempre percebido como um empréstimo. [Entretanto] não passa em branco; pelo contrário particularmente atrai a atenção sobre si”. A partir de um léxico político distendido ao máximo, o chavão é usado de forma apelativa pelo **GO**:

“Ser o centro produtor de conhecimentos científicos, filosóficos, humanísticos, artísticos e espirituais visando a atender aos anseios da sociedade envolvente e da humanidade em geral.” (PC 3)

“(...) formação de uma nova geração capacitada a participar, com eficácia e competência, do projeto de construção de uma sociedade igualitária e democrática.” (PC 3)

"Proporcionar o livre acesso das camadas desfavorecidas economicamente a todas as atividades acadêmicas, garantindo o direito ao estudo às classes sociais, independentes da sua posição na pirâmide econômica." (PC 3)

"(...) para chegarmos à construção de uma nova Universidade, pública, gratuita, democrática e progressista." (PC 2, p.2)

"Respeitar a livre iniciativa científico-didático-pedagógico, a liberdade de expressão e a pluralidade das idéias." (PC 2, p.3)

Ainda outra forma de heterogeneidade que é explorada no discurso desse grupo é a chamada parafraseagem. Vejam-se os exemplos abaixo:

"(...) defendemos uma Universidade não-alienada, mas também não acorrentada a partidos políticos, ou seja, a Universidade deve ser uma instituição suprapartidária e não sectária." (PC 3)

"Tornar-se um centro vivo e pulsante de debates geradores das idéias motoras da sociedade e da própria história. Neste sentido, deve ser a Universidade uma instituição pluralista onde a mutiplicidade das idéias conviva com diferentes princípios ideológicos e filosóficos, onde as variadas concepções pedagógicas coexistam com as diversas correntes de pensamento." (PC 3)

No primeiro recorte, a expressão “não acorrentada a partidos políticos” é “traduzida” de uma maneira específica, com o sentido que lhe confere o discurso do GO, isto é, como “deve ser uma instituição suprapartidária e não sectária.” Percebe-se claramente que não se trata de uma paráfrase no sentido estrito, isto é, com identidade de sentido garantida por uma gramática ou um dicionário da língua portuguesa.

No segundo recorte, há um exemplo extremamente interessante de parafraseagem. A expressão “multiplicidade de idéias” está parafraseada por “variadas concepções pedagógicas” e a expressão “diferentes princípios ideológicos e filosóficos” é parafraseada por “diversas correntes de pensamento.”

Em ambos os casos, verifica-se uma das teses básicas da AD, segundo a qual o sentido das expressões depende da formação discursiva a que pertencem.

A análise da relação dos discursos com o *Outro* não se restringiu, neste capítulo, apenas à análise dos lugares fundadores, mas estendeu-se, como se viu, à análise da heterogeneidade mostrada dos discursos. Ambas as análises permitiram constituir a cenografia enunciativa a partir do relacionamento do que foi dito na seqüência discursiva com o que circula em *outros* discursos.

CAPÍTULO III

“A palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios”. (Bakhtin)

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DOS ARTIGOS DE JORNAL

A imprensa escrita foi a arena privilegiada para o combate discursivo dos grupos em confronto pelo poder de administrar a UNIR.

Não é o fato de as informações sobre o episódio da UNIR terem sido divulgadas pelos jornais que as tornavam isentas de qualquer subjetividade, como poderia acreditar quem considerasse ingenuamente que a imprensa só fornece os fatos. Concordamos com a tese de Mosca (1993:261) segundo a qual o discurso jornalístico não trata “(...) da simples reprodução dos fatos e opiniões dadas de antemão: assiste-se à construção de sujeitos, de objetos (a informação propriamente dita), da opinião pública (como um actante coletivo) e das figuras do destinatário (leitor, cidadãos em geral ou grupos específicos)”.

No artigo de jornal “a produção ideológica se apresenta como um processo formal, remetendo a fenômenos discursivos tais como enunciação, estratégias discursivas, configurações discursivas do leitor (...)” (Mosca, 1993:261).

É a partir deste quadro que se procederá à caracterização dos grupos.

O material jornalístico sobre o episódio das eleições na UNIR compõe-se de:

1) artigos assinados por militantes e simpatizantes dos dois grupos envolvidos na campanha e publicados na imprensa local;

2) jornal auto-proclamado “independente”, cujos responsáveis, entretanto, eram pessoas envolvidas na disputa eleitoral;

3) jornal publicado pela representação da categoria dos docentes e

4) reportagens produzidas pelas instituições jornalísticas locais.

Foram selecionados quatro jornais e dezessete artigos produzidos pelos membros dos dois grupos e representativos para a configuração da Cenografia dos discursos.

Na caracterização dos grupos através da análise discursiva do material jornalístico, será privilegiado o exame do material assinado ou elaborado por pessoas envolvidas no episódio da “eleição” para reitor da Unir. Ou seja, não serão consideradas, por exemplo, artigos assinados por jornalistas e outras

pessoas da sociedade local, e, a não ser marginalmente, reportagens de responsabilidade dos jornais.

Através dos artigos de jornal, os grupos representativos da situação (**GS**) e da oposição (**GO**) travaram “diálogos” polêmicos entre si e com a comunidade. Esses artigos de jornal são textos escritos opinativos e assinados, que tinham como objetivo central construir a opinião pública sobre a UNIR e o processo eleitoral, a partir dos interesses e das perspectivas ideológicas dos dois grupos.

Após a eleição no Colégio Eleitoral Especial, onde sagrou-se vencedor o candidato do grupo situacionista, a luta entre os grupos acirrou-se mais ainda. O momento político era “delicado”, pois as forças políticas partidárias locais e nacionais eram decisivas para a nomeação pelo Ministro da Educação do primeiro colocado na lista sêxtupla e na eleição no Colégio Eleitoral Especial. Os grupos se reorganizaram da seguinte forma:

grupo 1 - composto por aqueles que defendiam a posse do reitor e vice-reitor eleitos, que são chamados neste trabalho de **GDPE** - grupo de defesa da posse dos eleitos;

grupo 2 - composto por aqueles que eram contra a posse dos eleitos e defendiam novo processo eleitoral, de agora em diante chamado de **GCPE** - grupo contra a posse dos eleitos.

Esse reordenamento dos grupos em torno de objetivos bem definidos (a favor da posse do reitor eleito ou contra ela) pode ser demonstrado a partir dos seguintes recortes discursivos como os seguintes:

"Mas, a bem da verdade, a simbiose política envolvendo P., PC do B, DCE e um grupo de professores (derrotados) têm o único objetivo de impedir a nomeação do reitor eleito". (Artigo 5)

"Perdida a batalha dos votos (...) a munição volta a se recompor (...) primeiro, utilizariam a tática da mendicância, pediriam aos delegados, promotores, etc. etc. etc., agilidade em todos os processos em tramitação (de tal sorte que um desses professores ameaçou processar o próprio procurador, se os processos não andassem); em seguida, utilizariam qualquer coisa, afinal, na altura do campeonato, qualquer meio justificaria o fim: impossibilitar a posse dos eleitos." (Artigo 8)

"Quero registrar que este professor pertence à do "Castelo de GreysKull", ou "Esquadrão da Morte", ou "Tropa de Choque", como eles são chamados na Unir, e é idolatrador e defensor do esquema 'A. D.', 'Ariana', beneficiado da panelinha e que tinha um cargo de confiança garantido caso o Reitor eleito tomasse posse (...)." (Artigo 6)

"Entretanto, em Rondônia, parece que a história é outra. Jornalistas, sindicalistas e políticos vêm, nas últimas semanas, terçando suas armas (as

palavras), nos jornais locais, em prol da posse de novo Reitor na Unir."

(Artigo 7)

"DUNIR e DCE exigem eleições diretas já, na UNIR". Artigo 14)

"(...) DIRETAS JÁ para Reitor!" (Artigo 17)

Nesse reordenamento dos grupos, foram singulares certas posições tomadas por alguns membros dos grupos, como é o caso do primeiro Reitor "Pró-Tempore", que fora Pró-Reitor de Planejamento na gestão anterior (na qual o reitor eleito era o vice-reitor), mas que, a partir do momento em que assumiu o cargo máximo da instituição, aliou-se ao **GCPE** para buscar apoio para sua permanência não tão "pró-tempore". Ao assumir, afirmou na imprensa escrita que "não vão existir traumas para a instituição" (Reportagem 2).

Após um mês, estava destituindo dos cargos comissionados aqueles que com ele trabalharam na gestão anterior.

O Reitor "Pró-Tempore" teve dois posicionamentos diferentes ao ocupar lugares diferentes em dois momentos diferentes. Tal atitude poderia, segundo uma certa visão psicologizante, ser avaliada como um problema de tipo pessoal, de caráter ou de moral, o que implicaria uma certa concepção de sujeito e de discurso. Aqui, esta versão não interessa. Preferimos acompanhar a tese de Pêcheux (1969:77), ao afirmar que um sujeito está "situado no interior da *relação*

de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que enuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para 'dar o troco', o que é uma outra forma de ação política". Como o discurso é sempre produzido a partir de determinadas condições de produção, o fato de alguém pertencer a um determinado grupo político, por exemplo, torna o seu discurso representante de idéias e interesses de tal grupo, ou seja seu discurso é produzido a partir do lugar que ocupa. Esta tese explica também porque a mesma pessoa parece ser outra quando assume uma nova posição.

Na caracterização dos discursos dos grupos, procura-se "compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos (...). É preciso ressaltar que aquilo que parece isolado está, na verdade, profundamente imbricado" (Fiorin, 1990:176-7). Ao apropriar-se de palavras, expressões, enunciados, o autor não o faz num movimento individual, já que o processo discursivo é social. Mas, pode-se verificar no resultado o modo como o autor constrói seu discurso a partir da(s) formação(ões) discursiva(s). Ao usar algumas, mas não todas, as possibilidades, ele está indiretamente falando de suas opções (sua posição ideológica), e por isso produz sentidos específicos. As pistas iniciais para um esboço de classificação

são encontradas no léxico: algumas expressões trazem marcas de determinado campo discursivo. Percebe-se, por exemplo, como se entremeiam os discursos político, técnico, econômico, moral, de defesa, de ataque, administrativo, jurídico, etc.

Trataremos dos artigos de jornal em duas etapas: a anterior à eleição, na qual os sujeitos se distribuem em **GS** e **GO**, e a posterior à eleição, quando os sujeitos se definem por suas posições no **GCPE** e no **GDPE**.

No período da campanha eleitoral, os grupos de situação (**GS**) e de oposição (**GO**) caracterizam-se e diferenciam-se da seguinte maneira:

1) o grupo de situação

1.a) Caracteriza-se por um discurso didático e técnico sobre temas como universidade e democracia, cuja apresentação corresponde à daqueles textos que figuram em manuais, ou seja, os temas são tratados de forma resumida e os conceitos são operacionalizados, como se diria no discurso da didática. Os recortes discursivos abaixo são representativos:

"O **objetivo básico** é contribuir para o afloramento de questões que normalmente são discutidas nos bastidores ou que simplesmente ficam apenas latentes". (Artigo 1)

"**Avaliei interessante começar** por um assunto polêmico: universidade e democracia". (Artigo 1)

"**A democracia**, desenhada e de acordo com a realidade a qual será aplicada, **é o melhor meio para se alcançar os objetivos perseguidos**". (Artigo 1)

"**A universidade, considerada organização singular por fugir dos padrões das burocracias tradicionais**, é analisada a partir de vários modelos teóricos". (Artigo 2)

1.b) Caracteriza-se por um discurso de defesa das acusações dos adversários e por um discurso moral, por indicar conseqüências negativas, se não houver continuidade do grupo no poder. O argumento que o **GS** usa para rebater as críticas do **GO** é demonstrar que as críticas da oposição são "inverdades" e, para isso, o **GS** apropria-se de um discurso que é, de fato, a fusão de um discurso político com um moralista. Os enunciados a seguir são exemplos:

"Sem embargo, a conquista da democracia, na **Universidade de Rondônia**, está indissolivelmente ligada ao bloco histórico (para fazer uso da

terminologia gramsciana) da “Universidade Possível”, que tem, na atual administração, não o autoritarismo, mas a consolidação do exercício da democracia, sem cuja continuidade, retrocessos democráticos e institucionais são iminentes, pois retornarão ao poder aqueles que foram coniventes, e mesmo se locupetaram com cargos, durante o regime autoritário de sucessivas intervenções (período da democracia perdida), de trágicas lembranças”. (Artigo 3)

“Pela versão da contra-informação, o PIQUE viria acabar com a universidade pública, extinguindo e transferindo cursos, **quando na verdade**, é o único projeto exequível de consolidação da UNIR em todo o Estado”. (Artigo 3)

“Pela versão da leviandade a atual administração é uma gestão de escândalos (telefonias, computadores), **quando, na verdade**, estas foram medidas que visam, de fato, a construção de uma infra-estrutura à altura do que merece uma instituição como a Universidade”. (Artigo 3)

“Pela via da infâmia e da injúria, desencadeou-se um turbilhão de ataques à dignidade humana, como se esta instituição, que tem sido a cidadela mais respeitada em se tratando de resistência democrática e luta pelos direitos do homem e do cidadão, fosse a “casa da mãe-joana”, onde o desrespeito pelo viés dos palavrões, reinam impunes”. (Artigo 3)

1.c) Ao mesmo tempo que se defende, o grupo da situação também desfere ataques, ao mostrar as raízes do grupo oposicionista. Este critica a

administração como forma de se diferenciar, quando, na realidade, participava da administração da UNIR naquele momento. Vejamos os enunciados representativos:

"(...) **as candidaturas autoproclamadas de opositoristas** não são oposição. Em dois casos, elas **têm origem no interior da atual administração**, tal como são os casos do diretor da Dirca e da Chefia do Gabinete do Reitor; e a outra candidatura, com um Departamento e um Núcleo nas mãos, jamais apresentou um projeto contrário a atual política universitária. Logo, ou a oposição pecou por omissão e, ipso facto, é incompetente ou a oposição é fisiológica, tal como determinados políticos de "oposição", que, mal termina a campanha, trocam suas "críticas" por cargos no poder". (Artigo 3)

2) grupo de oposição

2.a) No discurso do grupo opositorista o discurso efetivamente dominante era comprometer em escândalos, em ferozes campanhas na imprensa, o candidato do grupo situacionista, assim como outros correligionários seus:

"(...) 'lobbies' para a aprovação de projetos (...)". (Artigo 4)

"(...) uso da Universidade com objetivos partidários (...)" (Artigo 4)

"(...) feudalização dos campi do interior (...)" (Artigo 4)

"(...) a atual administração, que cerca-se de cláudios humbertos, à imagem do ex-presidente Collor". (Artigo 4)

2.b) Caracteriza-se por discursos de ataques pessoais. A partir dos enunciados abaixo vejamos como o **GO** fala do candidato do **GS**:

"(...) sr. M. T., atual vice-reitor, que, por força de não se sabe bem que práticas, conseguiu que o titular da Reitoria se mantivesse distante, cedendo-lhe o lugar, e cooptou sal e açúcar, que se espremem no mesmo pote." (Artigo 4)

"O ímã que consegue atrair essa 'atenção' tão imediata representa, como é comum a 'atrelados' desta e doutras plagas, o dono do poder (...) sr. M. T. (...)" (Artigo 4)

2.c) Em busca de adesão as sua idéias, o **GO** sugere em seus discursos analogias da prática política do candidato do **GS** (A. M. T. O.) com o ex-Presidente Collor e naquele momento (de pré-consulta à comunidade) sugere e

defende, também, um provável impedimento do candidato do **GS** de assumir a reitoria. Os enunciados abaixo são representativos:

"(...) em nosso caso particular da Unir, a coesão se dá pela insatisfação generalizada contra **a atual administração, que cerca-se de cláudios humbertos, à imagem do ex-Presidente Collor**". (Artigo 4)

"(...) sr. M. T., atual vice-reitor (...) reúne um balaio de gatos que pode ter subclassificações bem interessantes (...) temos o "ariado" (com l mesmo) engrossando **uma potencial fila dos eleitores do Collor-II parte(...)**". (Artigo 4)

"O nome "dispersos" sugere tudo, menos um bloco (...) o paralelo recente do bloco dos "dispersos", a propósito, é com o grupo de deputados que aprovaram o **"impeachment" do ex-presidente(...)**". (Artigo 4)

1.d) Caracteriza-se a oposição por discurso culposo e demagógico:

"**E essa é a dor de cabeça** dos que hoje pensam numa futura Unir ainda **por finalidades comuns e impessoais**". (Artigo 4)

"A despeito de rachas e contramarchas, não é difícil vaticinar que, por **desunião e absoluta ausência de despojamento dos 'dispersos', teremos três quartos da comunidade universitária recebendo o mesmo epíteto pespgado**

por Nelson Rodrigues aos unânimes, quando, neste fim de novembro, houver a 'eleição' à Reitoria". (Artigo 4)

O discurso de culpa e demagogia podem ser verificados nos trechos em negrito.

Com o acirramento do embate político, tornou-se mais explícito o envolvimento da política partidária local e nacional na crise da UNIR. Vejamos alguns recortes discursivos representativos:

"Assisti estarecido, pela TV - RO, a **entrevista de um membro do DCE da Unir, acompanhado** por outros colegas estudantes do curso de enfermagem, **pelo presidente do PC do B (Pantera), que também é estudante da Unir (...)**".
(Artigo 5)

"A cena foi montada para que os "estudantes" (afinal no grupo existia docentes derrotados na última eleição para reitor) entregasse ao senhor **governador** um calhamaço de denúncias contra a ex - Reitoria, ou seja, D./O.". (Artigo 5)

"Quem vive cotidianamente na universidade, sabe que existe uma oposição ferrenha contra o professor A. O. **O DCE, militantes do PC do B e um grupo de docentes, lutam todos os dias contra O., os militantes petistas e um outro**

grande grupo de professores (esses sem partido político) pelo poder da Unir".
(Artigo 5)

"O governo P., através do seu porta-voz oficial, L. M., tem interesse político em desmoralizar O., visando bater no PT, partido que faz oposição ao governador e que tem A. O. como filiado". (Artigo 5)

"Entretanto é lamentável, o que vem ocorrendo na Unir, principalmente quando uma entidade como o **DCE rasteja, pede e implora ao governador** sua interferência na instituição. A autonomia que tanto se prega vai para o espaço".
(Artigo 5)

"Mas a bem da verdade, **a simbiose política envolvendo P., PC do B, DCE e um grupo de professores (derrotados) têm único objetivo de impedir a nomeação do reitor eleito**". (Artigo 5)

"Dirijo-me a este jornal para responder ao "Artigo", publicado domingo (30/05/93) pelo professor Januário, intitulado "Uma simbiose" no qual faz acusação ao meu nome e **ataca o Diretório Regional do Partido Comunista do Brasil (PC do B) (...)** ora! não sabe o **crápula que há filiados do PT dentro da Unir (...)**".
(Artigo 6)

"Como **acadêmico da Unir e militante comunista do PC do B**, há dez anos, minha visão de universidade é completamente diferente da sua Sr. "Sub-Mestre" (...)". (Artigo 6)

“Nessa **luta entre PT e PC do B**, que não apenas ronda mas se apropria da Universidade, os calouros são as vítimas preferidas para se tornarem fantoches de jogadas politiquieras”. (Carapanã, Ano I, N° I)

“O nosso **Reitor Pró-Tempore** (mas que não se acredita tão temporário assim), ultimamente muito afeito à coquetéis e comemorações, **compareceu à inauguração da nova sede regional do PC do B**. Altas festanças rolando e lá Mr. Pró-Tempore conduzindo-se confortavelmente entre os convivas, claro”. (Carapanã, Ano I, N° I)

A tese sobre a relação da crise da UNIR com interesses políticos partidários local e nacional pode ser atestada, também, através das estratégias discursivas de reportagens dos jornais de Porto Velho. Vejamos alguns enunciados representativos:

“O **Governador O. P. encaminhou esta semana, em Brasília, ao Tribunal de Contas da União, cópia do dossiê de denúncias contra administração da Universidade Federal de Rondônia**”. (Reportagem 1)

“O **dossiê foi preparado pelo Diretório Central dos Estudantes da Unir e entregue ao Governador** há cerca de 15 dias. É um volume de 600 páginas e algumas dezenas de documentos”. (Reportagem 1)

Sob o recurso da impessoalidade, os fatos são narrados. Entretanto, o governador e o reitor eleito pertencem a partidos políticos rivais, além do que o governador já tinha anunciado a criação de uma universidade estadual.

Menos que informar, as reportagens dos jornais confirmam o pressuposto construtivista de Mosca (1993:261) de que “a informação oferecida pelo jornal, é antes de tudo, um fato discursivo, isto é, de que a realidade se constrói no texto e pelo texto e de que o jornal tende a construir o seu próprio referente ou “opções de realidade”. [Ou seja] o discurso não apenas reproduz o real, ele o constrói, não apenas reflete, mas o produz”. Nas reportagens, menos que reproduzir os fatos, objetivava-se construir a opinião pública contra o reitor eleito, membro do Partido dos Trabalhadores (PT). Ocorre que, para tal empreendimento, as reportagens tratam das denúncias contra a administração de J. D. e A. T. O. enquanto Reitor e Vice-reitor, respectivamente, assim como de supostos atos de agressividades do vice-reitor. Os enunciados a seguir são representativos:

“Os documentos tratam, entre outras denúncias, da compra irregular de equipamentos para instalação de um sistema de telefonia no Campus da Unir, das distorções do Projeto Pique”; (Reportagem 1)

“Os documentos tratam (...) [de] desrespeito ao resultado da consulta à comunidade na lista sêxtupla encaminhada ao MEC”. (Reportagem 1)

“Os documentos tratam [de] agressões e ameaças do vice-reitor a professores e alunos da Universidade”. (Reportagem 1)

As reportagens buscavam produzir um texto, como diz Mosca (1993:264), “que parece objetivo, ocultando-se as intervenções subjetivas, neutralizando-as, deslocando suas fontes de emissão etc. Nada mais manipulador, por exemplo, que a impessoalidade do discurso, o distanciamento deliberado que transmite ao leitor a ilusão de um “fazer verdadeiro”, levando-o a crer (...). Por este processo, o enunciador toma posição sem declarar-se abertamente como fonte de avaliação”.

O recurso mais proeminente utilizado pelos enunciadores das reportagens foi a citação:

“Segundo o Ministério Público Federal, ‘sem sombra de dúvida houve burla, pois a licitação nos casos era imprescindível. Inconcebível os argumentos utilizados para a dispensa de licitação até mesmo porque invocaram indiscriminadamente como amparo hipótese de dispensa e de inexigibilidade’.” (Reportagem 1)

“Mais adiante, o sr. O. B. afirma: ‘Inaceitável a argumentação dos responsáveis para justificar a não realização de licitação (...)’. ‘Não se pode pretender que, sob as vestes de conveniência administrativa, com a simples alegação da demora do procedimento licitatório eventual causador de

prejuízos, a administração se esquivou do que é legalmente exigido' ”.

(Reportagem 1)

“Sobre as empresas o despacho do procurador levanta suspeita. ‘Há fundada suspeita de que as empresas (...) sejam do mesmo grupo econômico, tanto assim que a Equitel e a Brasilsat têm quase o mesmo endereço na cidade industrial de Curitiba-PA’ ”. (Reportagem 1)

Esses três exemplos de citação mostram a tentativa do enunciador de ocultar-se por trás de um terceiro e assim dizer que houve burla no processo da telefonia, sem necessitar responsabilizar-se. O sr. O. B. é o locutor citado e delimitado como “autoridade” que protege as asserções.

Em seguida, caracterizarei os grupos **GDPE** e **GCPE** em relação ao material jornalístico *após a eleição no Colégio Eleitoral Especial*.

A estratégia do **GCPE** era formar a opinião pública para ter a comunidade como aliada. Para buscar adeptos às suas teses, o **GCPE** usou de forma bem assídua e oportuna a imprensa escrita, através, entre outros recursos, da publicação de um pasquim e a intensificação de publicações de artigos no jornal à Associação dos Docentes (ADUNIR), como também, em jornais locais.

A preocupação constante do grupo contra a posse do reitor eleito era ganhar a adesão de um maior número possível de pessoas da comunidade. Daí recorreram à utilização de um discurso de publicidade “por atacado” (Domenach, 1963:60). Este tipo de discurso caracteriza-se “por um nível intelectual (...) tanto mais baixo quanto maior a massa de homens que se procura convencer” (Hitler, *apud* Domenach 1963). Para Domenach (1963:60), são exemplos disso a **ironia pesada, a zombaria cínica, as injúrias** que caracterizam a eloquência hitlerista. São representativos desse estratagema os enunciados a seguir:

“Vê se larga o saco do Reitor e baixa o cacete!” (Carapanã, Ano I, N° 0, p.1)

“Quero registrar que este professor pertence à curriola do ‘Castelo de Greyskull’, ou Esquadrão da Morte’, ou ‘Tropa de Choque’ (...).” (Artigo 6)

“Aquele Sub-Moleque demonstra em seu artigo que uma das questões do Reitor eleito não ter tomado posse foi ter dado 40 passagens aos estudantes para participarem de um congresso da UNE (2ª mentira do ‘Sub-Mestre’).” (Artigo 6)

“Ora! não sabe o crápula que há filiados do PT dentro da Unir (...).” (Artigo 6)

“Eu vou foder a sua vida”. (Carapanã I, Ano I, N°1, p.1)

"A tropa **'tamos fodidos'**: A., A. e D.". (Carapanã I, Ano I, N° 2, p.4)

"Não admitimos de forma alguma que pessoas inescrupulosas e **membros da pocilga Ariana (popular tropa de choques)**, venham denegrir e caluniar a instituição DCE/UNIR". (Artigo 12)

"A acusação atinge em cheio, além dos **líderes da sacanagem**, também a funcionária I. (...)". (Carapanã I, Ano I, N°4, p.2)

"O 'subgrupo' (**'gang'**, em inglês) dos **'ottários'** propôs à reitoria pró-tempore uma 'trégua". (Carapanã I, Ano I, N°4, p.3)

"(...) a luta pelo poder de manipular o dinheiro público da **'gang' ariada** não poderão levar a UNIR para distante das trevas onde estão". (Carapanã I, N°4, p.3)

"Diariamente instalam-se Processos Administrativos na UNIR, tentando lavar o **mar-de-cocô** deixado pela antiga Reitoria". (Carapanã I, Ano I, N°4, p.4)

"Um grupo de alunos desses Campi do interior foi cooptado e, chefiados por outra turma (**a turma de elite, os SS***) (...) A PICADA DO CARAPANÃ dá uma **lata de goiabada e um quilo de jabá para aquele que, por sua percuciência (vigil), primeiro identificar os membros do Porcaria Total. Pense e aja!**
Tradução de SS: **'Somos Safados'**". (Carapanã I, Ano I, N°1, p.2)

"E por falar em **relações perigosas, os professores Sinédei e Ari foram amigos por nove anos. Tratavam -se até pelos carinhosos apelidos de Dragão (o primeiro) e Serpente (o segundo)**. Hoje um é acusado de induzir o outro ao suicídio para plantar em seu lugar qualquer outra pessoa mais confiável. E o **Dragão voltou de entre os mortos com um único objetivo específico: dar um nó na serpente e fazê-la morrer do próprio veneno ajuntado no 'anus' da administração conjunta**". (Carapanã I, Ano I, N°2, p.4)

Acinte com ataques inconstitucionais:

"Pedra no telhado voará sempre deste CARAPANÃ. **Se a esquerda estiver frágil demais ou a Universidade não suportar nossos informes... Que se quebre!** (Carapanã I, Ano I, N°3, p.1)

"A PICADA não pretende durar muito... mas **promete não deixar pedra sobre pedra sobre pedra sobre pedra**". (Carapanã I, Ano I, N°4, p.1)

Como todo discurso, o de cunho nazista circula no interdiscurso através da memória discursiva e das formações discursivas. Entretanto, o GCPE tinha conhecimento de técnicas de propagandas nazistas, como pode ser demonstrado pelos recortes discursivos:

"**Na Alemanha nazista**, o Ministro da Informação, Goebbels, especializou-se em convencer as massas a serem favoráveis as idéias defendidas por Hitler. Ele

até cunhou o ditado: **'Uma mentira repetida mil vezes torna-se uma verdade insofismável'**. Na UNIR há toda uma séria busca de reeditar Goebbles (...)" (Carapanã I, Ano I, N° 2, p. 2)

"A JUVENTUDE HITLERISTA RENASCIDA - JHR (...) Pois bem. Um grupo de alunos desses Campi do interior foi cooptado e, chefiados por outra turma (a tropa de elite, os SS*) **buscará revivescer uma estratégia de adestramento e contaminação de segmentos da comunidade universitária, cujo segmentos funcionou na Alemanha nazista**". (Carapanã I, Ano I, N° I, p.2)

"A jogada dos PicareTas já foi aqui relatada (vide edição n° 1 - **'Juventude Hitlerista Renascida'**"). (Carapanã I, Ano I, N°4, p.4)

As críticas do grupo que lutava contra a posse dos eleitos tornaram-se mais contundentes. Dentre as estratégias discursivas utilizadas, foi significativa a de desmoralizar publicamente o reitor eleito, ao fazer analogias entre a gestão deste, enquanto vice-reitor, e a de Collor, enquanto Presidente do Brasil, assim como analogias sobre a personalidade dos dois. Vejamos alguns enunciados representativos:

"O PT local, com exceção de alguns filiados que não se manifestam publicamente, vem estranhamente **defendendo um Collor da Unir**, envolvido com mil irregularidades, que copia inclusive os trejeitos paranóides daquele ex-presidente". (Artigo 7)

"(...) o **Collor da Unir** (...) tem discurso diversos da prática (...)". (Artigo 7)

"(...) nosso **Collor local** (...) o Procurador da República (nosso 'Aristides Junqueira') (...) já o qualificou de 'espertalhão' a 'irresponsável". (Artigo 7)

"**O Judas do Brasil inteiro foi o asqueroso Collor**, que traiu a nascente confiança em nossa democracia. Também na UNIR havia esperança com a eleição direta: elegeríamos um Reitor que não perseguisse, não fosse corrupto, não traísse os anseios da comunidade. Mas que nada! **também aqui tivemos um estelionatário da democracia, nosso Judas. Vocês podem adivinhar quem foi o IscARIOTTes da UNIR?**". (Carapanã I, Ano I, Nº4, p.3)

Desta forma, a oposição reduzia a luta política "à rivalidade entre as pessoas", para substituir a difícil confrontação de teses. Servem de suporte para essa asserção as pichações das dependências do campus universitário, tais como: "Fora A. !"; "Fora A. e interventor. Diretas pra Reitor!"; "Fora tropa de choque ariana!". Essa estratégia que Domenach (1963:57-8) chama em *A Propaganda Política de lei de simplificação e do inimigo* foi utilizada pelos nazistas com o objetivo de dividir o campo do adversário. "Atacar-se-á sempre, conseqüentemente, a indivíduos ou a pequenas frações (...) na medida do possível, tentar-se-á ligar esse (...) grupo de adversários declarados a uma só categoria ou a um só indivíduo". Vejamos como isso ocorre:

“(...) a chamada **‘tropa de choque’ do sr. A. M.** quer esquecer, pois só desejam se locupetar através da Universidade.” (Artigo 11)

“(...) **asseclas do ex-vice-reitor**, que desejam somente defender seus cargos, com interesses exclusivamente particulares, fingindo esquecer um passado tão recente”. (Artigo 11)

Atacando e desconsiderando o adversário, o **GCPE** poupava-se do trabalho de debater teses sobre política e universidade, pois, ao desqualificar antecipadamente aquele que sustentava tais teses, já desconsiderava as teses do adversário.

Os ataques, em forma de analogias pejorativas do **GCPE**, não ficaram restritas ao reitor-eleito, mas estenderam-se ao grupo de apoio à posse do reitor eleito, na tentativa de ligar o “grupo de adversários declarados a uma só categoria ou a um só indivíduo” (Domenach 1963:58). O **GCPE** estabeleceu semelhanças entre o **GDPE** e os corruptos da administração de Collor. Os enunciados abaixo são representativos:

“(...) também percebem-se personagens a fazer as vezes do **‘esquadrão da morte’**, a **tropa de choque collorida**: Sempre querendo esconder os fatos, consideram os problemas jurídicos do “capo” mera perseguição política...”. (Artigo 7)

"Fácil identificar também o 'Cláudio Humberto', o 'Cláudio Vieira' (o da 'Operação Uruguai') e até o 'PC'. Chega-se a todos apenas comparando o passado e a atividade atual dos de lá e de cá". (Artigo 7)

"Até mesmo os argumentos arrolados pela 'tropa de choque' são similares aos dos colloridos". (Artigo 7)

Essa tese é consolidada no capítulo VI, onde se analisam alguns panfletos.

Outra estratégia do **GCPE** foi estabelecer analogias entre as personalidades do reitor eleito e do ex-reitor com as personalidades de dirigentes totalitários:

"Nesse meio tempo, enquanto se aguarda o resultado, fala-se em coisas como 'coitado do professor A., tão inocente...' e '...Pobrezinho do D. - tão fragilzinho...' **Tais comentários poderiam ser aplicados a Mussolini e Hitler - caso escapassem vivos (...)**". (Carapanã I, Ano I, No.1, p.2)

Vale ressaltar outro estratagema argumentativo muito evidente nos discursos, presentes nos textos jornalísticos do gupo contrário à posse do reitor eleito: desmoralizado o eleito, criar condições que conduzissem para uma polêmica dentro do PT que levasse ao afastamento do quadro do partido o filiado e reitor eleito. São representativos os seguintes enunciados:

"(...) **há filiados do PT dentro da Unir que se envergonham da arrogância prepotência megalomaniaca dos intelectualóides que se julgam 'donos do saber absoluto (...)'**". (Artigo 6)

"Será que, se o então presidente Collor pertencesse aos quadros do PT quando PC & Cia, agia sem estorvos, haveria defesa daquele homérico ladrão pelos demais integrantes do partido?. Cheguei a refrescante conclusão que não seria assim. **O PT, nacionalmente, pelo menos, costuma se lastrear por princípios bem definidos, e já afastou membros do próprio partido** que foram vozes dissonantes do Norte político daquela agremiação". (Artigo 7)

"É difícil crer, mas **o PT** daqui vem endossando tudo isso. É uma pena, porque Luís Inácio Lula da Silva foi um dos raros políticos sérios brotados no período ditatorial e é a mais significativa candidatura popular da atualidade, merece da Nação brasileira o maior respeito e **não pode ser desgastado por atitudes inconsequentes e irresponsáveis do PT do Brasil afora, que respinguem, enodoando e comprometendo sua campanha no próximo ano**". (Artigo 7)

"Assistimos, portanto, ao **PT de Rondônia numa encruzilhada histórica: ou se fundamenta em princípios e apoia quem os cultiva ou se norteia pela filiação partidária e pelo fisiologismo**, na base do 'se é do PT é bom - e pode trazer dividendos...' ". (Artigo 7)

“Defender ‘o que não tem vergonha e nunca terá’ e ‘o que não tem juízo’ (segundo os versos do Chico) só levará o PT ao descrédito”. (Artigo 7)

Diante do clima de tensão e de instabilidade que vivia a UNIR, e diante da própria fragilidade que é o mecanismo de escolha e das influências políticas na nomeação do reitor, pelo governo federal, o grupo que defendia a posse do reitor eleito, logo após a promulgação do nome do reitor pelo CONSUN, em forma de “esclarecimentos”, fez um discurso de apelo, de convocação:

“Como o Ministro da Educação, Murilo Hingel, tem reafirmado que ao processo de escolha feito dentro da legalidade e legitimidade, segue-se a nomeação dos mais votados, tudo indica que a partir de abril de 1993 a UNIR terá uma nova administração (...) **É hora apropriada, portanto, mal refeitos da tensão e do cansaço das últimas semanas, de fazer algumas reflexões**”. (Artigo 9)

O **GDPE** agradece àqueles que trabalharam para a vitória do seu candidato como uma forma também de consolidar a união do grupo. É que, além de congregar vários subgrupos no seu interior, o momento pós eleição é caracterizado pela distribuição de cargos comissionados e de poder, o que pode, em tese, criar descontentes no grupo. Agradece também àqueles que não

expuseram publicamente sua preferenciam, mas que no momento do voto foram favoráveis ao seu candidato:

"A vitória somente foi possível porque **uma grande equipe**, esteve envolvida na campanha. Nominar as pessoas seria uma injustiça com aqueles que deram o melhor de si no anonimato da paixão política. **A cada um deles o nosso muito obrigado (...)**". (Artigo 9)

"(...) **centenas de eleitores fizeram um 'x'** no segundo quadrinho da cédula eleitoral, **garantindo a nossa vitória**. A cada um deles, posto em silêncio e reflexão no interior da cabine eleitoral, **só nos resta agradecer e garantir que retribuiremos com dedicação exclusiva à construção da UNIR**". (Artigo 9)

Esse discurso do agradecimento, ressaltando "uma grande equipe" e "centenas de eleitores" que apoiaram o candidato situacionista produz um efeito de sentido de manutenção da preferência popular pelo candidato situacionista. Ao referir-se a essa popularidade, o **GDPE** produz um efeito de sentido segundo o qual ele detém o poder na qualidade de representante do povo. Essa é uma estratégia para consolidar sua vitória diante das investidas contrárias do grupo adversário.

Na tentativa de arrefecer os ânimos dos adversários, que, mesmo derrotados, impetravam processos, os quais, se provadas as denúncias neles contidas, impediriam a posse do reitor e vice-reitor eleitos, os discursos do **GDPE**

caracterizavam-se por enfatizar os princípios básicos de sua gestão e pela tentativa de mostrar que não haveria represálias aos adversários. Vejamos os enunciados representativos:

"Aos que optaram por outros candidatos, exerceram o princípio básico das relações democráticas, os nossos respeitos e a certeza de que a Universidade é o espaço privilegiado da pluralidade de idéias". (Artigo 9)

"Dos nossos adversários restou uma profunda admiração pela ética e honradez com que se portaram. Os excessos cometidos são debitados ao 'calor da refrega' e ao fato de terem sido candidatos de oposição, enquanto nós, vidraças, fomos candidatos da situação". (Artigo 9)

"Continuar trabalhando, sem fanatismo das causas perfeitas". (Artigo 9)

"Governar com os princípios básicos, prescritos na Constituição, para os administradores da coisa pública." (Artigo 9)

"Queremos ser dirigentes bons e justos, que cuidem para que chegando a noite todo mundo vá dormir cedo e cansado com tanto trabalho que tinha por fazer. E foi feito". (Artigo 9)

Os membros do **GCPE** eram rápidos e ágeis. Continuamente, apresentavam seus argumentos velhos e novos nos meios de comunicação de massa escritos e televisionados, nas denúncias dos processos abertos ou que abriam, nas pichações etc., pondo em ação todos os meios de que dispunham para influenciar a opinião pública e política contra o adversário, para que este fosse adversário de todos. As respostas sucessivas do grupo de defesa da posse do reitor eleito - **GDPE** - não conseguiam dar conta do fluxo crescente das acusações. Como a tônica do jogo discursivo do **GCPE** é a crítica moral, ele atrai o **GDPE**, que cai na "armadilha moral" (Geraldí et alii, 1983:138) e se vê obrigado a se defender. Os enunciados abaixo são significativos:

"(...) **pasmem leitores, dentre as denúncias** que a procuradoria da República move contra, principalmente, A. O. é pelo motivo de O., no exercício da Reitoria, no ano de 1991, **ter liberado quarenta passagens de ônibus para que os estudantes da Unir pudessem participar do Congresso da União Nacional dos Estudantes**". (Artigo 5)

"De fato raramente tive a oportunidade de presenciar espetáculo difamatório tão vil quanto ao que sofreu o professor J., com o simples propósito de desmoralizá-lo pessoalmente (...). **Esqueceram que o professor J. foi um brilhante aluno, militante estudantil e um dos raros que formado em nossa Universidade/ por concurso de Provas e Títulos (...) com banca de outra universidade (...) tornou-se professor dela**". (Artigo 8)

“As denúncias não foram oferecidas por um ‘grupo representativo de professores, alunos e funcionários’, mas apenas por dois professores que tiveram seus interesses pessoais contrariados em algum momento da atual administração”. (Artigo 10)

“(…) nenhuma das denúncias refere-se a malversação de recursos públicos, a enriquecimento ilícito, a concorrências fraudadas ou fraudulentas, a favorecimento pessoal no exercício da função ou coisa do gênero”. (Artigo 10)

Ocorre que o **GDPE**, para desvencilhar-se da “armadilha moral” para qual foi atraído, ataca o grupo adversário:

“Entretanto, é lamentável o que vem ocorrendo na Unir, principalmente quando uma entidade como o DCE rasteja, pede e implora ao governador sua interferência na instituição”. (Artigo 5)

“E porque o DCE desavergonhadamente roga pela interferência do P. para encaminhar ao Ministro?”. (Artigo 5)

“Tenho dito que ela, a mundiça, tinha a eleição em suas mãos, mas por não chegar a um consenso sobre a divisão dos cargos (cargos? Sim, cargos.), ela se dividiu (...)”. (Artigo 8)

"A muniça mordeu a isca e mostrou a cara. Como sempre, não se precisou de muito esforço, para vê-la **perder as estribeiras**". (Artigo 8)

A Heterogeneidade Mostrada

Como vimos no capítulo anterior, os discursos são tipicamente marcados por sua heterogeneidade. Assim, esta característica está presente nos artigos de jornal, nos quais, obviamente, trava-se uma polêmica, sustentada por diversos recursos e estratégias discursivas. Não é de estranhar, pois, que a polêmica se instale nos discursos dos grupos também pelas relações interdiscursivas. A heterogeneidade mostrada é um fenômeno discursivo marcante nos textos dos dois grupos para os efeitos de sentido construídos. E a partir de sua análise, veremos como os discursos dos grupos constroem a Cenografia Enunciativa.

Nos textos de jornal que vamos analisar, examinaremos a relação do "interior" desses textos com seu "exterior", ou seja, "as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação" (Maingueneau, 1987:75). Lembremo-nos que, como alerta o próprio Maingueneau, as formações discursivas não possuem duas dimensões - por um lado, sua relação com elas mesmas, por outro, sua relação com o exterior - *mas é preciso pensar, desde o*

início, a identidade como uma maneira de organizar a relação com o que se imagina, indevidamente, exterior.

Privilegiamos, para a análise, os artigos de jornal produzidos após à eleição, visto que os mesmos são significativos na constituição da cenografia enunciativa. Foi no momento pós-eleitoral que os grupos, principalmente o **GCPE**, elegeram a imprensa escrita como o espaço estratégico para defesa de suas teses.

A Heterogeneidade Mostrada do GDPE

A presença do outro no discurso do GDPE se dá através de várias formas. Uma delas é a negação.

1. Negação:

O discurso do GDPE apresenta casos de negação que utilizam diversos marcadores de negação como *nunca, in-, des-, jamais*. O operador “não” possui uma ocorrência mais significativa. Por isso, selecionamos alguns exemplos de sua ocorrência para análise. Assumimos a tese de Maingueneau (1987:80), que afirma: “na realidade, é antiga a idéia de que é preciso distinguir, em um

enunciado negativo, duas proposições, a saber, uma proposição primeira e uma outra que a nega, mas o recurso à distinção locutor/enunciador permite ajustá-la e integrá-la a um quadro mais geral". Vejamos alguns enunciados representativos da heterogeneidade marcada pela negação:

"(...) se escondendo das câmeras e das luzes das Tvs, - o Diretor do Núcleo de Saúde da universidade, professor L.C.A., inimigo do reitor eleito, apesar de **não** ser uma liderança expressiva dentro da instituição'. (Artigo 5)

"**Não** toleramos que as denúncias **não** sejam apuradas, ao contrário".
(Artigo 5)

"As denúncias **não** foram oferecidas por um 'grupo representativo de professores, alunos e funcionários' (...)". (Artigo 10)

Nesses exemplos, a negação põe em cena enunciadores que sustentam os seguintes pontos de vista: o diretor do núcleo de saúde é uma liderança expressiva dentro da instituição; tolera que as denúncias não sejam apuradas; que as denúncias foram oferecidas por um grupo representativo de professores, alunos e funcionários. Entretanto, os pontos de vista desses enunciadores (o grupo adversário) são recusados, através da colocação em cena, e de forma mais visível, de um enunciado que se apresenta exatamente como sua negação.

2. Aspas

Para Maingueneau (1987:91), “as aspas constituem antes de mais nada um sinal construído para ser decifrado por um destinatário”. Ao utilizar as aspas, o sujeito, mesmo que não esteja consciente, está realizando uma representação de si e de seu leitor. Colocará aspas, por exemplo, para ironizar, para enfatizar, etc.

2.1: aspas de ironia

No funcionamento do discurso do **GDPE**, nos artigos de jornal, encontram-se exemplos de ironia cuja marca são as aspas. Vejam-se os exemplos a seguir:

“A cena foi montada para que os **‘estudantes’** (afinal no grupo existia docentes derrotados na última eleição para reitor) entregassem ao senhor governador um calhamaço de denúncias (...)”. (Artigo 5)

“Concluimos, portanto, que o senhor ministro conhece as denúncias, nomeando inclusive um reitor Pró-Tempore, que possuía na época, um cargo de pró-reitor na mesma administração que é acusada de atos **‘ilegais’**”. (Artigo 5)

“(…) passando por cima do mais elementar princípio do Ethos politicus, as **‘pessoas que verdadeiramente sustentaram a bandeira progressista da UNIR’** (credo!) procuraram o governador”. (Artigo 8)

O **GDPE** aspeou as expressões: “estudantes”, “ilegais” e “pessoas que verdadeiramente sustentaram a bandeira progressista da UNIR” com o objetivo de desqualificar o discurso do grupo adversário.

As aspas nessas expressões introduziram uma voz diferente das vozes dos locutores. “Ouve-se”, em cada caso, uma voz que expressa um ponto de vista não aceito pelo locutor, o que resulta em uma sátira, dado que fica atribuído apenas à outra voz - ou seja, não é aceito pelo locutor - , que foi um grupo de *estudantes* que entregou as denúncias do governador; que os atos eram *ilegais*; as pessoas que entregaram os verdadeiramente sustentaram documentos ao *governador eram aquelas que sustentaram a bandeira progressista da UNIR*. Através desse recurso, o locutor mostra que ele assume as palavras, mas não o ponto de vista que elas representam.

2.2. aspas de ênfase

O **GDPE** utilizou as aspas para enfatizar certas expressões. Vejamos os seguintes enunciados:

“As denúncias não foram oferecidas por um **‘grupo representativo de professores, alunos e funcionários’**, mas apenas por dois professores que tiveram seus interesses pessoais contrariados em algum momento da administração”. (Artigo 10)

“O mesmo DCE que há menos de dois meses assinou uma carta aberta à comunidade rondoniense intitulado **‘Fora P.’**, onde acusa seu governo de atos não recomendados ao serviço público, no mínimo é uma incongruência”. (Artigo 5)

“Infelizmente, tudo indica que o oportunismo de **‘grupelhos’** locais faz com que uma entidade como o DCE ofereça, policialmente, ao governador **‘denúncias’** contra os dirigentes da UNIR”. (Artigo 5)

“A **‘Universidade possível’** não costuma cometer falhas tão primárias”.
(Artigo 8)

“Aliás esse é o exato sentido do artigo **‘A SIMBIOSE’**, do professor”.
(Artigo 8)

As aspas nas expressões acima tem o objetivo de destacá-las. O locutor dos enunciados do **GDPE** chama a atenção para a não representatividade das denúncias devido ao reduzido número (2) de denunciantes, e sobre o sentido do artigo “a simbiose”, sobre o título de uma carta e, finalmente, deixa claro que

considera que determinado grupo é mesmo um grupelho. Esse recurso de aspear para enfatizar é uma também uma estratégia de marcar distanciamento, ao introduzir um enunciador que emite um ponto de vista que não é assumido pelo locutor. Entretanto, com afirma Maingueneau (1987:90), “um discurso efetivamente só pode manter à distancia aquilo que ele coloca fora de seu próprio espaço. Uma formação discursiva se estabelece entre estes dois limites, a saber, um discurso totalmente entre aspas, do qual nada é assumido, e um discurso sem aspas que pretendia não estabelecer relação com seu exterior”.

A Heterogeneidade Marcada do GCPE

A heterogeneidade mostrada apresenta-se, no discurso do GCPE, após à eleição, em diversas formas, dentre elas a do **discurso relatado**.

Uma das formas de discurso relatado predominante no discurso político do GCPE foi o **discurso direto**. Ao argumentar, o GCPE utilizou **ditados** retirados do falar cotidiano.

As asserções proverbiais foram alteradas conforme os efeitos de sentido que o GCPE pretendia produzir e para entendê-los é necessário nos reportarmos às condições de produção do discurso:

" **'Quem não deve não teme.'** Diz o ditado popular, eu não entendo por que tamanho desespero do 'Sub-Mestre' J. em atacar o PC do B, e DCE e a UNE (...)." (Artigo 6)

Esse recorte foi retirado do artigo intitulado "Tropa de choque", assinado pelo Presidente Regional do PC do B, que na época era também aluno da UNIR. Ao inscrever esse provérbio em seu discurso, o efeito de sentido objetivado pelo autor era o de mostrar que as acusações do professor J., ao PC do B, ao DCE, eram sinais de desespero e de culpa. Esse artigo é uma resposta ao artigo assinado pelo professor J. intitulado "Uma simbiose", que mostrava a aliança do PC do B, DCE da UNIR, governo P. e um grupo de professores derrotados no processo eleitoral com o objetivo de impedir a nomeação do reitor eleito, assim como alegava que as denúncias contra A. O. (reitor eleito) eram infundadas.

Os demais ditados objetivam também criticar e acusar o **GDPE**:

" **Fogem da discussão como o demônio foge da cruz (...).**" (Artigo 13)

"(...) **cooptou sal e açúcar, que se espremem no mesmo pote.**" (Artigo 4)

"(...) **para evitar compramos gato por lebre;**" (Artigo 15)

“A todo instante constatamos que a nossa instituição está sem Norte, incapacitando-se para aproveitar as suas próprias forças tornando válido o ditado popular: **‘Para barco sem rumo, não existe vento bom’**. O caos surgiu de uma mentira (a Unir não virou universidade) (...)”. (Artigo 16)

Como a criação dos provérbios tem sua origem no povo, ele se caracteriza por representar uma sabedoria anônima. Nesses exemplos, o locutor do **GCPE** relata enunciações populares para assegurar a autoridade de seu discurso. A responsabilidade das asserções é atribuída a um locutor distinto: a voz do povo (todas as vozes que já proferiram os provérbios). Pode-se inferir que tal estratégia se deve, entre outros fatores, ao fato de que o discurso tenha sido proferido através de um meio de comunicação de massa escrito: o jornal. Como tal, precisa propiciar facilidade de compreensão e aceitabilidade para os efeitos de sentido objetivados.

A partir da análise da heterogeneidade mostrada (marcada e não marcada) no funcionamento discursivo dos dois grupos pode-se observar que os locutores tentavam mostrar distanciamentos da presença do *Outro* em seus discursos através de várias operações de distanciamentos. Entretanto ao colocar em cena a presença de enunciadores através de marcas de distanciamentos, assumiam os pontos de vistas veiculados quer pela aceitação, quer pela rejeição.

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DOS PANFLETOS

Neste capítulo, daremos continuidade à caracterização dos grupos, através da análise de textos que não são assinados, nem por pessoas nem por grupos. Iremos trabalhar com panfletos, que se caracterizam por ser apócrifos, por um lado, e satíricos, por outro. Os panfletos, por constituírem uma arma poderosa de propaganda política, foram elaborados e distribuídos pelas dependências da UNIR na época do episódio eleitoral.

Uma das características marcantes dos panfletos é, provavelmente, a de não se poder remetê-los a um autor, enquanto sujeito empírico, pessoa que fez o texto. Entretanto, isso não significa que não podemos identificar, a partir dos enunciados, a sua autoria, e no nosso estudo, o seu pertencimento ao discurso de determinado grupo. A propósito disto, é pertinente a afirmação de Foucault (1971:9) sobre o autor: “o autor não é entendido, é claro, como o indivíduo falante que falou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do

discurso, como unidade e origem de suas significações, como sede de sua coerência”. Assim, se não podemos identificar o autor individual dos panfletos, podemos, a partir da consistência dos enunciados, remetê-los a uma autoria, pois, como estamos trabalhando com discursos que emergem em circunstâncias históricas determinadas, o acontecimento discursivo “é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado” (Guilhaumou e Malidier, 1994 :163).

No episódio eleitoral para reitor da UNIR, temos panfletos elaborados antes e após as eleições.

Primeiramente, iremos analisar dois panfletos que apareceram antes do dia 22 de novembro de 1992, data da eleição. Estes panfletos são textos constituídos a partir de dois tipos de linguagens, uma verbal e outra não-verbal, cujos efeitos de sentido se dão pela interrelação de ambas. Assim, os textos são construídos por um recurso verbal e um não-verbal. Vejamos, a seguir, características dos dois tipos de recursos:

1) a parte verbal - é constituída por pequenos enunciados;

2) a parte não-verbal - é constituída por imagens visuais, que, nos panfletos em estudo, se apresentam como charges. Estas compreendem um desenho grande, cuja extensão abarca mais de dois terços de uma folha de papel

sulfite. As imagens presentes funcionam como indícios de outros textos, e por isso instauram o que se chama de heterogeneidade textual. O uso da imagem nos desenhos satíricos é um recurso muito poderoso à disposição da propaganda política para atingir os objetivos pretendidos. A esse respeito, Domenach (1963:52) assinala que "a imagem - são múltiplas as espécies: fotografias, caricaturas e desenhos satíricos - emblemas e símbolos - retratos de líderes (...) é, sem dúvida nenhuma, o instrumento mais notável e o mais eficaz. Sua percepção é imediata e não demanda nenhum esforço. Acompanhada de uma legenda, substitui vantajosamente não importa que texto ou discurso".

Os panfletos caracterizam-se por discursos de desqualificação do candidato do grupo da situação (**GS**) de forma sarcástica.

Vamos à análise dos panfletos. No panfleto (1), a imagem do candidato do grupo da situação (**GS**) é associada a um déspota e louco. A intertextualidade presente no desenho remete para, dentre outros textos, um episódio da história do mundo ocidental, precisamente ao episódio do incêndio de Roma por seu imperador Nero, ao nazismo de Hitler e à demagogia do governo Collor. A forma como a linguagem não verbal foi construída produz o efeito de sentido de que o candidato do **GS**, se eleito, destruiria a UNIR.

O desenho tem como fundo a UNIR, retratada como um palácio romano em chamas. O que define esta "intertextualidade" são as formas das colunas (estas eram um dos símbolos da campanha do **GS**). Em primeiro plano, está

representado o candidato do **GS** como um “mutante”, ou seja, uma pessoa que se constitui mutuamente a partir das associações com características intertextualmente construídas do imperador romano Nero como um homem alto, forte, barrigudo e barbudo, cuja expressão facial demonstra sadismo, através das sobrancelhas levantadas e do sorriso onde não aparece o lábio inferior. O homem está em pé, trajando vestes romanas de época e com a mão direita segura uma tocha em chamas. O candidato do **GS** é associado também à personalidade do ex-presidente Collor, cujo símbolo marcante de campanha era o “V” da vitória. Este símbolo está representado por dois dedos da mão esquerda do homem desenhado. O objetivo dos discursos desse panfleto é ridicularizar e desprestigiar o candidato do **GS** entre os eleitores.

A comprovação da tese acima é obtida também a partir dos enunciados do texto verbal. Vejamos:

1.a. “NER’OTT” (Panfleto 1) - este enunciado título é um neologismo construído a partir da palavra Nero, nome de um imperador romano e Ott, sobrenome de origem alemã do Vice-Reitor e candidato a reitor, o que produz como efeito associá-lo ao nazista alemão Hitler. É visto como pessoa tão poderosa que NER’OTT é o título do panfleto e está escrito em destaque, na parte superior do texto e em proporção três vezes maior que o nome da instituição “UNIR”. O interdiscurso instituído produz um efeito de sentido do candidato do **GS** como tão autoritário, que, no poder, destruiria a UNIR (faria com

a UNIR o que Nero fez com Roma). Ele é representado como perigoso e discriminador, um nazista (efeito de sentido produzido pelo nome alemão Ott).

1.b. “É ESTE O NOSSO FUTURO?” (Panfleto 1) - este enunciado é um questionamento em relação ao suposto fato retratado no texto não verbal. A pergunta aponta para a previsão de um futuro catastrófico da instituição, caso o candidato do **GS** fosse eleito. Esse enunciado pode ser considerado “apelativo”, conclama a comunidade universitária a dizer não ao candidato do **GS**, pois assim dirá não ao futuro trágico que adviria caso ele fosse consagrado vencedor. O sentido produzido é, obviamente, uma função do lugar de oposição. É uma posição ideológica do sujeito do grupo oposicionista. Uma análise um pouco mais detalhada do enunciado depara-se com um problema de ambigüidade: a expressão “nosso futuro”, certamente, do ponto de vista do grupo que é o “autor” da charge, refere-se ao futuro de toda a comunidade da UNIR (ou seja, “nós” remeteria a toda a comunidade - por isso, o que é queimado é a UNIR, não um grupo); mas, uma outra leitura é possível: “nós” referiria ao grupo de oposição, e o enunciado, portanto, diz respeito à sobrevivência política do grupo oposicionista. Do ponto de vista eleitoral, a segunda interpretação é talvez contrária ao objetivo do próprio grupo: conquistar votos. Portanto, só a primeira faria sentido para esse grupo.

1.c. “Promessas, Promessas, Promessas...”. (Panfleto 1) - este enunciado representa uma das formas de classificar o candidato do **GS** como demagogo. Ele é representado como aquele que promete e não cumpre. Como um dos lugares definidores do **GO** é o lugar daquele que combate o candidato da situação, este é combatido através de sua classificação como demagogo, visto que naquele momento era vice-reitor e era acusado de, na campanha anterior, ter feito promessas e não tê-las cumprido. Era acusado pelo fato da “UNIR não ter virado Universidade”, uma referência ao slogan da campanha anterior, que era “A UNIR vai virar universidade”.

No panfleto 2, o candidato do **GS** é apresentado como vaidoso e centrado em sua pessoa (Panfleto 2) a partir da memória interdiscursiva. A cena representada no desenho é a de uma reunião, onde várias pessoas estão sentadas ao redor de uma mesa retangular grande. O candidato do **GS** (o Vice-Reitor) é identificado por marcas como a barba e pelas bolinhas de fumaça que faz ao fumar. Ele está sentado em uma cadeira na extremidade da mesa, no lugar do Reitor, posição daquele que dirige as reuniões, enquanto o Reitor, identificado pela calvície, senta-se ao lado do Vice-Reitor. Os efeitos de sentido produzido por esse texto não verbal são apresentar o candidato do **GS** como poderoso, aquele que dirige de fato a UNIR (mesmo não sendo Reitor), pois é ele quem está destacado no desenho na posição de presidente da reunião, enquanto o Reitor é apresentado como um coadjuvante no cenário universitário. Através do recurso

de criar um efeito cômico a partir da “charge”, o objetivo do **GO** é que o candidato do **GS** seja recusado pelos valores e características pessoais que a ele são imputados, tidos obviamente como negativos.

Essa tese pode ser comprovada, também a partir da análise do enunciado a seguir:

“O VICE-REITOR SE IMPORTA TANTO COM OS PROBLEMAS DA UNIR QUE NAS REUNIÕES SUA MAIOR CONTRIBUIÇÃO É FAZER BOLINHAS DE FUMAÇA!”. (Panfleto 2)

Os traços de memória enquanto materialidade discursiva, exterior e anterior à existência deste enunciado, intervêm para construí-lo e é também em relação a ela que pode ser interpretado. A anterioridade subjacente à materialidade desse enunciado é o hábito do vice-reitor de fazer bolinhas de fumaça quando fuma. Ao acionar a memória dos eleitores sobre tal hábito do candidato do **GS** quando fuma e associá-lo às suas práticas administrativas, o **GO** representa o candidato do **GS** como pessoa fútil, que se preocupa apenas com sua vaidade pessoal, que, embora ocupe de fato o lugar do Reitor, o faz apenas pela vaidade de ocupar uma posição de poder. Essa forma caricatural de representar o candidato do **GS** é uma estratégia para ridicularizá-lo.

Após as eleições e a permanência na Reitoria, de aproximadamente um ano e dois meses, do Reitor Pró-Tempore e Ex-Pró-Reitor de Planejamento na

gestão anterior, muitas pessoas da comunidade universitária reclamavam do caos instalado na Universidade de Rondônia e da omissão do MEC, por não se pronunciar a respeito de possíveis soluções. Nesse momento, as pessoas que ocupavam cargos comissionados já tinham sido exoneradas ou haviam pedido exoneração por discordarem da prática política instituída a partir da gestão pró-tempore. Os cargos eram então ocupados por pessoas do **GCPE**, no qual o Reitor Pró-Tempore buscou apoio para a sua permanência no poder. A UNIR embrenhou-se numa teia burocrática na prática dos trâmites do funcionamento da instituição. Em meio a essa crise circulou um panfleto com o título:

"O Pastor da Seita da Burocracia Celestial - I: A Missão". (Panfleto 3).

Esse panfleto é constituído, dentre outros recursos metalinguísticos utilizados, de paródias do discurso bíblico sobre o êxodo, o gênesis e o apocalipse.

Para Bakhtin (1981:168), na paródia "como na estilização, o autor fala a linguagem do outro, porém, diferentemente da estilização, reveste essa linguagem de orientação significativa diametralmente oposta à orientação do outro. A segunda voz, uma vez instalada no discurso do outro, entra em hostilidade com o seu agente primitivo e o obriga a servir a fins diametralmente

opostos. O discurso se converte em palco de luta entre duas vozes. Por isso é impossível a fusão de vozes na paródia”.

O conceito de paródia de Bakhtin é muito bem redefinido e dinamizado por Sant’Anna (1991:27), ao afirmar que a “paródia, por estar do lado do novo e do diferente, é sempre inauguradora de um novo paradigma (...). Falar de paródia é falar de intertextualidade das diferenças (...). A paródia é um efeito de deslocamento (...). Com o deslocamento temos um elemento com a memória de dois. Por isso é que se pode falar (...) do caráter contestador da paródia”. É a partir das teses de Bakhtin e Sant’Anna que se procederá à análise das paródias que compõem o Panfleto 3.

Uma das práticas políticas, na solução dos problemas da instituição, instituída pelo clima de “caça as bruxas”, foi a substituição de instrumentos de práticas democráticas, como a discussão e o diálogo entre os grupos divergentes, pela punição, a retaliação, o legalismo e o juridicismo. Os problemas, assim como as vias e os instrumentos para suas soluções, extrapolaram o âmbito da academia e foram da delegacia do MEC à da Polícia. Exemplificam esse quadro os enunciados abaixo do Memorando Interno da COPEVE, que encaminha o Panfleto 3 ao magnífico Reitor:

“Por tratar-se de documento apócrifo, insidioso instrumento de promoção de discórdia no âmbito da comunidade acadêmica, desprovido de conteúdo de pluralidade ideológica e visivelmente provocativo à dignidade pessoal, poderá, se

for o caso, salvo melhor juízo, responsabilizar o (s) autor (es) por atitudes aéticas conforme dispositivos da Lei 8.112/90”.

A sátira e a comicidade contra a perspectiva política e a forma de o **GCPE** administrar a UNIR são a tônica do Panfleto 3. Os ataques dirigiam-se ao Reitor “Pró-Tempore” e a sua atuação. Este é caricaturado como “novíssimo”, visto ter ele pertencido anteriormente ao grupo da situação, tendo sido, inclusive, Pró-Reitor de Planejamento durante quatro anos. Entretanto, por ter ascendido ao cargo máximo da instituição, aliou-se aos que lutavam contra a posse do reitor eleito, como estratégia para assegurar seu cargo. Esta posição do Reitor “Pró-Tempore” é zombada no panfleto. Ele é caricaturado como “novíssimo” também por ter destituído dos cargos de confiança os membros do **GDPE**, pelas retaliações políticas, enfim, pelo recrudescimento no uso dos critérios políticos implantados na UNIR. Essas críticas são percebidas a partir dos enunciados representativos a seguir:

“(…) surgiu em nossa universidade o Pastor da Seita da Burocracia Celestial. Não que o fim dos tempos esteja próximo, mas diria que o novíssimo vem!”. (p.1)

“É importante lembrar que o novíssimo nem sempre significa o novo. Recordemos o que sucedeu a João Melquior Marques Goulart, a prefeita Erundina, e a Comuna de Paris”. (p.1)

"Nada é possível fazer, para tudo existem senões que emperram qualquer intenção de trabalho." (p.1)

A zombaria se estende também à prática burocrática exacerbada instituída na gestão do pró-tempore:

"E nós acostumados a algumas dificuldades, porém persistentes no trabalho, somos obrigados a abandoná-lo, pois 'não havia cópia autenticada do processo' ou 'o carimbo era ilegível' (...)." (p.1)

"(...) recomendo olhar os joelhos do Pastor e de seus novos seguidores e encontrarão enormes calos dedicados à burocracia." (p. 2)

"Não me espantaria se o novo pastor da Seita da Burocracia celestial exigisse, a partir de amanhã, que o uso dos sanitários fosse solicitado em um memorando com três vias (uma para o pastor, uma para o arquivo morto e uma para o interessado, protocolado com no mínimo de 48 horas de antecedência". (p. 2-3)

"Não me espantaria ainda, se o Pastor pedisse mais trinta dias para que a procuradoria jurídica desse seu parecer". (p.3)

Trechos do texto bíblico, assim como seu estilo, são parodiados como uma forma cômica e contundente de retratar a atuação tecnicista do **GCPE**, que, antes da eleição, se colocava como oposição, mas que, naquele momento, tendo o poder nas mãos, atuava burocraticamente, de forma a impedir o **GDPE** de desenvolver suas atividades acadêmicas e políticas. Uma das formas metalingüísticas de satirizar a prática acadêmica e política do **GCPE** foi parodiar o texto do êxodo. Para a análise, transcreverei o texto original (com base na edição de Lisboa) e o parodístico.

Texto original: Êxodo, capítulo III, 7-12:

“7. E o Senhor lhe disse: Eu vi a aflição do meu povo no Egito; e ouvi o clamor, que ele levanta, por causa da cruza daqueles, que tem a intendência das obras:

8. e sabendo qual é a sua dor, desci para o livrar das mãos dos Egípcios, e para o fazer passar desta terra para outra terra boa, e espaçosa; para uma terra, onde correm arroyos de leite e de mel; para o país dos Cananeos, dos Hetheos, dos Amorrheos, dos Ferezeos, dos Heveos, e dos Jebuseos.

9. O clamor pois dos filhos de Israel chegou aos meus ouvidos: e eu vi a sua aflição, e de que modo eles são oprimidos pelos egípcios.

10. Mas vem tu, e eu te enviarei ao Faraó para que tires do Egito os filhos de Israel meu Povo.

11. E Moisés disse a deus: Quem sou eu para ir ao Faraó e tirar do Egito os filhos de Israel?

12. Deus lhe responde: Eu serei contigo: e este será o sinal de que eu te mandei. Depois de haveres tirado o meu Povo do Egito, tu oferecerá a deus um sacrifício sobre este monte”.

A paródia:

“Tudo aconteceu, segundo o próprio Pastor, quando este foi consultado por Brasília. ‘E disse o Grande Pai da Burocracia: Eu vi, eu vi o grande caos do meu povo que está no campus, ouvi o seu clamor. Por isso descí a fim de libertá-lo das mãos dos que querem trabalhar e pesquisar, para fazê-lo subir daquela terra, a uma terra boa e vasta, terra que emana memorandos e processos, o lugar dos ignorantes, dos inoperantes, dos pilotos de carimbos, dos grandes projetos que não saem do papel, dos pequenos projetos que não saem da primeira via. E disse o Pastor da Seita da Burocracia Celestial: Quem sou eu para ir ao Faraó, se só quero fazer meu doutorado, em setembro na França? E o Grande Pai da Burocracia disse: eu estarei contigo e este será o sinal de que eu te enviei: uma portaria em cinco vias.” (p. 01)

Sem realizar uma análise exaustiva dos dois textos, visto que extrapolaria o âmbito de nosso trabalho, vamos proceder a uma análise comparativa que demonstra a forma contundente e satírica das críticas contidas

no texto do **GDPE**, que produzem um deslocamento absoluto em relação ao texto original, iniciando assim um novo paradigma.⁸

: Na paródia sobre o êxodo, há um grande deslocamento do sentido do texto bíblico. O texto parodístico substitui elementos temáticos sobre o êxodo dos judeus pelos elementos temáticos que retratam o processo exagerado de burocratização instalado na UNIR, como também a acentuada defesa dos projetos de interesses pessoais. Há uma inversão do sentido religioso e dogmático do texto bíblico para a zombaria parodística.

No texto do **GDPE**, ocorre um distanciamento completo do texto bíblico. O processo de inversão do sentido se dá com deslocamento total:

- de início, Deus é substituído pelo Grande Pai da Burocracia, que reside em Brasília. Através desse recurso, é introduzida uma crítica histórica e política. A substituição do nome religioso “Deus” pela expressão “Grande Pai da Burocracia Social” produz um efeito de sentido irônico e crítico ao Governo Federal, caracterizado como o grande chefe da burocracia institucional brasileira.

- embora preservando semelhanças com o texto original, a paródia do **GDPE** transforma o discurso religioso em discurso de denúncia e crítica à prática burocrática do Governo Federal, que utiliza o escudo da burocracia para defender interesses políticos.

⁸ . A concepção de paradigma usada aqui é “no sentido de padrão, modelo”. Está de acordo com Sant’Anna (1991:93).

- o resto do texto demonstra, através da intertextualidade, todo o processo de inversão:

. no parágrafo 8 do texto original, os enunciados são substituídos:

1) "desci para o livrar das mãos dos Egípcios",

é substituído por

"desci a fim de libertá-lo das mãos dos que querem trabalhar e pesquisar".

2) "Para o fazer passar desta terra para outra terra boa, e espaçosa; para uma terra onde correm arroios de leite e de mel; para o país dos Cananeos (...)",

é substituído por

"para fazê-lo subir para uma terra boa e vasta, terra que emana memorandos e processos, lugar dos ignorantes (...)".

No texto original, os opressores são os Egípcios. Na paródia, são aqueles que querem trabalhar e pesquisar, ocasionando assim uma perversão do sentido original. No texto bíblico, na terra boa e vasta correm arroios de leite e mel, é um país dos Cananeos, dos Farezeos.... Na paródia, na terra boa e vasta emanam memorandos e processos, é o lugar dos ignorantes, dos inoperantes, dos pilotos

de carimbos... Esta inversão total representa uma denúncia contra a política retrógrada e limitada do Reitor "Pró-Tempore" e de seu grupo de apoio, por privilegiarem os aspectos burocráticos, assim como a forma degradante de fazerem retaliação aos opositores políticos, emperrando, assim, as funções primordiais da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. Os membros do grupo contra a posse dos eleitos são descritos como burocratas, retrógrados, ignorantes e inoperantes.

No parágrafo 11 do texto original, o enunciado:

"E Moisés disse a Deus: Quem sou eu para ir ao Faraó e tirar do Egito o povo de Israel?"

é substituído por:

"Quem sou eu para ir ao Faraó, se só quero fazer meu doutorado, em setembro na França?"

Esse deslocamento de sentido introduz uma crítica ao grupo contra a posse dos eleitos, por privilegiar os interesses pessoais em detrimento do próprio funcionamento viável da instituição.

O Grupo de Defesa da Posse dos Eleitos encontrava-se agora na oposição, dado que o Reitor "Pró-Tempore" aliara-se ao Grupo Contra a Posse dos Eleitos. A posição do **GDPE** era de combater a prática do **GCPE** e defender os projetos instituídos em sua gestão, que, naquele momento, estavam sendo "destruídos" pelo grupo que estava no poder. Uma das formas escolhidas para fazer críticas, ainda no mesmo panfleto, foi parodiar o discurso cristão da igreja católica a partir da oração "Ato de Confissão". Essa era uma forma de mostrar a incompetência e a perspectiva reducionista do **GCPE**, que tinha como Pró-Reitor Acadêmico um padre, que foi candidato derrotado no processo eleitoral. Vejamos a paródia:

"Na qualidade de um humilde servo e pequeno saber da burocracia, portanto pecador, gostaria de fazer uma confissão pública:

Peco por defender o aumento do número de vagas em nossa universidade.

Peco por reconhecer que a universidade tem um papel importante a cumprir, que extrapola a estéril burocracia.

Peco por defender a democratização do acesso de outras camadas sociais na universidade.

Peco por defender que é responsabilidade da universidade qualificar os professores de primeiro e segundo graus na forma de cursos como a Graduação Parcelada.

Peco por defender uma universidade preocupada menos com seu umbigo e mais com os graves problemas que afiem a sociedade brasileira.

Peco por me preocupar com os graves problemas educacionais brasileiros, em detrimento da burocracia que oculta os incapazes e os interesses particulares do Pastor da Seita da Burocracia Celestial". (p.2)

Essa paródia, feita a partir do discurso religioso católico, uma oração na qual são declarados os pecados, é uma forma polêmica de mostrar a incompatibilidade dos dois projetos de universidade, ao mesmo tempo que ataca o projeto do adversário que está no poder. Este é representado como tendo como questões principais as preocupações particulares, pessoais e individuais, em detrimento dos problemas da coletividade.

Diante dessa paródia, o leitor⁹ vai passando por "estranhamentos", que o levam a fazer "uma leitura em duas vozes" (Sant'Anna,1991:26-30): uma em presença (texto parodístico) e outra em ausência (a oração, Ato de Confissão).

⁹. Faz-se necessário esclarecer que o leitor precisa ter conhecimento intertextual.

CAPÍTULO V

“As práticas judiciárias me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade que merecem ser estudadas”. (Foucault)

A ANÁLISE DISCURSIVA DOS DOCUMENTOS JURÍDICOS

Para podermos analisar como os sentidos são produzidos pelos grupos nos documentos jurídicos, acho necessário considerar antes a natureza do material tomado para análise neste capítulo.

Tratando do discurso jurídico, Coracini (1991: 47) assinala que a justiça, assim como a ciência, tem como objetivo único “atingir a verdade objetiva. A natureza da verdade, no entanto, varia segundo a natureza da instituição; (...) na

justiça, ela diz respeito às atitudes dos indivíduos em sociedade e aos fatos que com eles se relacionam”.

O discurso jurídico propõe-se reduzir a interferência da subjetividade dos indivíduos na desejada “verdade objetiva”. Para Foucault (1971:23), o fato de que, cada vez mais, o discurso jurídico, é marcado pela “verdade”, acaba sendo uma tentativa de controlar uma dimensão do discurso: “a do acontecimento e do acaso”. Para Coracini (1991:48), tal objetivo “equivalaria a afirmar o caráter estável (regular) e imutável” do discurso. Entretanto, como cada processo jurídico é um caso particular (apesar de usualmente invocar-se a jurisprudência), o discurso jurídico processual tem para Coracini (1991:50) um objetivo bem preciso: “absolver ou condenar o réu. Este objetivo torna, naturalmente, o discurso altamente argumentativo e persuasivo”.

Há, portanto, que se considerar, na abordagem dos documentos jurídicos selecionados aqui para análise, o caráter subjetivo dos mesmos, isto é, seu caráter predominantemente dissertativo-argumentativo, na constituição da Cenografia Enunciativa dos discursos.

Neste capítulo, teremos acesso à Cenografia Enunciativa através da caracterização dos grupos a partir da análise dos documentos jurídicos. Para o conceito de documento, segue-se aqui o Código de Processo Penal, em seu artigo 232, que considera “documentos quaisquer escritos, ou papéis, públicos ou particulares”.

No episódio do processo eleitoral da UNIR, os documentos são de vários tipos: Mandatos de Intimação, Termos de Declarações, Abaixo-Assinado, Requerimentos, Termos de Instalação de Comissão Processante, Portarias, Atas de Abertura dos Trabalhos da Comissão Processante, Vistos, Petição, Pareceres, Carta, Relatório, Mandados de Segurança, Depoimentos, Constatação, Procurações, Memorial etc. Esses documentos constam em processos abertos na Justiça Federal, Ministério Público Federal, Ministério da Educação, Secretaria da Receita Federal, Departamento de Polícia Federal. Neste trabalho, a análise ficará restrita a documentos incluídos nos processos formalizados no Ministério da Educação e do Desporto - MEC, tais como:

- 1) as declarações feitas pelos membros dos grupos em disputa, como informantes, em decorrência de intimação;
- 2) documentos elaborados, tanto pessoalmente, pelos membros dos grupos em disputa, assim como pelos seus advogados, em seus nomes: abaixo-assinado, requerimento, carta, mandado de segurança, relatório;
- 3) documentos que comprovam a tese da influência política partidária na UNIR.

A situação de conflito pela disputa do poder de administrar a UNIR, que ocasionou os processos contra membros de grupos, está representada também

nesses documentos. É a partir dessa situação de conflito que decorre a organização argumentativa do discurso, tanto para acusação quanto para defesa. Partem dos grupos de oposição (GO) e, posteriormente, do grupo contrário à posse do eleito (GCPE) as denúncias de irregularidades praticadas pelos eleitos quando faziam parte da administração. Os membros do grupo que defendiam a posse dos eleitos (GDPE) defendiam-se das acusações, mas também atacavam, acusando os membros do outro grupo.

As estratégias discursivas usadas pelos grupos em confronto pelo poder se apoiam, como é óbvio, na mesma formação discursiva, isto é política, que regula seus discursos, e nas posições ideológicas em conflito.

Vejamos como os dois grupos se caracterizam:

O GCPE adotou caracteristicamente um discurso argumentativo no qual eram apresentadas qualidades pessoais como provas para qualificação de seu discurso. Esse recurso discursivo estava presente no início dos documentos que denunciavam irregularidades. Era a qualificação positiva que o locutor fazia de si próprio. Essa estratégia é descrita na perspectiva retórica por Aristóteles (*apud* Osakabe, 1979:141), como “o caráter do orador”. A propósito disso, ele afirma que “persuade-se pelo caráter, quando o discurso é de natureza a tornar o orador digno de fé, pois as pessoas honestas nos inspiram a maior e mais pronta confiança sobre as questões em geral e uma inteira confiança sobre aquelas que

não comportam nada de certo, e permitem a dúvida”. Essa estratégia é descrita na perspectiva da AD por Maingueneau (1987:45), como *ethos* retórico, no qual, “o discurso é inseparável daquilo que poderíamos designar muito grosseiramente de uma ‘voz’. Na realidade, mesmo os corpus escritos não constituem uma oralidade enfraquecida, mas algo dotado de uma ‘voz’”. Esta era conhecida na retórica como *ethé*, ou seja, “as propriedades que os oradores se conferiam” (p.45).

Como o discurso do **GCPE** denuncia irregularidades cometidas “*pelos algozes da pátria alojados no serviço público*”, o denunciante representa-se através da imagem de “íntegro”, como um dos instrumentos de chancela de suas denúncias, a partir das propriedades que confere a si próprio.:

“(...) sou um **cidadão brasileiro digno e honrado** (...)”.

(Requerimento 1, p.1)

“(...) sou (...) **funcionário público exemplar**, ultrajado com o clima generalizado de impunidade que se confere aos algozes da pátria alojados no serviço público, mas confiante na promessa de regeneração moral que a sociedade lança o Exmo. Sr. Presidente da República I. F. “. (Requerimento 1, p.1)

Objetivando qualificar-se e, assim, legitimar o seu discurso, o locutor utilizou basicamente o recurso da adjetivação. O locutor (o denunciante) se

caracteriza como *digno, honrado, exemplar, ultrajado*, para assim legitimar suas denúncias e suas solicitações de demissão do Reitor, Vice-Reitor e Pró-Reitora Acadêmica. Ocorre que, segundo Mosca (1994:267), “a qualidade ou especificação podem estar não propriamente no ser a que o adjetivo se refere como caracterizador, mas na imagem que o sujeito dele faz, tendo-se então uma visão de caráter subjetivante” utilizada como um dos recursos argumentativos.

A característica provavelmente mais marcante do discurso do **GCPE**, nos documentos jurídicos, era a acusação. Ele usou várias estratégias do discurso jurídico para impedir a posse, não somente do reitor eleito, mas também da vice-reitora eleita. Para tal intento, acionou vários processos contendo denúncias. Os enunciados abaixo são representativos de seu discurso:

“(...) em 31.01.92 adulterou a já publicada portaria 100/gr (documento 99), transformando-a em Portaria 100/A/GR. Nessa ação o Vice-Reitor incorreu no crime de falsificação de documento público, como previsto no Código Penal em seu:

Art. 297. Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou adulterar documento público verdadeiro:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.” (Requerimento 3, p. 100-1)

"A ilegalidade da conduta da Prof. (...) ao extrair do processo disciplinar o documento referido já colide com os ditames da Lei no. 8.112/90, pelo disposto no seu:

Art. 152. ... § 2o. As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas." (Requerimento 3, p.109)

O recurso utilizado pelo locutor para fundamentar as denúncias acima foi o que Palma e Palma (1990:125-6) chamam de "citações-prova". Na tentativa de mostrar objetividade e distanciamento, enfatiza seus argumentos, introduzindo o outro no seu discurso. Reportando-se à voz do texto legal, acredita o locutor minimizar a subjetividade do seu discurso, ao mesmo tempo que representa-se como pessoa competente no discurso jurídico.

Já o grupo de defesa da posse dos eleitos (**GDPE**) caracteriza-se pelo discurso da "ignorância do erro". Os enunciados abaixo são representativos:

"(...) **não tive e não tenho conhecimento** de ter havido alguma fraude durante o período de 5 anos tempo de ingresso que tenho na UNIR." (Depoimento 3, Relatório da Comissão Processante, p.59)

"(...) sobre as atividades paralelas do reitor (...) **desconheço completamente** se ele tinha alguma atividade na cerâmica (...)." (Depoimento 1, Relatório da Comissão Processante, p.150)

“Quanto as viagens particulares do Reitor **não tenho conhecimento** (...)”

(Depoimento 1, Relatório da Comissão Processante, p. 151)

“(...) quanto as alegações da denúncia sobre as viagens particulares do Reitor, **desconheço completamente**.” (Depoimento 5, Relatório da Comissão Processante, p.79)

“(...) **não tenho conhecimento** que os docentes não cumpram sua jornada de trabalho.” (Depoimento 6, Relatório da Comissão Processante, p.84)

O recurso discursivo utilizado pelos locutores para defenderem os acusados foi o uso da negação, basicamente através da palavra “desconhecer” e do operador “não”, como forma de opor-se aos enunciados do acusador (isto é, de afirmar o discurso contrário). O efeito de sentido que a alegação de desconhecimento produz pode ser descrito mais ou menos da seguinte forma: se houvesse tais erros, eu os conheceria; se eu não os conheço, as acusações são falsas). Abaixo, um exemplo de acusação que os defensores alegam desconhecer:

“(...) houve fraude, o Reitor tinha atividades numa cerâmica, o Reitor viajava por conta da instituição para resolver problemas particulares, os docentes não cumprem sua jornada de trabalho”.

Outra característica importante examinada no discurso do **GDPE** era o discurso da “justificativa técnico-administrativa”:

“(…) com relação ao cumprimento da jornada de trabalho de seis horas corridas pelos técnicos-administrativos (...) por **circunstâncias especiais como falta de estrutura, restaurante, água, energia, carência de transporte, telefonia e grande incidência de Malária fomos obrigados a instituir as 06 horas ao pessoal técnico-administrativo (...).**” (Depoimento 1, Relatório da Comissão Processante, p.151)

“(…) com relação a jornada de trabalho de seis horas, do pessoal técnico administrativo, somente para o pessoal do Campus, tenho a esclarecer o seguinte: **considerando as dificuldades de instalação, transporte, refrigeração, falta de água e grande incidência de malária e ainda falta de restaurante Universitário, esta administração, algum tempo (...) adotou o regime de seis horas corridas (...).**” (Depoimento 4, relatório da comissão Processante, p. 166)

Provavelmente, a característica mais proeminente do **GDPE** foi, no entanto, o discurso do desmentido:

“(…) **nunca houve** uso indevido do dinheiro público especificamente salários e bolsa CAPES, **a Universidade nunca** aplicou verbas desta natureza.” (Depoimento 2, Relatório da Comissão Processante, p. 47)

"(...) **nunca o Prof. (...)** deixou de dar aulas (...)." (Depoimento 3, Relatório da Comissão Processante, p.60)

"(...) quanto a eleições para Reitor e Vice-Reitor tenho a dizer que HOUVE LISTA SÊXTUPLA e foi do conhecimento da **Comunidade Universitária, no meu entender o procedimento foi legal.**" (Depoimento 3, Relatório da Comissão Processante, p.59)

"(...) **nunca** faltou as suas atividades (...)." (Depoimento 7, Relatório da Comissão Processante, p. 136)

Para se defender, o **GDPE** utilizou o discurso de "desqualificação do acusador". Os recortes discursivos a seguir são representativos:

"(...) convém salientar que durante este tempo **ele nunca apresentou um projeto de pesquisa.**" (Depoimento 7, Relatório da Comissão Processante, p.135)

"(...) **ele ficou à disposição da Comissão uma tarde, forçando-me a entender que o mesmo estava agindo de MÁ FÉ (...).**" (Depoimento 7, Relatório da Comissão Processante, p.140)

"(...) com relação ao Prof. (...) tenho a esclarecer que **o mesmo iniciou sua carreira nesta Universidade já processando administrativamente a sua chefe de Departamento (...)**pois o mesmo ingressou em janeiro de 1990 e em

março do mesmo ano por divergências iniciou processo Administrativo disciplinar contra a mesma (...)." (Depoimento 1, Relatório da Comissão Processante, p.149)

"(...) para ilustrar mais ainda no dia 30/03/1993 recebi em meu Gabinete cópia de **um Ofício encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Educação, ameaçando-o de prisão** por não ter cumprido o prazo para abertura e conclusão do processo administrativo disciplinar (...)." (Depoimento 1, Relatório da Comissão Processante, p.149)

"Solicito ainda, seja anexada a esta declaração, documento encaminhado pelo Professor (...) com data de 12/06/91, dirigido ao Chefe de Gabinete do Reitor onde **o mesmo demonstra a diferença de tratamento, linguagem ao solicitar uma carta de referência ao Magnifico Reitor e a linguagem posteriormente utilizada** quando teve a pretensão de cursar mestrado nos Estados Unidos indeferida pela Comissão Fulbryte (sic)." (Depoimento 1, Relatório da Comissão Processante, p.149)

O discurso do outro, aquele que acusa, é desqualificado, e, em vários domínios: academicamente, moralmente, eticamente. Esta é uma forma de desqualificar a autoridade e a legitimidade de suas acusações através da desqualificação do "orador". Pois o "outro" é aquele que, mesmo antes de pertencer ao quadro da UNIR, processava pessoas e continuou a fazê-lo quando contrariado em suas pretensões. Inclusive, ameaçou de processo o próprio Procurador da República.

O discurso do denunciante é desqualificado, também, ao serem mostradas as contradições de seus argumentos:

“(...) manifesto minha **estranheza de que o denunciante, contratado no início de 1990 somente ao final de 1991, portanto, quase dois anos após, deu-se conta de que não trabalhava o suficiente.**” (Depoimento 1, Relatório da Comissão Processante, p.150)

Outra forma de deslegitimar o discurso do denunciante é desqualificá-lo psicologicamente, mostrá-lo como desequilibrado, aquele que não possui domínio sobre as emoções. O objetivo era produzir um efeito de sentido de tornar suas acusações como oriundas de instabilidade psíquica:

“O Prof. (...) esteve aqui em dezembro ocasião em que esteve junto ao órgão de contabilidade da UNIR e com relação aos pagamentos que eu tinha informado para a Procuradoria Jurídica **ele em tom agressivo disse: “VOCÊ TEM VINTE MINUTOS PARA MODIFICAR O QUE FOI INFORMADO SE NÃO EU VOU ACABAR COM A TUA VIDA (...).”** (Depoimento 2, Relatório da Comissão Processante, p. 40)

“(...) com relação ao prof. (...) tive um maior relacionamento profissional, **posso conceituá-lo como confuso e cheio de problemas, completamente instável.**” (Depoimento 7, Relatório da Comissão Processante, p.137)

Na época em que estes processos ocorreram, o clima psicológico na UNIR era muito tenso. O Reitor “Pró-Tempore” chegou à tentativa de suicídio. Nem todos os membros dos grupos aguardavam pacificamente que a segunda comissão, esta de inquérito disciplinar, trabalhasse com os fatos que já tinha, visto que o resultado da primeira fora considerado nulo. A partir dos instrumentos discursivos utilizados, os membros do **GCPE** demonstram que consideravam necessário desqualificar ainda mais o reitor eleito, para que, diante da inviabilidade de ele assumir a reitoria, fosse deflagrado novo processo eleitoral. Para isso, representaram o reitor eleito através de uma imagem negativa, ao associar oficialmente as suas pressões à tentativa de suicídio do Reitor “Pró-Tempore”. Os enunciados a seguir são representativos dessa estratégia do **GCPE**:

“(…) após o impedimento do eleito, professor A. M. T. O. para assumir o cargo de Reitor da Fundação Universidade Federal de Rondônia (...) **o Reitor Pró-Tempore Professor S. de M. P. (...) passou a sofrer pressão e ameaças constante daquele impedido supracitado**”. (Abaixo-assinado 1, p.1)

“(…) Que no dia 01 de setembro do corrente ano próximo passado **ocorreu invasão do supracitado professor A. M. T. O. ao gabinete da Reitoria**

ameaçando o reitor Pró-Tempore dizendo 'in verbis' : 'S., eu vou acabar com você' , (...)" (Abaixo-assinado 1, p.1)

"(...) além de recusar-se a receber o relatório que havia sido entregue na SESU/MEC (...) sob a alegação de que o mesmo não encontrava-se autenticado em cartório. Acrescentando disse 'in verbis': 'Eu vou mandar te prender" . (Abaixo-assinado 1, p.1)

"(...) 02 de setembro, hoje de madrugada o Reitor Pró-Tempore S. de M. P. tentou o suicídio e há suspeitas agravantes que o fato decorreu-se pelas pressões e ameaças acima citadas, levando ao entendimento que foi induzido a praticar tal suicídio." (Abaixo-assinado 1, p.1)

"Requerem que os fatos sejam levantados com o objetivo de coibir desde o nascedouro qualquer ato incompatível com os princípios da Administração Pública, bem como, o desrespeito ao Direito da Cidadania imposta pela Carta Magna e principalmente pelo desrespeito humano." (Abaixo-assinado 1, p.1)

Como se vê, com o intuito de apoiar sua tese de "indução ao suicídio", um dos recursos argumentativos utilizados pelo **GCPE** foram "as citações de prova" que, segundo Palma e Palma (1991:125), estão presentes no discurso jurídico com o objetivo de servir "de apoio de argumento". Por isso aspeiam e citam as palavras que dizem serem do reitor eleito. Outro recurso foi a utilização da "citação-relíquia", como "in verbis". Para Palma e Palma (1991:127), na citação-

reliquia, no discurso jurídico, “a autoria não é indicada, mas [sua] presença autentica o discurso por remetê-lo a sua fonte primeira: O Direito Romano.”

Outra estratégia do **GCPE** foi argumentar a favor da demissão e prisão para o reitor eleito e outros membros do **GDPE**. Os enunciados abaixo são representativos:

“Mas não posso correr o risco de ver amanhã o Sr. J. D., Reitor da **Universidade**, principal culpado pelo trágico caos administrativo e a decadência moral que se instalaram em nossa Instituição, **recebendo pena menor do que a pura e simples demissão qualificada**, a bem do serviço público.” (Requerimento 2, p.3)

“Destarte, passo-lhe formalmente, **por este instrumento, prova bastante para justificar a demissão do Reitor.**” (Requerimento 2, p.3)

“Desse modo, se provada a irregularidade aventada, **inafastável será a medida demissionária**. E é isso que irrefutavelmente aqui será feito.” (Requerimento 1, p.5)

“Nestes Termos, pelo modo exposto, como imperativo de moralidade e legalidade da Administração Pública, **requeiro a demissão do Sr. J. D. o quanto antes**, na forma prescrita.” (Requerimento 2, p.6)

“Por conseguinte, nessas inúmeras ações agrupando pessoas com o propósito de praticar crimes, o Reitor incorreu flagrantemente no crime de formação de quadrilha, como preconizado no Código Penal em seu: Art. 288. Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes: **Pena - reclusão, de um a três anos.**” (Requerimento 3, p. 130)

A tese do envolvimento da política partidária local e nacional pode ser também comprovada através do exame dos documentos elaborados por membros dos grupos, dos quais os enunciados a seguir são exemplos:

“Enquanto aguardamos a tramitação do processo , **forças políticas locais têm explorado ‘ad nauseam’ o fato do Prof. A. M. T. O. ser filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT).** Seguidos artigos na imprensa local tentam desmoralizar o referido docente e, por consequência, a Universidade e o PT.” (Memorial 1)

“**O processo de nomeação do Reitor deixou de ser uma questão administrativa do âmbito interno e passou a ser uma questão política do âmbito externo.** Não se discute os méritos acadêmicos, capacidade gerencial e a probidade administrativa do Prof. A. M. T. O., mas apenas e tão somente a sua opção partidária/ideológica.” (Memorial 1)

O comprometimento de forças políticas partidárias no episódio eleitoral é também comprovado a partir de documentos, cujos autores são 6 (seis) políticos rondonienses dos partidos PFL, PMDB, PS. Em geral, os discursos dos

parlamentares solicitam ao Ministro da Educação que não nomeie o reitor eleito.

Vejamos o enunciado a seguir:

“Senhor Ministro (...) esperamos que Vossa Excelência impeça a nomeação, como Reitor da Fundação Universidade Federal de Rondônia, do senhor A. M. T. O. (...).” (Requerimento 4, p.1)

Um dos recursos de propaganda política é, segundo Domenach (1963: 74), “criar a ilusão da unanimidade”. No caso, isso se obteria pela subscrição do mesmo documento por políticos de vários partidos. O efeito de sentido é mostrar que os eleitos não merecem também a confiança dos políticos do Estado de Rondônia. Esse documento, assinado por políticos de atuação de direita, é uma demonstração de força. É do conhecimento público que a tentativa de ingerência política dentro da UNIR foi rechaçada pelo reitor eleito, que é filiado e militante de um partido de esquerda, quando vice-reitor. Dessa forma, o adversário opositor, ao buscar apoio de políticos de direita, atingia um ponto fraco do grupo situacionista, que era o fato de não ter acesso à política de favorecimento da direita por parte do MEC.

Outro documento que reforça a tese do comprometimento de forças políticas partidárias é o discurso proferido na Câmara Federal por uma Deputada Federal do PTB, antes da eleição da UNIR. Nesse discurso, o momento eleitoral da UNIR é associado ao momento político do país:

"Senhor Presidente, Senhores Deputados **a UNIR está, como o Brasil,** passando por um processo eleitoral. Vão eleger o próximo Reitor. A comunidade acadêmica de Porto Velho, estará no dia 26 de novembro escolhendo o nome do novo candidato a reitor a integrar a lista sêxtupla. E a vida, o futuro da UNIR que estará para decidir." (Discurso Político 1, p.3)

O candidato do grupo da situação é acusado de usar a universidade com fins partidário e eleitoreiro. A comunidade, embora universitária, é representada como ingênua, não politizada:

"Não podemos esquecer de que é público e notório o papel da atual reitoria, **usando nesse momento de campanha,** a Instituição de Ensino Superior como uma extensão do Comitê Central do PT, **a boa fé dos estudantes, funcionários e professores**". (Discurso Político 1, p.3)

Como se pode observar neste capítulo, nessa luta, entre grupos, pelo poder de gerir uma academia universitária, substituíram-se as discussões de teses pela digladição de forças nas arenas da "Lei", da "Política" partidária. E foi nessas arenas que o **GCPE** realizou seu maior objetivo: o impedimento reitor eleito através da anulação da lista sêxtupla para reitor. Isto pode ser comprovado

a partir do acatamento do Ministro da Educação do parecer, contido na Informação nº 059/94, de autoria do Sr. Ernane Lima Pinho, Coordenador Geral da SESU/MEC, que determina:

1. "(...) **a devolução da lista na forma proposta** (...)".

2. "(...) que **se proceda a elaboração de uma nova lista**, com base na legislação pertinente, tornando nula de pleno direito a atual (...)".

Nova consulta à comunidade universitária foi realizada em 23 de novembro de 1994 (conforme consta no Capítulo I) e eleito um outro reitor que tomou posse em 21 de dezembro do mesmo ano.

CONCLUSÃO

“O embate com os dados faz a teoria avançar” (Geraldi)

A partir das análises apresentadas nesta dissertação, pôde-se caracterizar as tensões entre sujeitos e condições de produção de sentidos em uma disputa pelo poder entre grupos que instituíram os lugares discursivos e fundadores que constituíram a cenografia enunciativa.

Partindo-se de regularidades discursivas na ordem do sentido (semânticas) - de forma inicialmente um pouco intuitiva - foi possível agrupar os discursos em dois grupos, situação e oposição. Desta forma, foi possível focalizar processos de significação instalados nos discursos dos dois grupos. Os lugares de situação e oposição, assim como posições ideológicas específicas, interferiram diretamente na configuração dos discursos dos dois grupos.

Talvez, a contribuição desta dissertação seja o fato de ela colocar à prova a teoria a partir da qual se trabalhou, diante de fatos empíricos bastante singulares, como os que vimos na constituição da Cenografia Discursiva, ao se analisar programas de campanha, informativos de campanha, artigos de jornal, documentos jurídicos, panfletos. Muitos e diferentes textos produzidos nas condições de produção de uma disputa eleitoral (antes e depois das eleições)

para reitor foram examinados a partir de alguns pressupostos relativos em especial à posição dos sujeitos e à relação entre os discursos e seu “exterior” . ,

Apesar de este trabalho ser uma tentativa de aplicação de princípios da Análise do Discurso, ele não se restringiu a isso, visto que, ao trabalhar com conceitos e categorias da AD a partir de uma metodologia que pudesse dar conta da análise dos dados, foi instituído um modelo que o próprio processo de análise de certa forma conduziu, e que pode contribuir, de alguma forma, em outros trabalhos, espero, para a realização de análises no quadro teórico da AD.

A cenografia enunciativa é elaborada no Capítulo II, ao analisarmos as representações dos sujeitos, assim como a heterogeneidade mostrada dos discursos. Observamos que as representações estavam diretamente ligadas não apenas às posições permitidas pela FD, às posições ideológicas, mas precisamente aos lugares de situação e oposição. Pois, como afirma Pêcheux (1975:213), “não há prática de um sujeito, mas há apenas sujeitos de diferentes práticas”. Embora a FD a partir da qual os discursos foram produzidos seja a mesma, a cenografia dos discursos é um confronto de posições ideológicas diferentes na luta pelo poder.

No Capítulo III, a partir da análise discursiva dos artigos de jornal, vimos também a constituição de sujeitos e de estratégias discursivas em confronto, na produção dos sentidos a partir dos lugares de situação e de oposição, assim como dos interesses e das perspectivas ideológicas dos grupos.

A análise discursiva de textos apócrifos e satíricos revelou estratégias discursivas caracterizadas por discursos mais contundentes.

Através da análise discursiva dos documentos jurídicos, perceberam-se estratégias discursivas mais organizadas, provavelmente propiciadas pela própria natureza desse gênero de discurso.

A partir da análise do funcionamento discursivo dos vários gêneros do discurso, que compõem os capítulos desta dissertação, pôde-se observar que a constituição dos grupos e dos sujeitos no seu interior, caracterizaram-se por relações discursivas tensas. Percebeu-se que as formas de representar o outro difere a partir do lugar que os sujeitos ocupam. Desta forma, conclui-se que os lugares discursivos propiciam especificidades de estratégias discursivas em discursos políticos em confronto.

Quando começamos este trabalho, não tínhamos optado previamente por esse modelo de análise. Ele foi sendo construído a partir da intimidade cada vez maior com a teoria e com corpus em análise, assim como a partir do nosso próprio crescimento no caminho de nos tornarmos “lingüista”. Não tínhamos consciência nem certezas do que poderia advir.

Reconhecemos que esta dissertação apresenta uma proposta simples de modelo de análise. Por isso, outros trabalhos, com certeza, poderão sofisticá-lo, ao trabalhar outros aspectos da heterogeneidade discursiva. De qualquer forma, estamos relativamente satisfeitos por conseguirmos demonstrar a viabilidade de

nossa proposta de um “modelo combinado” para análise de uma cenografia enunciativa de discursos políticos.

O que esta dissertação mostra é, em primeiro lugar, que uma disputa eleitoral numa universidade não é muito diferente de uma disputa eleitoral em outro contexto: utilizam-se os mesmos recursos e as mesmas estratégias discursivas. Apesar da aparente falta de novidade desse resultado, o ganho político poderia ser significativo, se se aprendesse com fatos como o aqui analisado.

Do ponto de vista da análise do discurso, o ganho mais significativo parece ser a demonstração da compatibilidade de conceitos de Pêcheux - imagens - e de Maingueneau - dêixis discursiva e fundadora. Essa compatibilidade mostra que, mesmo nos discursos teóricos, importam menos os sujeitos do que os discursos.

TEXTOS OFICIAIS DE CAMPANHA

1. PROGRAMAS DE CAMPANHA

PC 1: Programa de campanha n° 1. PEREIRA, S. A. & ANDRÉ, J. V.
"Universidade de verdade", Porto Velho-RO, (s.d.), pp. 01-04.

PC 2: Programa de campanha n° 2. SILVA, Z. G. da & CARVALHO, O. A.
M. de "Conquistar para avançar", Porto Velho-RO, (s. d.), pp. 01-04.

PC 3: Programa de campanha n° 3. MOURÃO, S. P., & LIBERO, J. Q.
"Universidade de Rondônia: mudar pra unir", Porto Velho-RO, (s.d.). pp. 01-05.

PC 4: Programa de campanha n° 4. OTT, A. & SOUZA, A. "A universidade possível", Porto Velho-RO, (s.d.), pp. 01-02.

2. INFORMATIVOS DE CAMPANHA

IC 1a: Informativo de campanha nº 1, OTT, A., SOUZA, A. M., Chapa: *Fazer é possível*, "Fac-similes - deu nos jornais", Porto Velho-RO, (s.d.).

IC 1b: Informativo de campanha nº 2, OTT, A., SOUZA, A. M., Chapa: *Fazer é possível*, Porto Velho-RO, (s.d.).

IC 2: Informativo de campanha nº 1, PEREIRA, S. A., Chapa: *Universidade de verdade*, "À comunidade da UNIR", Porto Velho-RO, 20.10.1992.

IC 3b: Informativo de campanha nº 1, MOURÃO, S. P. & LIBERO, J. Q., Chapa: *Universidade de Rondônia: mudar pra unir*, Porto Velho-RO, (s.d.), pp.01-04.

IC 3a: Informativo de campanha nº 2, MOURÃO, S. P. & LIBERO, J. Q., Chapa: *Universidade de Rondônia: mudar pra unir*, Porto Velho-RO, (s. d.).

RELAÇÃO DOS ARTIGOS E DAS REPORTAGENS DE JORNAL

1. ARTIGOS DE JORNAL

Artigo 1: SIENA, O. "A escolha da nova reitoria da Unir", in **O estadão do norte**, Porto Velho-RO, 14.08.1992.

Artigo 2: SIENA, O. "Escolha da reitoria da Unir", in **O estadão do norte**, Porto Velho-RO, 15.08.1992.

Artigo 3: MACIEL, A.C. "A universidade possível", in **O estadão do norte**, Porto Velho-RO, 22-23.11.1992.

Artigo 4: ROCHA, J. "Atrelados e dispersos da Unir", in **Alto madeira**, Porto Velho-RO, 13.11.1992.

Artigo 5: AMARAL, J. "Uma simbiose", in **O estadão do norte**, Porto Velho-RO, 30-31. 05.1993.

Artigo 6: PANTERA. "Tropa de choque", in **O estadão do norte**, Porto Velho-RO, 03.06.93.

Artigo 7: ROCHA, J. "O collar da universidade", in **O estadão do norte**, Porto Velho-RO, 04.06.1993.

Artigo 8: MACIEL, A.C. "Convicta solidariedade", in **O estadão do norte**, Porto Velho-RO, 08.06.1993.

Artigo 9: OTT, A. & SOUZA, A.M. "Depois da universidade possível: reflexões", in **Alto Madeira**, Porto Velho-RO, 09.12.1992.

Artigo 10: OTT, A. "Consun: acima de qualquer suspeita", in **Alto Madeira**, 11-12.04.1993.

Artigo 11: ALBUQUERQUE, L.C. "Resgate de memória na Unir (I)", in **O estadão do norte**, Porto Velho-RO, 04.06.1993.

Artigo 12: GONÇALVES FILHO, J. de B. “Falácia do bobo da corte”, in **O estado do norte**, Porto Velho-RO, 03.06.1993.

Artigo 13: SILVA, F.B. “Desabafo manifesto”, in **O estado do norte**, Porto Velho-RO, 08.06.1993.

Artigo 14: Conselho Editorial, “O escândalo do IR”, in **Jornal da ADUNIR**, Porto Velho-Ro, junho/1994.

Artigo 15: ROCHA, J. “As regras do jogo da UNIR”, in **Jornal da ADUNIR**, Porto Velho-RO, junho/1994.

Artigo 16: GONZÁLEZ, L. de J. F. “UNIR: da democracia demagocrática à democratura”, in **Jornal da ADUNIR**, Porto Velho-RO, junho/1994.

Artigo 17: FRANCO, U. de M. “Caos na UNIR”, in **Jornal da ADUNIR**, Porto Velho-RO, junho/1994.

2. REPORTAGENS DE JORNAL

Reportagem 1. "Governador encaminha ao TCU dossiê da Unir", in **O estado do norte**, Porto Velho-RO, 03.06.1993.

Reportagem 2. "Sinedei assume Unir e Ott busca acordo no DF", in **Alto Madeira**, Porto Velho-RO, 28.04.1993.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. DEPOIMENTOS

Depoimento 1. OTT, A. M. T. "Termo de declarações", in **Processo administrativo disciplinar de sindicância**, Comissão Processante, C. P. Portaria N° 474 de 15.03.93. Porto Velho-RO, 07.04.1993, pp.

Depoimento 2. PINTO, I. da S. "Termo de declarações", in **Processo administrativo disciplinar de sindicância**, Comissão processante, C. P. Portaria N° 474 de 15.03.93, Porto Velho-RO, 29.03.1993, pp.47-8.

Depoimento 3. MELO, L. A. N. "Termo de declarações", in **Processo administrativo disciplinar de sindicância**, Comissão processante, C. P. Portaria N° 474 de 15.03.93, Porto Velho-RO, 30.03.1993, pp. 58-60.

Depoimento 4. DETTONI, J. "Termo de declarações", in **Processo administrativo disciplinar de sindicância**, Comissão processante, C. P. Portaria nº 474 de 15.03.93, Porto Velho-RO, 12.04.1993, pp.164-174.

Depoimento 5. MIOTELLO, V. "Termo de declarações", in **Processo administrativo disciplinar de sindicância**, Comissão processante, C. P. Portaria Nº 474 de 15.03.93, Porto Velho-RO, 01.04.1993, pp. 77-82.

Depoimento 6. ANDRADE, A. S. de "Termo de declarações", in **Processo administrativo disciplinar de sindicância**, Comissão Processante, C. P. Portaria nº 474 de 15.03.93, Porto Velho-RO, 01.04.1993, pp.84-6.

Depoimento 7. SOUZA, A. Ma. de L., "Termo de declarações", in **Processo administrativo disciplinar de sindicância**, Comissão Processante, C. P. nº 474 de 15.03.93, Porto Velho-RO, 07. 04.1993, pp.135-141.

2. REQUERIMENTOS

Requerimento 1. URDAN, A. T., in **Processo: 23123.008228/91**, de 26 12. 1991.

Requerimento 2. URDAN, A. T., in **Processo: 23123.008228/91-59**, de 26.12.1991, São Paulo, 02.01.1993, pp. 01-06.

Requerimento 3. URDAN, A. T., in **Processo: 23123.008228/91-59**, de 26.12.1991, São Paulo, 02.01.1993, pp.01-140.

Requerimento 4. CAMURÇA, C., SOUZA, E. F. de, CORRÊA, M. J., CASSOL, R., MOURA, A.N., CAYRES, P.N. "Requer impedimento de nomeação do senhor A. M. T. O. como Reitor", in **Aviso nº 00491, Proc. 1378/93**, Brasília, 11.05.1993, pp. 01-05.

3. ABAIXO-ASSINADO

Abaixo-assinado 1. OLIVEIRA, J. E. B. de, VITORINO, V. de M., JONHSON, E. L. B., SILVA, F. B. da Porto Velho-RO, 02.09.1993, pp. 01-05.

4. PROCESSOS

Processo 1. URDAN, A. T. "Denuncia irregularidades na Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR", in **Processo nº 23123.008228/91-59**.

Processo 2. RODRIGUES, A. "Denuncia irregularidades na Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR", in **Processo nº 23123.000625/93-17**.

Processo 3: Associação dos Docentes da Fundação Universidade Federal de Rondônia - ADUNIR, "Comunica irregularidades na FUFRO-RO", in **Processo nº 23123.002273/93-52**, 17.06.1993.

Processo 4: SILVA, Z. G. da, "Requer anulação das listas sêxtuplas", in **Processo nº 23123005292/93-11**, Brasília, 30.09.1993.

4. OUTROS DOCUMENTOS

Estatuto: Estatuto da Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR

Memorial: OTT, A. M. T. & SOUZA, A. M. de L. "Nomeação do Reitor da Fundação Universidade Federal de Rondônia", in Memorial, Porto Velho-RO, 16.04.1993.

Discurso 1. Cândido, R., PTB-RO, "Discurso", Câmara dos Deputados, Brasília, 12.11.1992.



É ESTE
O NOSSO
FUTURO?

PROMESSAS, PRO.
MESSAS, PROMESSAS.

OS VISIONÁRIOS

Apresentam:



O VICE-REITOR SE IMPORTA
TANTO COM OS PROBLEMAS
DA UNIR, QUE NAS REUNIÕES
SUA MAIOR CONTRIBUIÇÃO É
FAZER BOLINHAS DE FUMAÇA!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTO MADEIRA, "Crise na Unir: Aparecido diz que fica até chegar substituto",
Porto Velho-RO, 07.07.1994.

_____, "Grupos políticos lutam pelo poder na Unir", Porto Velho-RO, 15.08.1994.

AUTHIER-REVUZ, J. (1982). "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive:
éléments pour une approche de l'autre dans le discours", in **DRALV-Revue
de linguistique**, 26, Paris, Centre de recherche de l'université de Paris
VIII, pp.91-151.

AUTHIER-REVUZ, J. (1984). "Heterogeneidade(s) enunciativa(s)", in **Cadernos
de estudos lingüísticos**, 19, Campinas-SP, UNICAMP-IEL, pp.25-42 (trad.
Hétérogénéité(s) enonciative(s)).

BAKHTIN, M. (Volochinov) (1929). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São
Paulo, Hucitec, 1992.

_____. (1972). **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro, Forense-
Universitária, 1981.

BAKHTIN, M. (1975). **Esthétique de la création verbale**. Paris, Gallimard, 1978.

BELLENGER, L. (1987). **A persuasão**. Rio de Janeiro, Zahar.

BENVENISTE, Émile (1966). **Problemas de lingüística geral I**. Campinas-SP, Pontes, 1988.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, promulgada em 05.10.1988.

CORACINI, Ma. J. R. F. (1991). **Um fazer persuasivo - o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo, Pontes/educ.

DOMENACH, J. M. (1963). **A propaganda política**. Rio de Janeiro, Difusão Européia do Livro.

ESTADÃO DO NORTE, "Estudantes da Unir invadem a Reitoria", Porto Velho-RO, 16.06.1994.

_____, "Reitor da Unir renuncia e MEC provoca impasse na instituição", Porto Velho-RO, 06.07.1994.

FÁVERO, L. (org.) (1986) **A universidade em questão**. São Paulo, Cortez.

FLAHAULT, F. (1972). **La parole intermédiaire**. Paris, Le Seuil.

FIORIN, J. L. (1988). **O regime de 1964**, São Paulo, Atual.

_____. (1990). "Tendências da análise do discurso", in **Cadernos de estudos lingüísticos**, 19, Campinas-SP, UNICAMP-IEL, pp.173-9.

FOUCAULT, M. (1969) **A arqueologia do saber**, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1986 (trad. de *Arquéologie du savoir*).

_____ (1970) **L'ordre du discours**, Paris, Gallimard, 1971.

GERALDI, J. W. (1981). "Tópico-comentário e orientação argumentativa", in Vários. **Sobre a estruturação do discurso**, Campinas-SP, UNICAMP-IEL, pp. 63-85.

GERALDI, J.W., ROMUALDO, J. de A., OSAKABE, H., POSSENTI, S. (1983) "A interlocução no debate político", in **Estudos Lingüísticos VII**, Anais de Seminários do G.E.L.. São Paulo, GEL-FAPESP. pp. 131-149.

GISBURG, C. **Signes, traces, pistes**, *Le Débat* (6): 3-44, nov. de 1980.

GUILHAUMOU, J. & MALDIDIER, D. "Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história", in ORLANDI, E.P. (Org.), **Gestos de leitura**, Campinas-S.P., UNICAMP, 1994, pp.163-183.

HAROCHE, C. , HENRY, P. & PÊCHEUX, M. (1971). "La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours", in **Langages**, 24, Paris, Didier-Larouse, pp.93-106.

JAKOBSON, R. (1969) "Lingüística e poética", in **Lingüística e comunicação**, São Paulo, Cultrix.

MAINGUENEAU, D. (1987). **Novas tendências em análise do discurso**, Campinas-SP, Pontes, 1993, (trad. Nouvelles tendances en analyse du discours).

_____ (1984). **Genèses du discours**, Bruxelles, Mardaga.

MOSCA, L. L. (1993). "As diversas vozes do jornal e o seu discurso", in **Estudos lingüísticos**, Anais do GEL, XXII, Vol. I, Ribeirão Preto-SP, pp.261-271.

MUCCHIELLI, R. (1987). **A psicologia da publicidade e da propaganda: conhecimento do problema, aplicação prática**. Rio de Janeiro, Livros Teóricos e Científicos.

OSAKABE, H. (1979). **Argumentação e discurso político**, São Paulo, Kayrós.

PALMA, D. V., & PALMA, Ma. I. S.M. (1990). "A heterogeneidade mostrada no discurso jurídico: forma de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva" in **Pesquisas em lingüística aplicada**, 1º INPLA, São Paulo-S.P., PUC-S.P., 1990, pp.121-139.

ORLANDI, E.P. (1990). **Terra à vista - discurso do confronto: velho e novo mundo**, São Paulo, Cortez.

PARRET, H. (1983). "La mise en discours en tant que déictisation et modalisation", in **Langages**, 70, Paris, Larousse, pp. 83-98.

PÊCHEUX, M. (1969). "Análise automática do discurso", in F. Gadet e T. Hak (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**, Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 1993, pp. 61-161 (trad. de **Towards an automatic discourse analysis**).

____ (1975) **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas - SP, Editora da Unicamp, 1988, (trad. de **Les vérités de la Palice**).

POSSENTI, S. (1988) **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo, Martins Fontes.

____ (1994). "A heterogeneidade e a noção de interdiscurso". Aula ministrada no concurso de livre-docência, Campinas. (inédito)

RAMANZINI, H. (1994). "O chavão abre muitas portas", in **Estudos lingüísticos, Anais do GEL**, XXII, Vol. II, Ribeirão Preto-SP, pp. 1207-1212.

SANT'ANNA, A. R. de (1991) **Paródia, paráfrase & cia**, São Paulo, Ática.

VIGNAUX, G. (1979) "**Argumentacion et discours de la norme**", in *Languages*, 53, Paris, Didier-Larousse, pp.67-86.

WANDERLEY, L. E. W. (1987) **O que é universidade**, São Paulo, Brasiliense, 1994.

TODOROV, T. (1981) **Mikhaïl Bakhtine - le principe dialogique: suivi de écrits du cercle de Bakhtine**. Paris, Seuil.